

Jorge Manuel Branco Vilela **Valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de circuitos turísticos**

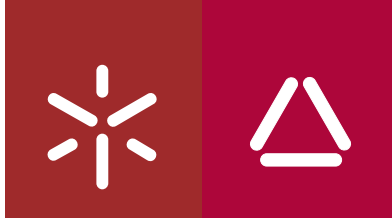
U Minho | 2015



Jorge Manuel Branco Vilela

**Valorização patrimonial e urbana de  
Braga através da criação de circuitos  
turísticos**

julho de 2015



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Jorge Manuel Branco Vilela

**Valorização patrimonial e urbana de  
Braga através da criação de circuitos  
turísticos**

Projeto de Mestrado  
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho realizado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro**  
e coorientação da  
**Professora Doutora Laurentina Maria da Cruz Vareiro**

julho de 2015

## DECLARAÇÃO

Nome: Jorge Manuel Branco Vilela

Endereço electrónico: jmbvilela@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 11534787

Título: Valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de circuitos turísticos

Orientador(es):

Orientadora Professora Doutora Maria do Carmo Ribeiro e Co-orientadora Professora Doutora Laurentina Vareiro

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Património e Turismo Cultural

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer às minhas orientadoras, à Professora Maria do Carmo Ribeiro e à Professora Laurentina Vareiro, por todo o apoio e disponibilidade que tiveram, muito importante para a elaboração deste projeto.

Queria agradecer também ao posto de turismo de Braga pela cedência de dados estatísticos importantes para o projeto.

Aos meus professores, que durante a minha formação académica me incentivaram, apoiaram e inculcaram os valores do gosto e aprendizagem, que vai muito para lá do simples ensino. A todos os meus docentes do IPT, IPVC e UM o meu sentido obrigado para me ajudarem a ser a pessoa que sou.

Agradeço também a todos os meus amigos que de várias formas me apoiaram e ao longo deste projeto. Aos colegas de Mestrado, pela ajuda e troca de conhecimentos.

Um último agradecimento muito especial aos meus pais por todo o apoio incondicional que sempre me deram, mesmo nos momentos que só eles acreditavam. A eles um abraço muito sentido.

A todos o meu muito obrigado.





## Resumo

A cidade de Braga assume-se cada vez mais como uma referência turística do Norte de Portugal, nomeadamente pelo valioso património histórico e arquitetónico que possui. Apesar de estar presente um pouco por todo o concelho, é no centro histórico que grande parte deste património está concentrado.

Paralelamente à herança cultural, o centro histórico possui uma grande área pedonal, reflexo das intervenções de regeneração e requalificação urbana que têm vindo a ser feitas nos últimos vinte anos, melhorando as condições para a mobilidade pedestre e para quem pretende visitar o casco antigo sem constrangimentos de trânsito nas artérias centrais.

De igual modo, desde 2011, o sector urbano sul, que abrange uma área de trinta hectares a sul do Rio Este, sofreu uma intervenção profunda de reabilitação urbana e paisagística, tornando-se numa importante área de lazer.

Tendo como base de trabalho o centro histórico de Braga e a zona sul da cidade, o principal objetivo geral deste trabalho passa pela valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de dois circuitos turísticos. Um dos circuitos será na componente do *walking tour* e o outro circuito na componente da *segway tour*.

O circuito de *walking tour*, direcionado para o *touring* cultural e citadino, incide sobre o património arquitetónico e urbanístico de Braga existente no centro histórico. O circuito em *segway*, direcionado para o *tour* paisagístico, contemplando igualmente a componente patrimonial, foi projetado para a zona sul da cidade nos três locais específicos incluídos no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Braga Sul (PERUBS), designadamente o Monte do Picoto, o Parque de São João da Ponte e margens do Rio Este/Sítio dos Galos.

Para além do levantamento do património arquitetónico e urbanístico localizado nos locais por onde passará o circuito em *segway*, procedeu-se também ao acompanhamento *in situ* das obras de requalificação destes locais de modo a verificar quais as melhores condições de mobilidade para a utilização do *segway*. Posteriormente, procedemos à implementação dos circuitos, através da contabilização das distâncias e tempos e da realização de alguns testes no terreno. Por fim efetuamos também a realização de duas simulações, com o intuito de obter algum *feedback* e traçamos algumas linhas de divulgação e dinamização dos circuitos.

Palavras-chave: Braga, turismo, património, centro histórico, área urbana, mobilidade urbana, *segway tour*, *walking tour*.



## Abstract

Braga grows up more and more as a tourist reference in Northern Portugal, mainly due to the city's historical value and architectural heritage. While it is present all over the county, is in the historic center that many of this heritage is concentrated.

Parallel to the cultural heritage, the historic center has a large pedestrian area, reflecting the regeneration interventions and urban regeneration that have been made in the last twenty years, improving conditions for pedestrian mobility and for those visiting the old town without traffic constraints in the central area.

Similarly, since 2011, the south urban area of the city, covering an area of thirty acres south of the river Este, underwent a profound intervention and rehabilitation of the urban area and the landscape, making it an important recreation area.

Having as basis the historic center of Braga and the south of the city, the main goal of this project involves the enrichment of heritage and urban recovery Braga by creating two tours. One of the tours will be in a walking tour component and the other tour on the *segway* tour component.

The walking tour circuit, directed to the cultural and city touring, focuses on the architectural and urban heritage on the historic center. The *segway* tour, directed to the landscape tour, also contemplating the heritage component, is designed for the south of the city on the three specific sites included in PERUBS, namely the Monte do Picoto, the St. John's Bridge Park and River banks Este / Site of Roosters.

In addition to the survey of the architectural and urban heritage located at the places where would the Segway tour take place, we were also monitoring the rehabilitation works *in loco* of these sites to check if the best conditions of mobility for the use of the Segway were provided.

Later, we proceed to the implementation of the tours through the account of distances and times and conducting some tests on the ground. We also made two simulations in order to get some feedback and opinions to fill some gaps that may come up.

Keywords: Braga, tourism, heritage, historic center, urban area, urban mobility, *segway* tour, walking tour.



## Índice

I.	INTRODUÇÃO .....	17
1.1	Apresentação do tema.....	17
1.2	Objetivos .....	18
1.3	Metodologia .....	19
II.	ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	23
2.1	Conceito de turismo e turismo cultural.....	23
2.1.1	Conceito de turismo.....	23
2.1.2	Conceito de turismo cultural .....	28
2.2	Motivações.....	31
2.2.1	Motivações turísticas.....	31
2.2.2	Motivações culturais .....	37
2.3	Património, turismo e cultura .....	40
2.3.1	Conceito de património.....	40
2.3.1.1	Evolução do conceito .....	43
2.3.1.2	Evolução do conceito em Portugal.....	50
2.3.2	A reciprocidade entre o turismo cultural e o património .....	52
2.4	Mobilidade e turismo .....	56
2.4.1	Mobilidade e turismo nos centros históricos .....	56
2.4.2	<i>Walking tour</i> .....	60
2.4.2.1	Conceito e origem .....	60
2.4.2.2	Modelos de <i>walking tour</i> .....	66
2.4.3	<i>Segway tour</i> .....	70
2.4.3.1	Características do <i>segway</i> .....	70
2.4.3.2	Estudo de casos de <i>segway tour</i> .....	71
III.	VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E URBANA DE BRAGA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE CIRCUITOS TURISTICOS.....	75
3.1	Caracterização de Braga.....	75
3.1.1	Enquadramento geográfico .....	75
3.1.2	Evolução urbana de Braga .....	77
3.1.2.1	Ocupação Romana .....	79

3.1.2.2	Idade Média .....	85
3.1.2.3	Idade Moderna .....	88
3.1.2.4	Área urbana sul de Braga .....	92
3.1.2.4.1	Margens do Rio Este e Sítio dos Galos .....	92
3.1.2.4.2	O Parque de São João e o Monte do Picoto .....	94
3.2	Análise do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Braga Sul.....	95
3.3	Análise <i>SWOT</i> .....	98
3.4	Proposta de implementação de dois circuitos turísticos .....	101
3.4.1	Circuito no centro histórico .....	101
3.4.1.1	Caracterização e delimitação do circuito no centro histórico .....	101
3.4.1.2	Descrição do circuito no centro histórico .....	108
3.4.2	Circuito em segway.....	117
3.4.2.1	Caracterização e delimitação do circuito em <i>segway</i> .....	117
3.4.2.2	Descrição do circuito em <i>segway</i> .....	120
3.4.3	Simulação dos circuitos propostos .....	125
3.5	Linhas gerais de divulgação e dinamização dos circuitos propostos .....	126
IV.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
V.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	133
	Legislação .....	133
	Monografias e artigos.....	133
	Endereços eletrónicos.....	139
	Cartas internacionais .....	143
VI.	APÊNDICES .....	145
1.	Património edificado de Braga contemplado no circuito do centro histórico.....	147
1.1	Setor um .....	147
1.2	Setor dois.....	152
1.3	Setor três .....	161
1.4	Setor quatro .....	168
1.5	Setor cinco .....	174
1.6	Setor seis .....	179
1.7	Setor sete.....	187
2.	Requalificação da Zona sul .....	197

VII. ANEXOS.....	208
Gráficos .....	208
Tabelas .....	210
<i>Frontpage de websites</i> .....	211





## Índice de figuras

Figura 1 - Elementos que psicologicamente influenciam a decisão de viajar .....	31
Figura 2 - Pirâmide das necessidades de Maslow (1943).....	34
Figura 3 - Frontpage do website da Paris Walks .....	67
Figura 4 Frontpage do website da Toursvoir Quebec.....	67
Figura 5 Frontpage do website da Inside .....	67
Figura 6 Frontpage do website da Tours VoirQuébec .....	67
Figura 7: Frontpage do website da Lisbon Walker .....	68
Figura 8: <i>Frontpage do website da Lisbon Spirit.</i> .....	68
Figura 9: Frontpage do website da Go! Leisure & Heritage.....	69
Figura 10: Frontpage do website da Tourist Affairs. ....	69
Figura 11 Segway modelo i2. ....	70
Figura 12: <i>Frontpage do website da NYC Skyline Segway Tour</i> .....	72
Figura 13: <i>Frontpage do website da BCN.</i> .....	72
Figura 14 Frontpage do website da lisbon by Segway .....	73
Figura 15 Frontpage do website da Algarve by segway.....	73
Figura 16 : Frontpage do website da Bluedragon .....	73
Figura 17 : Frontpage do website da Algarve by segway .....	73
Figura 18 Frontpage do <i>website</i> da MUITAVENTURA. ....	74
Figura 19 : Frontpage do <i>website</i> da Pena Parque Aventura .....	74
Figura 20 Mapa do concelho de Braga e atuais freguesias .....	76
Figura 21 Mapa de Braga, desde a época romana até à Idade Média .....	79
Figura 22 Mapa de <i>Bracara Augusta</i> (Alto Império).....	82
Figura 23: Plano urbano da cidade medieval de Braga .....	86
Figura 24 Mapa de Braunio (1594) .....	91
Figura 25: Limite da ARU de Braga Sul .....	96
Figura 26: Área delimitada do centro histórico de Braga .....	102
Figura 27: Imóveis classificados dentro do centro histórico de Braga. ....	104
Figura 28: Imóveis com valor patrimonial dentro da área do centro histórico .....	105
Figura 29: Mapa de proposta final <i>walking tour</i> .....	107
Figura 30: Setor um do <i>walking tour</i> .....	109
Figura 31: Setor dois do <i>walking tour</i> .....	110
Figura 32: Setor três do <i>walking tour</i> .....	112
Figura 33: Setor quatro do <i>walking tour</i> .....	113
Figura 34: Setor cinco do <i>walking tour</i> .....	114
Figura 35: Setor sete do <i>walking tour</i> .....	115
Figura 36: Setor sete do <i>walking tour</i> .....	116
Figura 37: Imóveis e sítios com valor patrimonial .....	118
Figura 38: Mapa de proposta final do <i>segway tour</i> .....	119
Figura 39: Setor um do <i>segway tour</i> .....	120
Figura 40: Setor dois do <i>segway tour</i> . ....	121
Figura 41: Setor três do <i>segway tour</i> . ....	122
Figura 42- Setor quatro do <i>segway tour</i> .....	123
Figura 43 - Setor quatro do <i>segway tour</i> .....	124
Figura 44- Simulação do <i>walking tour</i> .....	125
Figura 45 - Simulação do tour em <i>segway</i> .....	125

## Lista de abreviaturas

ACB	Associação Comercial de Braga
ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística
ARU	Área de Reabilitação Urbana
CMB	Câmara Municipal de Braga
CTP	Confederação do Turismo Português
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
ICOM	International Council of Museums
OMT	Organização Mundial do Turismo
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PERUBS	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Braga Sul
SWOT	Forças (Strenghts), Fraquezas (Weakness), Oportunidades (Opportunities) e Ameças (Threats)
TP	Turismo de Portugal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
UM	Universidade do Minho
WT	Walking Tour

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Legenda da figura 27.....	104
Tabela 2: Legenda da figura 28.....	105
Tabela 3: Legenda da figura 29.....	107



## I. INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação do tema

A cidade de Braga é detentora de um importante património cultural que resulta em parte da ocupação bimilenária que se iniciou no período romano e perdurou até aos nossos dias. Os apelidos que atualmente lhe são atribuídos, nomeadamente *Bracara Augusta*, *Cidade dos Arcebispos* ou *Capital do Barroco* refletem precisamente a importância da sua história e a memória e identidade que foram sendo construídas e eternizadas ao longo dos séculos, podendo estas ser observadas nos espaços construídos - ruas, praças ou edifícios - mas também nas tradições, nas festas ou na gastronomia.

É precisamente no centro histórico que se encontra a maior parte deste valioso património arquitetónico, com uma forte componente histórica que vai muito para além do património religioso e que é transversal no tempo, dotando-o de características únicas e suscetíveis de serem valorizadas turisticamente. A valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de circuitos turísticos constitui, paralelamente à escassez deste tipo de produto na cidade, um objetivo pessoal tendo em conta a minha experiência profissional, vinculada à área da animação turística e cultural.

Outro facto importante que se pode constatar é o aumento do fluxo turístico que se vem verificando de ano para ano. Dados oficiais mostram que, em termos globais, a última década tem apresentado um crescimento médio anual de 18,62%, apesar de ligeiros decréscimos nos anos de 2005 e 2008. Apenas nos últimos três anos registou-se um aumento de 47% de fluxo turístico<sup>1</sup>. Estes números mostram o valor patrimonial e o interesse que as pessoas mostram em conhecê-lo.

Para além do valioso património cultural que detém, o centro histórico foi também alvo de várias intervenções de revitalização e requalificação desde os anos noventa do século passado até aos dias de hoje, transformando o centro histórico numa grande área pedonal.

De igual modo, em 2011, a Câmara Municipal de Braga deu início às obras de reabilitação urbana de Braga sul, num plano que engloba uma área de trinta hectares que invoca comportamentos rurais, incluindo as margens do Rio Este/Sítio dos Galos, o Parque São João e o

---

<sup>1</sup> Os dados relativos ao fluxo turístico na cidade de Braga nos últimos anos podem ser consultados em anexos de gráficos e tabelas. Dados fornecidos pela CMB.

Monte Picoto. A conceção de uma vasta área de recreio e lazer, interligada com o centro histórico, faz desta zona um local com potencial para ser um complemento à oferta turística e cultural existente no centro histórico.

Perante a oferta patrimonial e natural que a cidade apresenta, nomeadamente no seu centro histórico e na área sul da cidade, aliada ao aumento do número de visitantes na última década – que posicionou Braga como um dos destinos turísticos mais importante do Norte de Portugal, chega-se à conclusão que uma das formas de facilitar o acesso dos visitantes ao património e, simultaneamente, valorizar o património turisticamente, é através da idealização de circuitos turísticos. Os circuitos turísticos podem ser uma mais-valia na oferta turística, ajudando a dinamizar economicamente e turisticamente a cidade.

Neste sentido, a proposta deste projeto assenta na elaboração de dois circuitos turísticos. Um circuito vocacionado para o *touring* cultural, suscetível de valorizar turisticamente o património existente no centro histórico e outro circuito mais vocacionado para o *touring* paisagístico a ser realizado na zona sul da cidade. O circuito no centro histórico seria realizado em *walking tour* e o circuito paisagístico na zona sul seria feito em *segway tour*.

A proposta apresentada para ambos os circuitos implicou uma delimitação geográfica do centro histórico e da zona sul da cidade, tendo em conta a metodologia seguida, mas também critérios de carácter temporal, que aliados aos recursos patrimoniais existentes nestes locais, permitissem concorrer para a produção de um produto turístico com valor comercial e económico.

## 1.2 Objetivos

O objetivo geral deste projeto consiste na valorização patrimonial e urbana de Braga através da realização de circuitos turísticos. Tendo como base de trabalho o objetivo geral, definiram-se dois objetivos específicos, centrados na implementação de dois circuitos turísticos em duas áreas geográficas distintas da cidade de Braga, sendo que:

1. O primeiro circuito de componente cultural e patrimonial será feito na vertente de *walking tour*, incidindo no centro histórico de Braga;
2. O segundo circuito, mais vocacionado para o *touring* paisagístico será direcionado para a valorização turística do património natural e ambiental existente na zona sul da cidade, sendo realizado na vertente do *segway tour*.

Para a concretização deste projeto de implementação de duas propostas de circuitos turísticos delinearam-se os seguintes objetivos:

1. Fazer um levantamento e caracterização do património arquitetónico e urbano existente no centro histórico e zona sul de Braga, suscetível de ser integrado nos circuitos propostos;
2. Proceder à apresentação de algumas propostas para a divulgação e dinamização dos circuitos para que possam vir a fazer parte da oferta turística da cidade.
3. Elaboração de uma proposta de circuito a pé que seja capaz de valorizar o património cultural, arquitetónico e urbano do centro histórico;
4. Elaboração de uma proposta de circuito em *segway* na zona sul de Braga que permita valorizar turisticamente o seu património natural e paisagístico.
5. Realizar simulações dos dois circuitos propostos no terreno;

Para além dos objetivos referidos anteriormente, definiram-se outros que se revelam importantes para a implementação e comercialização dos circuitos propostos, nomeadamente:

1. Proceder à elaboração de uma análise Forças (Strengths), Fraquezas (Weakness), Oportunidades (Opportunities) e Ameças (Threats) (*SWOT*) dos circuitos propostos;
2. Incluir nos *walking tours* factos, lendas, gastronomia e outros elementos que são importantes na preparação deste tipo de circuitos, para que sejam consumidos como um produto turístico completo;

### 1.3 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, foi importante proceder a um levantamento bibliográfico sistemático, nomeadamente de monografias, artigos e publicações de obras relevantes nas diferentes áreas do conhecimento que se debruçam sobre o estudo do património e do turismo cultural. A informação obtida foi complementada com algumas teses de mestrado que possuíam informação importante e bem fundamentada.

Esta circunstância permitiu a elaboração do enquadramento teórico, nomeadamente a definição de alguns conceitos essenciais para este projeto. Neste sentido, realizou-se uma abordagem ao conceito de turismo e à sua evolução, assim como ao conceito de turismo cultural, analisando-se, igualmente, as questões relacionadas com as motivações turísticas e as motivações culturais, de forma a complementar a temática do turismo e sua evolução, através de um enquadramento mais sociológico. Considerou-se também importante fazer uma análise às



definições de património e à sua evolução ao longo do tempo, tendo em consideração as cartas internacionais de referência, para posteriormente se proceder a uma abordagem sobre a evolução do conceito de património em Portugal. A relação entre turismo cultural e património também foi igualmente referenciada, por serem dois conceitos bastante interligados e complementares.

Tendo em conta os principais objetivos definidos neste projeto, procedeu-se ainda à análise de conceitos importantes ligados à mobilidade urbana nos centros históricos, tal como uma abordagem aos conceitos de *walking tour* e *segway tour*, associados a alguns exemplos práticos deste tipo de atividade turística existente em algumas cidades.

Depois de elaborado o enquadramento teórico, procedeu-se à delineação do projeto sobre a valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de circuitos turísticos, começando por se fazer uma caracterização geográfica e histórica de Braga. Na caracterização histórica, optou-se por uma divisão de três épocas distintas: ocupação Romana, Idade Média e Idade Moderna. Fez-se um levantamento das principais praças, ruas e edifícios que caracterizaram essas épocas e que persistiram até à atualidade e que estão localizados no centro histórico. O levantamento patrimonial e urbano, que complementa a caracterização histórica e urbana, foi remetido para apêndice por ser bastante extenso. Efetuou-se também a caracterização dos locais a incluir no *tour* em *segway* e que se localizam na zona sul da cidade.

Para além desta caracterização e do levantamento do património existente nesta área, foi feita uma análise mais profunda ao PERUBS e à sua implementação no terreno. Este acompanhamento *in loco* provou ser muito importante, pois forneceu indicações precisas de como se poderia implementar o circuito em *segway* e ao mesmo tempo encontrar os melhores locais e opções de trajeto por onde este poderia passar.

Procedeu-se também à elaboração de uma análise *SWOT*, com o objetivo de obter um diagnóstico estratégico dos circuitos propostos neste projeto.

Terminado o levantamento patrimonial e definidos critérios geográficos, patrimoniais e de condições de utilização do *segway*, procedeu-se à delineação e implementação dos dois circuitos propostos. A delineação dos circuitos foi elaborada com a ajuda do programa informático *Google Earth*, complementado com uma descrição pormenorizada de cada um dos locais atrativos, nomeadamente as ruas, praças e imóveis por onde os circuitos passam.

Por fim foram efetuadas duas simulações no terreno (um para cada circuito) e apresentadas algumas propostas de divulgação e dinamização dos circuitos.

Deste modo, a estrutura deste trabalho contempla quatro capítulos, sendo o primeiro destinado à *Introdução* (I), o segundo ao *Enquadramento teórico* (II), o terceiro à *Valorização patrimonial e urbana de Braga através da criação de circuitos turísticos* (III) e o quarto às considerações finais (IV). Este trabalho contempla ainda um conjunto de apêndices e anexos que complementam este projeto, nomeadamente uma caracterização dos locais e edifícios contemplados no circuito do centro histórico, figuras, gráficos e tabelas.

Este tipo de projeto, com uma forte componente prática, será uma ferramenta de trabalho importante, que permite perceber a viabilidade prática dos circuitos, podendo ser utilizado pelas empresas de animação turística que realizam tours culturais e paisagísticos.

Os resultados deste projeto, poderão ser divulgados em ações de promoção e divulgação turística, em iniciativas públicas/privadas, mas sempre com o foco principal nas empresas que têm competência e interesse de o implementar no terreno.



## II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo, será feito uma abordagem a alguns conceitos importantes para a realização deste projeto. Ter uma base teórica, onde temas como turismo, motivações turísticas, património e mobilidade nos centros históricos são abordados permite perceber melhor quais as áreas de atuação e de abrangência do projeto fazendo com que fique mais claro e fácil proceder à elaboração da componente prática do projeto.

Tendo em conta que este projeto está direcionado para a implementação de circuitos de cariz cultural e paisagístico numa área urbana, faz todo o sentido que se aborde os temas de uma forma geral passando depois para o concreto. Definição e evolução dos conceitos, segundo vários autores e áreas de conhecimento (economia, antropologia e sociologia). Permite ter um ponto de vista mais abrangente sobre estas temáticas.

### 2.1 Conceito de turismo e turismo cultural

#### 2.1.1 Conceito de turismo

Ao longo das últimas décadas, o fenómeno turístico tem vindo a assumir um papel destacado na economia de muitos países. Esta importância tem originado a realização de inúmeros estudos, designadamente por parte de sociólogos e economistas, interessados em perceber a génese deste fenómeno bem como o seu funcionamento.

Compreender o que leva milhões de pessoas a percorrer centenas e, muitas vezes, milhares de quilómetros para gozar férias é uma questão pertinente que pode ter várias explicações. No entanto, a questão é mais complexa do que parece, em virtude das variadas possibilidades de leitura que podem ser realizadas, umas mais complexas que outras, mas também da natureza mais sociológica ou economicista da abordagem.

A complexidade da abordagem do fenómeno turístico pode ser observada, desde logo, pela pouca consensualidade da sua definição. Têm sido várias as tentativas para definir o conceito de turismo, no entanto, nenhuma ganhou até ao momento aceitação generalizada, em virtude da própria natureza multidimensional, multifacetada e complexa do turismo (Henriques, 2003: 21).

A palavra turismo surge pela primeira vez em 1811, numa publicação da *“Sporting Magazine”* (Pérez, 2013: 19). No entanto, a primeira tentativa para definir turismo apareceu apenas, em 1910, com Schrattenhoffen, que define turismo como “[...] o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, a

permanência e a partida de viajantes numa comuna, província ou um Estado determinado e que estão diretamente ligados entre eles” (*apud* Cunha, 1997: 19).

Foi, no entanto, nos períodos compreendidos entre as duas grandes guerras mundiais (1919-1938), que os primeiros trabalhos são publicados com autores como Gluksmann (1929) referindo que o turismo, inclui todos os processos, nomeadamente os económicos e sociais, que se desenvolvem através do fluxo as chegadas, permanências e do regresso dos turistas, dentro e fora de um determinado espaço (*apud* OMT, 2001: 37). Só a partir da década de 40, com a introdução de tempo livre de férias e do subsídio de férias, é que se deu o grande *boom* mundial dos movimentos turísticos, o que permitiu uma análise mais desenvolvida deste fenómeno.

Em 1942, Hunziker e Krapf, apresentam a primeira definição de turismo de forma sustentada. Segundo estes autores, o turismo “[...] é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária” (*apud* Cunha, 2001: 29). Estes autores olham para o turismo como um conjunto de relações e fenómenos que exige a deslocação da residência habitual, mas que não pode ser utilizada para o exercício de uma atividade lucrativa principal. Apesar de se tratar de uma definição fundamentada, apresenta-se incompleta, essencialmente por duas razões. A primeira prende-se com o facto de permitir a inclusão no conceito de turismo das deslocações que impliquem a obtenção de um rendimento, desde que não tenha carácter principal. A outra relaciona-se com a omissão dos aspetos sociológicos. Na verdade, para os sociólogos, o turista é, antes mais, o homem que se desloca para satisfazer a sua curiosidade, o desejo de conhecer, para se cultivar e evadir, mas também para repousar e se divertir num meio diferente do habitual. Refira-se, aliás, que foram estes aspetos que levaram Hunziker e Krapf a considerar o turismo não apenas um fenómeno económico mas, acima de tudo, um fenómeno social não evidenciado (*apud* Cunha, 2001: 29-30).

No passado o turismo era visto pela maior parte dos especialistas como as viagens feitas para regiões que ficassem a mais de 50 milhas dos locais de residência dos turistas ou que exigissem a permanência dos viajantes por mais de 24 horas nos locais a visitar. Era também importante que o turista não viesse exercer, nos locais a visitar, uma ocupação remunerada (Helena e Milone, 2000: 26).

Os primeiros autores a fazerem a divisão entre turismo conceptual e técnico, permitindo uma maior facilidade analítica do conceito, foram Bukhart e Medlivk (1974), e Heeley (1980)

defendendo que a definição conceptual procura elucidar a natureza do turismo como atividade, enquanto as definições técnicas englobam as diferentes atividades turísticas, assim como as próprias designações do tipo de turistas (*apud* OMT, 2001: 37).

Um conceito de turismo mais abrangente foi introduzido por Mathienson e Hall (1982) que o descrevem como “[...] o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, bem como as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”. Trata-se, na realidade, de uma noção mais abrangente que inclui outras questões, nomeadamente a oferta e a procura turística, mas também as deslocações de pessoas e as relações que se estabelecem nos locais visitados (*apud* Cunha, 2001: 30).

A esta definição acresce ainda o mérito de contribuir para o esclarecimento da natureza do turismo, assim como evidenciar que o turismo deriva de um movimento e de uma estada de pessoas num determinado destino, destacando dois elementos no turismo (tempo e viagem até ao destino e a estada no destino), sendo que a viagem e a estada têm lugar fora do local normal de residência e trabalho, e a deslocação para destinos turísticos é temporário e de duração reduzida. Neste sentido, os destinos são visitados com outros objetivos, para além dos associados ao emprego e residência permanente nesse lugar (Henriques, 2003: 22).

Todavia, esta definição também apresenta algumas lacunas, pois não engloba as atividades executadas durante as deslocações das pessoas, as infraestruturas e equipamentos que o turismo necessita para existir e que não satisfazem diretamente as necessidades dos turistas. De igual modo, para além de não referir expressamente a exclusão da remuneração e incluir, explicitamente, apenas as “facilidades criadas”, exclui as atividades não criadas para satisfazer as atividades turísticas, mas que são necessárias ao turismo e que podem ser desde os recursos naturais às manifestações de carácter publico (Cunha, 2001: 30).

Paralelamente à evolução do fenómeno turístico houve a necessidade de definir o turista. Assim, em 1968, a Organização Mundial do Turismo (OMT) define turista como “ [...] o visitante temporário que permanece pelo menos 24 horas no lugar que visita, por motivos de lazer ou negócio. Um visitante que fique menos de 24 horas, pelos mesmos motivos é um excursionista” (*apud* Henriques, 2003: 22). Esta definição permitiu que se estabelecesse a distinção entre “turismo” e “outro tipo de atividade semelhante”. Em 1994 a OMT introduz algumas alterações relativas à definição de turismo, nomeadamente (*apud* Lickorish e Jenkins, 2000: 53):

- O turismo compreende “[...] as atividades de pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente usual, por não mais de um ano consecutivo, para fins de lazer, negócios e outros.” (2000: 53).
- O uso desse amplo conceito possibilita a identificação do turismo entre os países, bem como do turismo dentro de um país. O “turismo” refere-se a todas as atividades de visitantes incluindo “turistas” (visitantes que passam a noite no local) e “visitante de um dia”. (2000: 53).

Na realidade, a definição elaborada pela OMT abrange duas dimensões. Por um lado, a frequência, na exata medida em que os locais frequentemente visitados por uma pessoa fazem parte do seu enquadramento habitual e, por outro, a distância, considerando os locais próximos da residência como parte do enquadramento habitual, mesmo se forem raramente visitados (Cunha, 1997: 9).

Esta definição apresenta o inconveniente de dar prioridade ao lado da procura e não revelar a oferta, incluindo apenas no turismo as atividades desenvolvidas pelos visitantes, omitindo as atividades produtoras de bens e serviços, criados para servir direta e indiretamente os visitantes e que permanecem mesmo quando as deslocações e estadas não se realizam (Cunha, 2001: 31).

Ainda antes da definição apresentada pela OMT, Leiper (1990) (*apud* Henriques, 2003: 23) defendia que “[...] a indústria do turismo consiste no conjunto de todas as empresas, organizações e facilidades que têm com intento satisfazer as necessidades e desejos dos turistas”. De acordo com Henriques, esta definição tem em consideração o lado da oferta, ao contrário de muitas definições que se inclinam para o lado da procura.

Existe também uma visão mais antropológica do turismo que segundo Pérez (2013: 20), permite pensar no turismo em quatro perspetivas:

- O turismo como um intercâmbio sociocultural;
- O turismo como experiência ritual moderna;
- O turismo como prática de consumo diferencial;
- O turismo como instrumento de poder político- ideológico.

Goeldner, Ritchien e Macintosh (2002:23) definem turismo como “[...] a soma de fenómenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes”. Para estes

autores, o turismo é um conjunto de atividades, serviços e setores que oferecem uma experiência de viagem: estabelecimentos de transporte, alojamento, alimentação, compram, entretenimento, locais para atividades e outros serviços de hospitalidade disponíveis para pessoas e grupos que estejam do seu local de residência. Ainda segundo estes autores o turismo engloba todos os prestadores de serviços e visitantes, relacionando-os entre si. O turismo é, assim, a soma de todo o setor mundial de viagens, hotéis, transporte e todos os outros componentes, incluindo promoção, que atende às necessidades e aos desejos dos viajantes. Por fim, estes autores numa abordagem mais economicista e geográfica definem turismo como “[...] a soma total das despesas turísticas dentro das fronteiras de uma nação ou subdivisão política, ou uma área em torno de uma estrutura de transporte de estados ou nações contíguas”. A importação da delimitação geográfica, que pode ou não englobar uma ou várias nações (Goeldner *et alii*, 2002: 23).

Alguns autores têm apresentado definições bastante simples, como Cunha (1997: 8), que define turismo como “[...] a atividade económica decorrente das deslocações e permanências dos visitantes”. No entanto, esta definição é claramente vaga, se tivermos em conta os vários agentes e relações que existem na atividade turística.

Outros autores como Deleuze (1999), Guattari (1999) e Barretto (2009) consideram precisamente que o turismo só poderá ser compreendido se, de facto, for visto como um sistema não linear: complexo, excêntrico e inconstante na medida em que a sua evolução e ramificação se tornaram imprevisíveis. Deste modo se compreende a complexidade que o turismo representa (*apud* Pérez, 2013: 6).

Para Lickorish e Jenkins (2000), o turismo é uma atividade transversal que ultrapassa os sectores convencionais da economia. É um tipo de atividade que requer dados de natureza económica, social e ambiental, sendo considerada uma atividade multifacetada. Segundo estes autores, pode ser um erro descrever o turismo como uma “indústria”, pois ele não possui a função da produção formal denotada pelo termo, e também não produz resultados que possam ser fisicamente medidos (Lickorish e Jenkins, 2000: 9). Já Helena e Milone (2000) (Helena e Milone, 2000: 26) tal como a OEA (2008) (*apud* Pérez, 2013: 5) têm uma opinião contrária, considerando o turismo uma rica indústria que se relaciona com vários setores da economia mundial, tornando-se assim uma atividade bastante volátil.

Na realidade, a definição de turismo representa uma dificuldade séria e contínua para os analistas, em particular, devido à natureza heterogénica do setor que dificulta a avaliação do seu impacto na economia em relação a outros sectores. Para Burkat e Medlik (1981), existem diversos



aspectos explícitos associados ao turismo que implicam uma pessoa em viagem: a viagem pode ser de menos um dia (viajante de um dia); pode ser uma viagem dentro das fronteiras nacionais, constituindo assim, uma viagem de turismo doméstico; ou pode ser uma viagem atravessando fronteiras internacionais (viagem de turismo internacional) (*apud* Lickorish e Jenkins, 2000: 10).

Independentemente dos vários conceitos de turismo, existe uma característica comum a todos eles e que reside no facto do turismo envolver uma viagem e, consequentemente, ser uma atividade que se desenvolve a alguma distância de casa, pressupondo que a experiência oferecida pelo destino não existe no ambiente da residência habitual, caso contrário as pessoas não se deslocariam, muito embora a sensação de sair do local de origem constitua uma importante motivação turística (Henriques, 2003: 23).

O turismo tem que ser visto como uma atividade multifacetada e multidimensional, que não deve de forma alguma ser reduzida ao negócio, marketing, atividade industrial e gestão de produto. Carvajal (1992) classifica o turismo como um fenómeno sociocultural que pode ser abordado de diferentes pontos de vista, nomeadamente: económico, antropológico, geográfico, sociológico, ecológico e direito (*apud* Pérez, 2013: 16).

As várias definições de turismo que têm vindo a ser apresentadas permitem verificar que este fenómeno se estrutura segundo diferentes características, tais como as motivações, os seus modos de exercício, os seus espaços de prática e, ainda, segundo o seu conteúdo social. Fala-se então de turismo de negócios, turismo religioso, turismo cultural, de saúde, de aventura, de massas, entre outros (Henriques, 2003: 23).

### **2.1.2 Conceito de turismo cultural**

As definições de turismo cultural são igualmente variadas, de acordo com o autor ou a organização que as elabora e estuda, muito embora, na generalidade, o seu significado seja bastante similar.

Na realidade, trata-se de definir um determinado tipo de turismo, ao qual acresce a especificidade cultura. A este propósito refira-se a própria definição de cultura que segundo Schiavo (2005), pode ser entendida como “ [...] o que define a identidade coletiva dos povos. É nela que se expressam a visão do mundo, da vida, do sofrimento, da morte, assim como as suas tradições, os hábitos, os costumes, a língua, etc. A cultura é como uma roupagem que cada um veste quando nasce ou a lente dos óculos com os quais ele enxerga a vida. Muda a partir do lugar

do nascimento, assim como pelos conhecimentos que serão adquiridos e as experiências que a vida vai proporcionar” (*apud* Dias, 2010: 20).

Numa perspetiva mais antropológica, cultura é entendida como o modo como o Homem pensa, diz, faz e fabrica. “[...] O conceito antropológico de cultura tenta diminuir o etnocentrismo e elitismo afirmando o universalismo da cultura humana e o particularismo das culturas, daí que o respeito pelas diferenças culturais deva ser a base para uma sociedade justa.” (Pérez, 2013: 124).

Em última análise, podemos dizer que a cultura é todo o nosso legado, património material e imaterial, usos, costumes e tradições, enquanto peças fundamentais na definição de cultura e identidade cultural. Em 1985, a OMT (Organização Mundial do Turismo), definiu turismo cultural como “[...] todo movimento de pessoas essencialmente com motivações culturais, tais como *tours* culturais, eventos culturais, visita a sítios e monumentos e viagens para estudar folclore ou arte” (*apud* Bucho, 2010: 65).

Em 1976 na Carta Internacional sobre Turismo Cultural a International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), define turismo cultural: “[...] facto social, humano, económico e cultural irreversível. O turismo cultural é uma forma de turismo que tem por objetivo central o conhecimento de monumentos, sítios históricos e artísticos ou qualquer elemento do património cultural.” (*apud* Pérez, 2013: 136).

Por sua vez, em 1997, Craik reforça a simultaneidade da viagem e da cultura definindo turismo cultural como “[...] as excursões frequentes a outras culturas e lugares para aprender acerca dos seu povos, estilos de vida, património e artes, representantes genuínos dessas culturas e dos seus contextos históricos” (*apud* Henriques, 2003: 49).

O turismo cultural pode igualmente ser visto como o reencontro de duas lógicas, sendo que uma desenvolve as capacidades de acolhimento e estadia e a outra valoriza os conteúdos e descoberta, aprendizagem dos locais naturais, do património e dos homens, como refere Pelletier (1991) (*apud* Henriques, 2003: 49).

A noção de que o turismo cultural une a ideia de viajar e visitar a um ato de conhecimento que nos é proporcionado pelo contacto direto e pessoal com as diferentes expressões de cultura de um povo ou um país é identicamente destacada por Pedrosa (1997) (*apud* Henriques, 2003: 49). Refira-se, ainda, a definição de Group (2003) que argumenta que o turismo cultural se perspetiva “[...] como compreendendo todas as visitas motivadas no todo ou em parte por

interesse na oferta histórica, artística, científica, mas também no modo de vida de uma comunidade, região, grupo ou instituição” (*apud* Henriques, 2003: 50).

Para a Confederação de Turismo Português (CTP, 2005), a definição de turismo cultural “ [...] compreende os eventos, as atividades e as experiências culturais [...] supõe a imersão e/ou a apreciação das áreas, estilos de vida das populações locais e tudo o que lhe confere identidade e caráter” (CTP, 2005: 633).

Na realidade, o turismo cultural contempla “[...] todas as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda de necessidades espirituais.” (Cunha, 2001: 47).

Os elementos que fazem parte da cultura de uma sociedade são muito ricos e diversos, sendo um reflexo complexo da forma como o seu povo vive, trabalha e se diverte. O turismo cultural cobre todos os aspetos da forma como as pessoas adquirem conhecimentos sobre as formas de vida e pensamentos umas das outras, sendo um importante meio de promover as relações culturais e a cooperação intercultural. Por outro lado, o desenvolvimento de fatores culturais num determinado país é um modo de aperfeiçoar recursos para atrair visitantes. Para um país ser bem-sucedido no turismo, é muito importante que para além de ter transportes e bons hotéis, acrescente também um toque tradicional que esteja em sintonia com as formas de vida tradicionais e que as suas atrações culturais se apresentem de forma inteligente e criativa (Goeldner *et alii*, 2002: 191-192). Para Smith (2003) o turismo cultural é visto como um guarda-chuva conceptual para um conjunto de atividades e uma forma de diferenciação do turismo (*apud* Pérez, 2013: 131). Em 1993 a organização Norte-Americana *National Trust for Historic Presevation*, define turismo cultural como: “[...] a prática de viajar para experimentar atrações históricas e culturais com o fim de aprender sobre o passado de uma região ou de país, de uma maneira divertida e informativa.”. Esta definição é uma visão histórica do turismo cultural entendido como um olhar experimental sobre o passado. No entanto, o turismo cultural produz, vende e consome o presente (*apud* Pérez, 2013: 136)

## 2.2 Motivações

### 2.2.1 Motivações turísticas

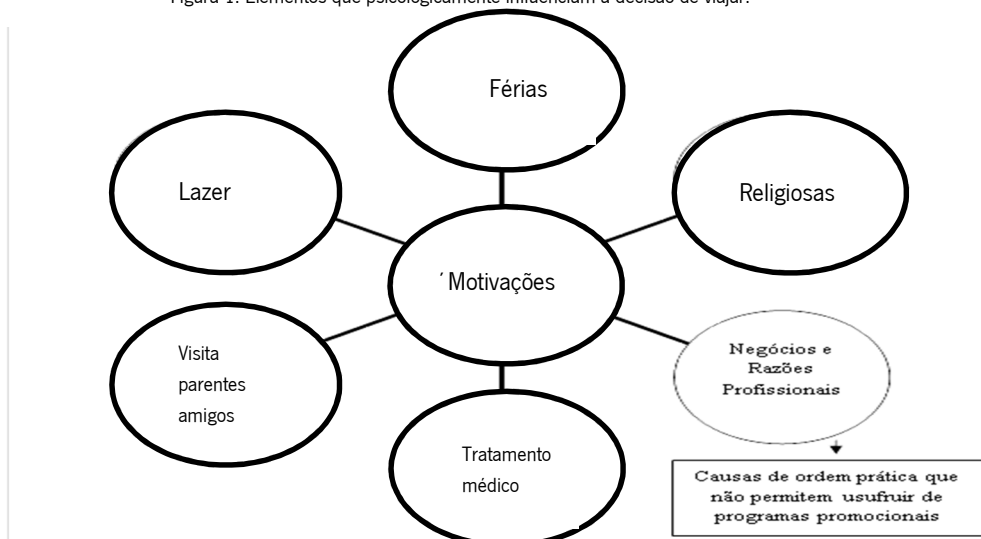
O Homem, por natureza, tem um conjunto diversificado de necessidades que variam de indivíduo para indivíduo e de momento para momento. Essas necessidades podem ser biológicas, psicológicas ou sociais.

Dubois (1993) refere que, como sinónimos para “motivação”, podemos encontrar termos como necessidades, desejos, impulsos, instintos, etc. Nesse sentido, podemos dizer que uma pessoa está motivada quando está pronta a despende esforços particulares desde que deseje algo (*apud* Barros, 2002: 217).

Um negócio turístico para ter sucesso depende, em grande parte, da capacidade de resposta às necessidades e preferências dos consumidores. Esta capacidade de resposta está relacionada com o conhecimento dos motivos que levam as pessoas a viajar, o que implica a compreensão do comportamento dos turistas e das razões das suas decisões. O processo de tomada de decisão remete-nos também para a relação que existe entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos destinos, podendo estes dar resposta a motivações muito diversificadas (Cunha, 1997: 105)

Existem certos comportamentos de consumidores de turismo, que não são bem explicados, ou seja, porque os turistas com características sociodemográficas idênticas escolhem destinos diferentes, ou porque escolhem viajar por uma companhia diferente, entre outros. Por isso, é necessário ter em consideração o comportamento do consumidor e o seu processo de tomada de decisões (OMT, 2001: 63).

Figura 1: Elementos que psicologicamente influenciam a decisão de viajar.



Fonte: Elaboração pelo autor com base em Barros 2002.

Desde que as viagens começaram a ser organizadas que seus os organizadores de viagens sabiam da importância de compreender a psicologia do turismo. Dentro dos campos de estudo sobre motivações para viagens estão: motivação de consumidores, tomadas de decisão, satisfação com o produto, aceitabilidade geral das experiências de viagem, prazer no ambiente de férias e interação com os habitantes locais. Os turistas viajam por razões que incluem espiritualidade, prestígio social, mudança de ambiente e enriquecimento cultural (Goeldner *et alii*, 2002: 176).

Tal como se pode observar na figura 1 os fundamentos de uma visita (ou motivações) são bastante variáveis. Na realidade, cada turista é um ser diferente, com origens, formas de pensar e vivência díspares. Todas estas variáveis condicionam o seu grau de satisfação numa viagem que, quando comparado com outro indivíduo, mesmo sendo oriundo do mesmo país, estabeleceu metas diferentes para a sua viagem (Cunha, 2001: 47).

Para Castro (1977), como se pode também observar na figura 1 quando as pessoas viajam é por algum motivo, o que vai implicar a existência de uma causa e o que pressupõe alcançar um fim determinado. Toda a ação voluntária envolve motivação e finalidade (*apud* OMT, 2001: 63).

Existem fatores motivacionais que, caso sejam muito fortes, podem condicionar uma viagem, seja ela interna ou internacional. Alguns fatores são do consenso da maioria dos autores, como no caso da determinação das origens geográficas dos turistas e das motivações que os movem (Barros, 2002: 215).

Para Krippendorf (1989), as alterações da sociedade, nomeadamente a sua evolução de sedentária para uma sociedade em constante movimento, impelem os indivíduos a aproveitar todas as oportunidades para fugir à rotina (*apud* Barros, 2002: 217).

No caso do turismo internacional destacam-se algumas condicionantes para a execução da viagem, nomeadamente a duração, as escalas, a mudanças de fusos horários, entre outros. Para Byer e Viallon (1994), o número de fatores que podem restringir a capacidade do sujeito turístico de concretizar um dado objetivo pode ser muito elevado. Igualmente, também o fator ambiental/climatérico, dependendo das intenções e objetivos do turista, pode influenciar as opções, levando à desmotivação da deslocação predefinida, bem como à definição do local de destino, os meios de transporte a utilizar, o tempo de permanência e o tipo de turismo a concretizar (*apud* Barros, 2002: 223).

Neste sentido, a resposta para conseguir estar sempre um passo à frente do turista, conseguindo superar as suas expectativas, parece residir no estudo do seu comportamento, bem como no conhecimento dos motivos que o levam a viajar. Trata-se, na realidade de avaliar as

motivações do turista, indispensáveis para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do turismo, onde a satisfação do cliente é condição essencial para o seu sucesso. Se forem devidamente estudados e fundamentados, os gostos, as necessidades e as preferências dos turistas poderão dar resposta a muitas lacunas ainda existentes no que concerne às motivações dos turistas.

Pearce (1995) refere que as necessidades, os desejos, os objetos pessoais e a motivação devem estar relacionadas. Deste modo, o estudo das motivações é importante para compreender o porquê de certos grupos de pessoas escolherem certas experiências de viagem (*apud* Cunha, 1997: 107).

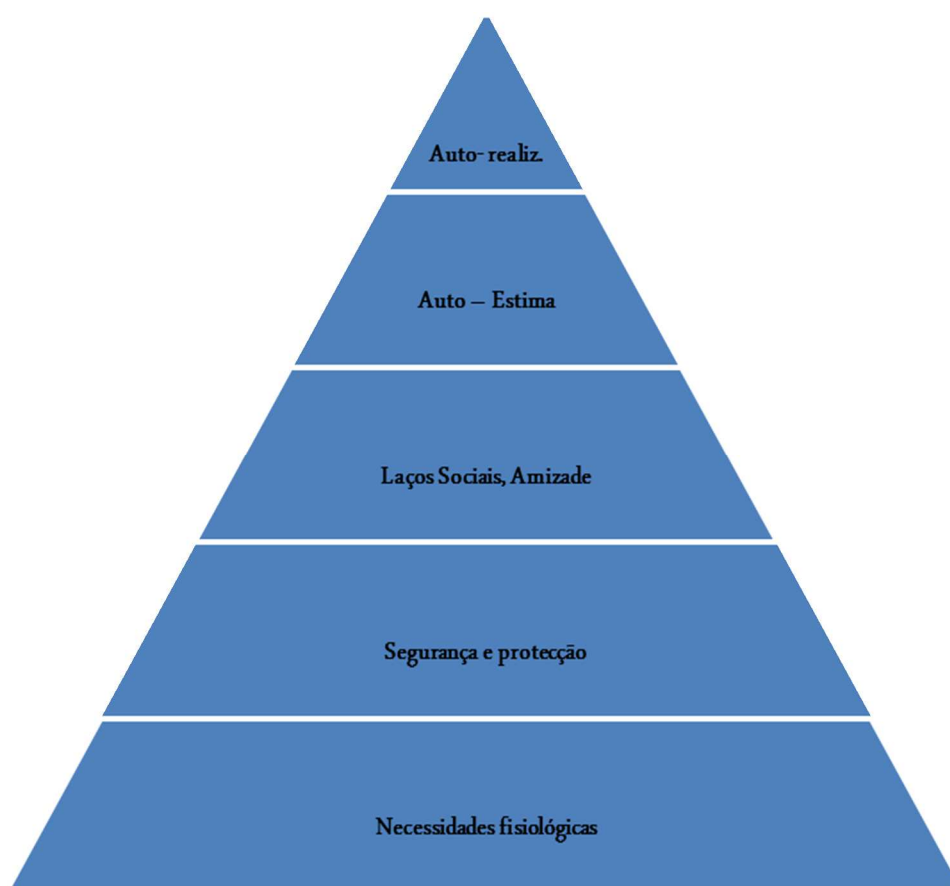
Os estudos sobre as motivações para viajar podem ser a base para a análise dos consumidores de turismo e um bom perfil motivacional dos visitantes deve ajudar a compreender como as características de um destino são adequadas às necessidades dos viajantes. A chave para vincular os estudos sobre as motivações para realizar viagens a outros estudos de turismo, como a escolha do destino, reside na análise das atividades oferecidas pelo destino e nas atividades que respondem aos motivos dos viajantes. Assim, se os viajantes fortemente motivados pela necessidade de aumentar o seu conhecimento sobre arte e história visitam atrações culturais bem-administradas e de alta qualidade, a satisfação é provável. Uma má adequação também pode ocorrer, como o visitante azarado, que vai para uma ilha tropical em busca de descanso e relaxamento e acaba encontrando um produto turístico que é projetado para aqueles que buscam estimulação, excitação e novos relacionamentos. À medida que o turismo cresce na direção de uma indústria de consumo cada vez mais sofisticada, a necessidade de entender os desejos dos viajantes irá aumentar e as motivações dos turistas irão tornar-se parte central de todos os estudos de turismo (Goeldner *et alii*, 2002: 183).

Desde a década de 60 do século passado, que começaram a surgir estudos relacionados com as necessidades e motivações que ainda hoje servem de referência no tema das motivações turísticas. Seguidamente iremos abordar alguns desses estudos.

Segundo a “teoria da hierarquização das necessidades” de Maslow (1943), o Homem é um ser insatisfeito e que, mal satisfaz uma necessidade, já outra a substitui. As necessidades humanas podem ser de natureza biológica ou instintiva, possuindo uma base genética e influenciando muitas vezes comportamentos de modo inconsciente. As necessidades fisiológicas e de segurança, por que se referirem à preservação e conservação pessoal, designam-se por primárias; as restantes, que se relacionam com a identidade, são designadas por secundárias. Após satisfeita a necessidade de nível inferior, a pessoa é levada a satisfazer as necessidades de

nível superior, isto é, as pessoas tendem a subir na escala das necessidades à medida que vão adquirindo maior experiência de viagem. Os fatores motivacionais são os atributos de um emprego que geram entusiasmo, conduzindo benefícios psicológicos, tais como o crescimento e desenvolvimento pessoal, responsabilidade, reconhecimento, desafio intelectual e realização. São os fatores intrínsecos às pessoas que correspondem às necessidades mais elevadas da pirâmide de Maslow (*apud* Cunha, 1997: 109). Na figura 2 podemos observar a pirâmide das necessidades de Maslow, com as necessidades primárias na base e as necessidades secundárias no topo.

Figura 2: Pirâmide das necessidades de Maslow (1943).



Fonte: Elaborado pelo autor, segundo Cunha, 1997: 119.

A primeira sistematização dos motivos que induzem o homem a viajar surge com Krapf (1962), que identificou inúmeros fatores que levam as pessoas a viajar, designadamente a procura de conhecimentos, o repouso, cura, a religião e ver paisagens diferentes (*apud* Cunha, 1997: 112). A estes motivos Bernecker (1965), acrescentou “a viagem pela viagem”, ou seja, a viagem por prazer (*apud* Cunha, 1997: 113).

Na realidade, parece não existir, necessariamente, uma razão concreta e definida para movimento das massas, encontrando-se a viagem por prazer cada vez mais presente no quotidiano das pessoas. A variedade de motivações que originam as deslocações têm levado a admitir que o turismo não tem as suas próprias motivações, visto que todas elas são comuns às diferentes formas de atividade humana, sendo possível identificar motivações opostas em função das necessidades de cada momento de partida ou em função das características pessoais do viajante. Por vezes, o que leva as pessoas a viajar, ou a escolher determinado local, são fenómenos coletivos de moda ou imitação. Trata-se, na realidade, de motivações coletivas que têm origem em fatores coletivos e não em fatores individuais. Nesse sentido, um dos aspetos que melhor parece caracterizar o turismo é a possibilidade que este permite de satisfazer a necessidade de diversidade do turista. A busca da diversidade, de algo de novo, e diferente, constitui o motor da evolução humana, social e cultural surgindo logo após à satisfação das necessidades fundamentais no conjunto dos fatores que estimulam o homem na procura de novas atividades, novos conhecimentos e novos ambientes. A diversidade pressupõe a existência de diferenças e quando estas se eliminam destrói-se a possibilidade de corresponder às motivações que têm na diversidade a sua base (Cunha, 1997: 112).

No entanto, nenhum indivíduo é igual e as suas decisões dependem das suas atitudes, perceções, personalidades e experiências prévias. Esses aspetos configuram juízos subjetivos dos consumidores, que influem no processo de decisão. Para Wahab, Campron e Rthfield (1976), a tomada de decisão é um processo complexo no qual se relacionam múltiplos elementos. No caso do turismo engloba aspetos como os gastos e o esforço a fazer ganhar esse dinheiro, necessidade de planear e economizar antes da decisão final. Neste contexto, a decisão de compra tomada pelo turista guia-se por maior cautela que para outros bens de consumo, já que o risco financeiro é muito alto. Em consequência, a imagem que existia na mente do consumidor sobre um destino ou um serviço concreto será decisiva para o processo de tomada de decisão e afetará o tipo de férias escolhido, ainda que a imagem não corresponda à realidade (*apud* OMT, 2001: 64).

Neste sentido a OMT em 1979 (2001: 63) define essa imagem como as “[...] ideias ou conceitos que se têm do destino turístico no individual ou coletivo.”

Para Plog (1974) os turistas podem ser categorizados em dois grupos opostos, designadamente os psicocêntricos e os allocêntricos. Os primeiros englobam um tipo de pessoas mais limitadas nas opções de escolha, que não se predispõem a grandes desafios, preferindo optar por algo que já conhecem, denotando um limitado interesse pelo mundo exterior. Por outro



lado, os aloccêntricos procuram a diversidade e os desafios, manifestando uma curiosidade constante por tudo que os rodeia. No entanto, em virtude de se tratar de duas categorias extremas, as mesmas estão subdivididas em três fases intermédias: os quase-psicocêntricos, os cêntricos e os quase-alocêntricos (*apud* Cunha, 1997: 124).

É importante salientar que, visualizando um indivíduo como um ser em constante mudança, os resultados variam em frações reduzidas de tempo, dependendo do perfil do turista, ou seja, se este é psicologicamente estável ou instável.

Apesar de o trabalho de Plog ter sido importante no fornecimento de uma teoria organizador de motivações para viagens, este apresenta algumas lacunas, nomeadamente: uma avaliação estática e extrínseca da motivação turística, não é de aplicação universal e a sua formulação está limitada ao contexto turístico dos anos 70 (Goeldner *et alii*, 2002: 181).

As motivações das viagens são perduráveis, mas as transformações económicas, sociais e culturais, aliadas as mudanças políticas e às alterações do comportamento do homem perante si próprio e perante o seu ambiente, levam a que, em cada época, se altere a predominância de umas em relação a outras. Nesse sentido, quer os comportamentos dos turistas, quer as preferências e os atrativos que procuram, podem variar de acordo com as épocas, bem como com as próprias modificações dos hábitos do turista (Cunha, 1997: 129).

Na realidade, o turismo é, entre as atividades económicas, uma das que está mais exposta às alterações produzidas na sociedade e, simultaneamente, aquela que melhor as reflete.

Segundo Boullón (1983), o maior número de viajantes com fins turísticos provém das cidades, em virtude do maior poder económico que possuem, mas também devido ao facto de terem acesso a uma superior variedade de alternativas de destino. De igual modo, o desejo de sair da cidade durante as férias constitui uma motivação com bastante relevância. Pelo contrário, o homem rural, apesar de também viajar, fá-lo com menor frequência, em virtude das limitações a nível económico, mas também porque o seu modo de vida o motiva a viajar menos (*apud* Barros, 2002: 215).

As alterações sociais provocam modificações profundas nas preferências, hábitos e comportamentos dos turistas e alteram a hierarquia das motivações. Neste sentido, as motivações dominantes em épocas anteriores podem ser subalternizadas ou restringidas a grupos de pessoas cada vez mais reduzidos. Por outro lado, as motivações menos relevantes, isto é, que estavam na origem de diminutas correntes turísticas, podem passar a provocar movimentos de maior dimensão. Neste sentido, as motivações turísticas continuam a ser as mesmas registando-se, no

entanto, uma alteração relativamente àquelas que eram ou passaram a ser dominantes (Cunha, 1997: 57).

De acordo com Kippendorf (1987), as recentes transformações da sociedade têm determinado uma diminuição da importância atribuída aos aspetos puramente económicos, surgindo novos campos de interesse e novas atividades, bem como o aumento da curiosidade pelos valores não materiais, como a saúde, ambiente, natureza, saber e cultura. De igual modo, segundo o autor, a necessidade do indivíduo se personalizar, de se libertar das normas e dos constrangimentos sociais têm condicionado as suas opções turísticas (*apud* Cunha, 1997: 132).

### 2.2.2 Motivações culturais

Tal como já foi referido, o turismo cultural envolve as visitas motivadas pela herança histórica, artística, científica ou estilo de vida, oferecidas por uma comunidade. Na realidade, o turismo cultural permite a convivência com os modos de vida de outros povos e desfrutar do património e conhecimentos desses mesmos povos. Deste modo, o turismo cultural abrange as viagens cujas motivações se incluem no grupo da cultura (Cunha, 2001: 49).

No século XX a busca de novas maneiras de comunicação com o passado tem sido uma procura permanente, ao mesmo tempo que se intensificam movimentos de tentativa de reencontro com as raízes e o aumento de tendências que valorizam as tradições, aspetos que se contextualizam na relação entre o local e o global. Para Nuryanti, (1996) vai ao encontro da procura de novidades através do retorno dos valores sociais tradicionais por parte dos turistas. Este fenómeno traduz-se na procura por identidade, autenticidade das cidades e encontros que diferem daqueles obtidos no turismo de massa. (*apud* Henriques, 2003: 104).

É sobretudo a partir dos anos 80 do século XX, que vamos assistir à emergência de uma nova fase no turismo, que segundo Craik (1997) destaca a componente cultural das experiências dos turistas (*apud* Henriques, 2003: 104).

Segundo a CTP (2005), o “[...] turismo cultural compreende os eventos, as atividades e as experiências culturais; supõe a imersão e/ou apreciação das áreas, estilos de vida das populações locais e tudo o que lhes confere identidade e carácter”. Já a OMT (1997) calcula que cerca de 10% do turismo mundial tem por base motivos culturais (cerca de 60 a 70 milhões de chegadas de turistas internacionais) (*apud* CTP, 2005: 633).

Alguns autores tais como Henriques (2003) Goeldner (2002), Ritchie, McIntosh, Michael (1995) e Antolovic (1999), tentam perceber o que de facto motiva os turistas a visitar locais

culturais e patrimoniais, de modo a identificar quais as verdadeiras razões. No entanto, as motivações são variadas, tornando-se bastante difícil dividi-las e classificá-las.

Segundo um estudo sobre motivações culturais feito por Michael (1991), 50% dos visitantes consumidores de património são movidos pela vontade do conhecimento, 41% porque gostam de história, 31% gostam de arte e arqueologia e 19% por ser um meio de evasão (*apud* Henriques, 2003: 109).

Por sua vez, um estudo sobre motivações culturais de Antolovic (1999) refere que 70% dos americanos que viaja para a Europa procura uma experiência turística cultural, mas também que cerca de 67% de todos os visitantes do Reino Unido procura uma experiência turística cultural (patrimonial) como parte integrante da sua viagem, mas não necessariamente como principal razão da visita (*apud* Henriques, 2003: 104).

Já um estudo/inquérito da ATLAS (1996) refere que existem dois tipos de turistas culturais: os específicos e os gerais. Os primeiros são aqueles que viajam especificamente para visitar as atrações culturais, sendo estas importantes (40%) ou muito importantes (20%) enquanto motivação para escolha do destino. Os turistas culturais gerais (40%) atribuem muito menos importância as atrações culturais no conjunto dos fatores que consideram para tomar a decisão de viajar (*apud* Bucho, 2010: 68-69).

Um estudo feito por Richards (2000) indica que para 36% dos turistas o interesse cultural dos lugares visitados teve um papel importante na hora de decidir viajar, e quase uma quarta parte definiu a sua viagem como sendo cultural. No entanto, ao identificarem as suas próprias motivações, os turistas inquiridos falam de fuga as cidades (22%) ou sair para fazer turismo (27%) mais do que falam de umas férias especificamente culturais. Deste estudo, conclui-se que nem todos os turistas se veem atraídos, primeiramente, pelos lugares de interesse cultural. Contrariamente à ideia tradicional de turista cultural, nem todos entendem cultura apenas no sentido mais restrito e enquanto único interesse da atividade turístico-cultural. Quando nos referimos aos turistas culturais, os dois motivos principais identificados com maior frequência são a vontade de aprender coisas novas e a busca de descanso, sinónimo que a cultura se converteu em mais um dos elementos que integram o ócio e no produto turístico procurado por quem visita os centros urbanos (*apud* Henriques, 2003: 106).

Mckercher e Cros (2002) avançam com um conjunto de reflexões que ajudam a delimitar a conceção de turista cultural e que têm a ver com a necessidade de distinguir entre motivação central e complementar. A questão que colocam é: “[...]os turistas são motivados a viajar

fundamentalmente por razões de turismo cultural ou no decurso da sua viagem participam em múltiplas atividades entre as quais de natureza cultural?”. Obter uma resposta é importante para os especialistas em marketing turístico, planeamento da gestão de destinos e que estão associados à indústria do turismo, porque existe uma diferença substancial entre atividade implícita à motivação principal da viagem e as outras atividades desenvolvidas (*apud* Henriques, 2003: 106).

Assim os autores, ao tentarem restringir o tipo de turista cultural, para além da motivação cultural que é a principal, consideram igualmente a profundidade das experiências, partindo do princípio de que diferentes tipos de turistas procuram vivências diferentes de fruição das atrações que visitam. Os autores consideram cinco tipos de turistas culturais segundo as motivações, designadamente:

- O determinado/motivado – viaja por motivos culturais e procura experiências culturais profundas;
- O que gosta de passar e ver as vistas;
- O interessado com a capacidade natural de transformar as descobertas em coisas interessantes e valiosas através de uma situação imprevista;
- O casual considera o turismo cultural como motivo fraco;
- O acidental – o turismo cultural não é um motivo pré estabelecido na escolha de um destino.

Porém existem fatores a considerar quando se fala de centralidade da motivação e da profundidade da experiência. Esses fatores têm a ver com a duração da estada e com o facto de o turista visitar pela primeira vez o destino selecionado. Frequentemente encontramos turistas que, entre a possibilidade de inúmeras motivações que podem estar na origem da deslocação à cidade, não têm como motivação principal a prática de turismo cultural, ou seja, podem visitar a cidade por outras motivações (conferencias, negócios) mas depois visitam atrações de natureza turística e cultural (Henriques, 2003: 107).

Mediante estudos feitos pela ATLAS (1996) e Du Cros (2002), a tipologia de turista cultural que existe está relacionada com a motivação que as atrações turísticas e culturais representam na escolha do destino, mas também se deve ter em conta a caracterização da fruição do destino (*apud* Bucho, 2010: 69).

No entanto, um destino turístico deve ter como oportunidade as viagens que têm como principal motivação a realização de um *tour* ou circuito, mas também o planeamento de produtos

de *touring* destinados aos consumidores que viajam com outras motivações e que no destino procuram enriquecer a sua experiência turística através da realização de *tours* ou circuitos ocasionais, combinando atrações paisagísticas e culturais (TP, 2006: 18).

O turista de *touring* cultural tem como motivação principal, descobrir, conhecer e explorar os atrativos de uma região ou cidade. O consumidor de viagens de *touring* procura fundamentalmente descobrir e conhecer o território através da sua paisagem, povoações e cidades, história e cultura, gentes, etc. Por isso, uma parte importante do valor que oferece um destino reside na beleza e singularidade desses elementos.

As expressões culturais de um povo são de grande interesse para a maioria dos viajantes. Isso inclui artes, música, dança, artesanato, comida e bebida, indústria e negócio, agricultura, educação, literatura e língua, ciência, governo, religião, história e pré-história. As experiências dos turistas são enriquecidas quando eles fazem um esforço sincero para melhor conhecer as pessoas do local que visitam (Goeldner *et alii*, 2002: 193).

## 2.3 Património, turismo e cultura

### 2.3.1 Conceito de património

Remontando à origem antiga e etimológica da palavra património, esta pode ser definida de várias formas, apesar de em todas elas existir a ideia de posse ou propriedade de algo.

Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, património é um conceito antigo, derivado da palavra latina/romano *patrimonium* que, no seu sentido original, se referia sobretudo a bens privados e alienáveis (Machado, 1977: 33).

Já a Enciclopédia Luso-Brasileira (1984: 1472) define património como: “[...] o complexo de bens ou relações jurídicas, com carácter pecuniário, de que é sujeito ativo ou passivo uma pessoa singular ou coletiva.”.

A palavra herdada do latim, *patrimonium*, tem a sua raiz etimológica na palavra *pater* (pai) e no significado de “bens de família”, sendo, portanto, uma herança transmitida de pais para filhos (Bucho, 2010: 51). Na realidade, as línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança.

Segundo Funari (2000), outros povos adotaram sinónimos para se referirem ao *patrimonium*. Por exemplo, os alemães usam a palavra *Denkmalpflege* – que significa o cuidado dos monumentos enquanto os ingleses, adotaram a expressão *Heritage*, que em sentido restrito

significa “[...] aquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores (*apud* Vieira, 2006: 17).

A palavra património é, de facto, uma palavra antiga que originalmente estava ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de sociedades estáveis e bastante enraizada no espaço e no tempo. Hoje em dia esta palavra continua atualizada, mas com uma abrangência muito maior que no passado (Choay, 2010: 11).

Na realidade, a noção de património foi durante muito tempo aplicada estritamente aos bens materiais de um indivíduo e a alguns dos seus bens simbólicos. Todavia, atualmente são numerosos os campos que fazem uma frequente utilização da palavra em função de diferentes parâmetros. Em função de um conjunto diversificado de critérios encontramos hoje diferentes tipos de património como o mineiro, o arqueológico, o etnológico, o natural, o artístico, o industrial, o artesanal e muitos outros, numa listagem mais ou menos longa. A esta listagem foi acrescentado, mais recentemente, o património imaterial, talvez o mais instrumentalizado, sobre o qual a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) tem dado, nos últimos anos, uma visibilidade cada vez maior (Durand, 2005: 6).

Do ponto de vista sociológico, autores como Hernandez e Tresserras (2005) consideram que o património está, por um lado, associado a coisas de valor e, por outro, esse valor serve para estabelecer uma relação entre os indivíduos, isto é, gerar uma ligação entre o transmissor e o recetor. Neste sentido, o património é um ativo valioso do passado, que percorre o tempo, do passado ao futuro, relacionando-os (*apud* Vieira, 2006: 17).

Quando fazemos referência à identidade, estamos a falar de cada um de nós, quem somos, a nossa personalidade e o que nos distingue dos outros, através de algo que é pessoal e intransmissível. No entanto, existe um tipo de identidade que é partilhada, que é a identidade coletiva, cujas fronteiras variam e podem ir até ao que está mais próximo de cada um de nós, como a comunidade em que vivemos, até ao continente e planeta a que pertencemos. Assim, se considerarmos a identidade nacional, partilhamos valores comuns tais como: a língua, os rituais, as crenças, os costumes e as tradições, a literatura, a gastronomia, entre muitos outros. O património constitui, deste modo um reflexo dos valores culturais de uma comunidade, ou seja, é a imagem objetivada dos valores que uma comunidade humana persegue e consagra como sustentáculo da sua identidade, que é, em suma, o seu bem maior. Neste sentido, as comunidades veem no seu património um valor que pertence, não ao indivíduo, mas sim ao coletivo. Só assim

faz sentido esse património existir, sendo visto como um bem que pertence a todos os que integram a comunidade.

Na verdade, a noção de património tem adquirido um significado cada vez mais coletivo, o que não deixa de ser paradoxal, já que a sua origem encontra-se precisamente na gestão jurídico-social da transmissão da propriedade individual. Mas o facto é que as coletividades têm agora um direito de preempção pelo menos simbólica sobre os bens por elas reconhecidos como patrimoniais: o património só pode ser agora pensado como sendo coletivo. A afirmação da noção de "património da humanidade" vai aliás claramente nesse sentido maior (Durand, 2005: 6).

Nas últimas décadas tem havido uma maior consciencialização relativamente à proteção do património, seja ele material ou imaterial, surgindo por parte das populações locais, coletividades e instituições a ideia de proteção dos seus usos e costumes. A noção de que o património é algo que pertence a um coletivo ou conjunto de pessoas e que pode ser utilizado para benefício das populações locais ajudou muito ao aparecimento de ideais ligados à proteção do património. A impulsionar esta realidade encontram-se, necessariamente, os benefícios económicos que a valorização do património traz para as populações e regiões que beneficiam diretamente das receitas económicas daí geradas. Por exemplo, Lacoste (2003) define património de duas formas muito distintas. Faz uma definição de origem etimológica da palavra como também já referimos anteriormente em que define património como “[...] Do latim *“Patrimonium”*, herança do pai. Este termo designou durante muito tempo os bens de uma pessoa ou de uma família que os recebeu por herança e que, em princípio, os transmitirá aos seus herdeiros.” (*apud* Dias, 2010: 13).

No entanto apesar de esta definição continuar atualizada, Lacoste entende que a palavra património atualmente vai muito mais além do que uma herança que passa de pai para filho e que ganhou uma dimensão muito mais transversal, referindo-se ao património da seguinte forma:

“[...] A expressão “património cultural” é hoje utilizada para designar, já não ao nível privado, mas coletivo, os monumentos e obras de arte como a língua (ou o dialeto) e as diversas formas de expressão artística. São mesmo considerados parte do património aspetos da paisagem humanizada, que os intelectuais e cidadãos de uma cidade, de uma região ou de um país consideram como um conjunto de valores que receberam dos seus antepassados e pelos quais devem velar, prevenindo tentativas de uma formização, sejam elas estatais ou económicas.” (*apud* Dias, 2010: 13).

A definição de património remete-nos também para a definição de património cultural. Segundo Calvo (1995), o conceito de património cultural surge precisamente em França na década de 80 do século passado e que no fundo redefine os conceitos de folclore, cultura popular e cultura

tradicional. Dentro desta linha de pensamento, poderá falar-se, segundo Cruces (1998), em património cultural como: “[...] a representação simbólica das identidades dos grupos humanos, isto é, um emblema da comunidade que reforça identidades, promove solidariedade, cria limites sociais, encobre diferenças internas e conflitos e constrói imagens da comunidade.” (*apud* Pérez, 2013: 162).

O património, de acordo com Becerra (1997), define-se como todos os recursos que se herdam, bens mobiliários e imobiliários, capitais e outros, tendo como objetivo garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também ligar a gerações, tendo-se em consideração que enquanto legado, pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração para outra. Para o mesmo autor (1997), o património cultural é muitas vezes definido como património, isto é, como uma herança do passado, no entanto, nem tudo que é herdado do passado é património cultural. Assim sendo, o património cultural remete para um sentido público, comunitário, de identificação coletiva e abrangente enquanto o património, apesar de muitas vezes ser aplicado no sentido de património cultural, tem um sentido mais restrito, familiar e individual (*apud* Pérez, 2013: 162-163).

### **2.3.1.1 Evolução do conceito**

Para melhor compreender a noção do conceito de património, torna-se importante analisar a história da sua evolução. Importa desde logo destacar que o conceito de património é relativo, variando de acordo com os indivíduos ou os grupos que lhe atribuem esse valor, mas também é permeável às modas e gostos dominantes ou até às tendências intelectuais, culturais e psicológicas de uma época (Peralta, 2000: 218).

Na realidade, o conceito de património é bastante relativo, tendo variado ao longo dos tempos. No Renascimento vamos assistir à valorização do passado do homem e das sociedades clássicas, através do colecionismo e da imitação das civilizações grega e romana. A época do Renascimento constitui um marco extremamente importante para a exaltação da herança cultural do passado, promovendo a descoberta das ruínas greco-romanas, a cópia de inscrições e certos edifícios conservados, que são descritos e medidos, primeiramente sobretudo em Itália. Esta valorização do passado prende-se também com o desejo de afirmar a independência da nova classe em ascensão, a burguesia, consubstanciada na cidade.

Ao longo dos séculos seguintes, as tendências do Renascimento passam as fronteiras geográficas italianas e generalizam-se a todos os países. O passado das nações passa a ser



descoberto e registado mas também preservado em museus. Proliferam os colecionadores, eruditos e as academias, que acompanham as tendências dos nacionalismos.

Todavia, o surgimento da noção de património encontra-se fortemente relacionado com o contexto da Revolução Francesa, no século XVIII, e com a tomada de consciência coletiva de que os antigos bens, mobiliários e imobiliários, do poder real, da igreja e da nobreza não deveriam ser destruídos, apesar de serem símbolos do antigo regime, mas sim tornarem-se propriedade da Nação. De facto, é nesta conjuntura que surgem em França as primeiras medidas de salvaguarda dos monumentos históricos, tomadas durante a Revolução de 1789 (Choay, 2010: 105-106).

A consagração de monumento histórico irá materializar-se no período que vai desde 1820 até 1964, data da redação da Carta de Veneza, que marca a mudança ocorrida após a II Guerra Mundial. No entanto, a primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos realizou-se em Atenas (1931) (Choay, 2010: 14).

De uma forma geral, a evolução do conceito de património pode ser dividido em três grandes etapas, que analisaremos de seguida. A primeira decorre entre 1850 e os anos 60 do século XX; a segunda entre os anos 60 e 80 do século XX e a terceira etapa depois dos 80 do século XX, atualmente ainda em vigor (Ashworth, 1994: 15).

### **Primeira fase: de 1850 aos anos 60 do século XX**

A partir de 1850, surgiu uma grande preocupação relacionada com a conservação do património. O arquiteto Francês Viollet-le-Duc foi um dos maiores defensores da conservação do património e um dos responsáveis por muitas das intervenções que se realizaram em monumentos franceses no século XIX, que se baseavam em intervenções de restauro, e que a maioria dos países europeus, no século XIX, seguiu (*apud* Vieira, 2006: 19).

Numa fase inicial, nomeadamente na primeira metade do século XIX e ainda antes da divisão proposta por Ashworth (1994) a grande preocupação que se tinha com o património era mais especificamente com o património edificado. Em 1837 foi criada em França a primeira Comissão dos Monumentos Históricos (Choay, 2010: 12).

Atualmente é comum classificar o que é patrimonial como bom, para parafrasear a conhecida publicidade segundo a qual "o que é nacional é bom". Conseguir que algo seja reconhecido como "património" traz sempre como consequência a produção de um discurso bastante consensual e acrítico. E, de facto, uma boa parte do que consideramos hoje como sendo patrimonial começou por ser identificado, e consequentemente protegido e valorizado, no decorrer

do século XIX, em resposta, muitas vezes, ao interesse dos românticos relativamente à busca das origens remotas do povo e da definição do seu "espírito", da sua essência cultural (Durand, 2005: 15).

O século XIX foi também um século de grandes viagens e expedições científicas às regiões helénicas e orientais, muitas delas patrocinadas pelos estados ou indivíduos em busca de relíquias do passado (Ashworth, 1994: 15).

Na primeira metade do século XX surgem diversas Cartas e Recomendações que mostram a preocupação com o património. Em 1931, surge a Carta de Atenas que define, pela primeira vez, os princípios básicos para a preservação e restauro de edifícios antigos, que são os seguintes:

“[...] I - Doutrinas. Princípios gerais

A Conferência ouviu a exposição dos princípios gerais e doutrinas relativas à proteção de monumentos.

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos, em que cada um possa comportar uma solução, constatou que, nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios.

Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época.

A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.”

Após a Segunda Guerra, em 1946, nasce a International Council of Museums (ICOM), a primeira organização mundial não-governamental neste âmbito e, em 1954, surge a Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas.

A Convenção de Haia, de 14 de Maio de 1954, organizada pela UNESCO, destinada à Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito, definia no primeiro artigo, património cultural como “[...] como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário”:

“[...] a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados "centros monumentais".

Antes considerado como “tesouro”, o património cultural passou a ser visto como testemunho cultural dos grupos humanos, daí o nascimento em 1954 do conceito de “bem cultural” (Pérez, 2013: 175).

Tendo em consideração o contexto cronológico em que esta definição foi produzida, nomeadamente o facto da maior parte das cidades da Europa se encontrarem parcialmente destruídas, em consequência da II Guerra Mundial, houve necessidade de incluir edifícios com valor cultural nomeadamente monumentos, edifícios religiosos/laicos entre outros, na lista de bens culturais.

Durante a primeira metade do século XX, o património cultural vai deixando de estar conectado apenas a um objeto material e monumental, para passar a ter em conta os bens culturais vivos junto com os seus sentidos e valores. A ideia que se cria de que um objeto, não é apenas uma maneira de exibir formas, mas também um meio de transmissão de significados, projeta-se na ideia de “monumento” para a ideia de “bem cultural”. Ao mesmo tempo que se dá esta mudança de pensamento, verifica-se também uma mudança nas legislações principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial em que se deixa de valorizar apenas as criações estéticas amadas pelas elites - “belas artes” - para se valorizar também o “culto” e o “popular”. O património cultural deixa de ser visto apenas como um legado, vestígio ou algo do passado que deve ser conservado, passando a ser interpretado a partir do presente obedecendo a critérios de seleção e valorização importantes em cada época e respondendo às necessidades sociais do presente e do futuro (Pérez, 2013: 175).

### **Segunda fase: desde 1960 até 1980**

Em consequência dos profundos restauros das cidades e monumentos após a II Guerra Mundial, iniciou-se, na década de 60 do século XX, uma nova reflexão.

Um novo paradigma surge e a salvaguarda do património deixa de ser a principal preocupação, assumindo a reutilização do património o papel de maior cuidado e atenção. Assiste-

se à reabilitação de determinadas áreas e as preocupações patrimoniais vão ter em conta mais o todo do que a parte. É nesta fase que aparecem os primeiros planos para os Centros Históricos. Esta política está relacionada com diversos fatores, nomeadamente o abandono a que muitos centros históricos estavam sujeitos e a sua consequente degradação; uma maior sensibilidade por parte das sociedades na defesa do seu património; o aumento exponencial da indústria turística, entre outros.

Em 1964 surge a Carta de Veneza, que faz referência à preocupação de preservação do património, afirmando que “[...]É essencial que os princípios orientadores da conservação e do restauro de edifícios antigos sejam elaborados e acordados a nível internacional, ficando cada país responsável pela sua aplicação no âmbito específico do seu contexto cultural e das suas tradições.”.

Em 1972 realiza-se a Convenção de Paris para a proteção do património mundial e natural, que apenas faz referência aos bens imóveis descurando os bens culturais imateriais, valorizando apenas as criações estéticas, amadas pelas elites da época. Esta carta refere-se ao património herdado do passado, mas não tem em consideração que o património também está incorporado por elementos do presente, utilizados no presente, e que se transmitem ao futuro mas que não está isento de receber novos usos sociais e significados, fechando um novo ciclo (*apud* Pérez, 2013: 177-178).

Na Carta Europeia do Património Arquitetónico de Amesterdão (1972), ficou definido que “[...] O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.”.

### **Terceira fase: desde 1960 até 1980**

Nos anos 70/80 do século XX, vários países optaram por transformar os recursos associados à História em produtos patrimoniais. A História e os seus objetos de estudo passam a ganhar relevância em consequência da rutura provocada pela ausência de valores simbólicos e de identidade que se foram perdendo (Peralta 2000: 219).

Para Turnbridge e Ashworth (1996) nas relações entre o património e a sua comercialização, para se analisar o modelo patrimonial há que ter em conta que estes tipos de recursos são, deliberadamente, transformados em produtos, para responder à procura por parte dos consumidores. Este processo, designado *Commodification*, que significa transformação em

produto “comercializável”, é aplicável tanto ao património como a outros aspetos da atividade humana criativa. Os recursos em que o património se baseia fazem parte de um conjunto de vestígios, acontecimentos passados, personalidades, tradições populares, mitologias, associações literárias, edifícios associados a lugares, cidades e paisagens que se encontram intimamente ligados entre si, no tempo e no espaço e que são escolhidos de forma a captarem a atenção dos turistas (*apud* Vieira, 2006: 21).

Atualmente o conceito de património tende a estar sempre associado ao de preservação ou reconstrução de objetos materiais, que isolados do fluxo de história, através de um processo de recontextualização, o enfatizam a continuidade entre passado e presente. Quando nos referimos a património este implica entidades tangíveis e intangíveis que são detentoras de valores e qualidades que numa determinada altura foram valorizadas por uma determinada cultura. Assim, para que haja património, este tem que ter um valor para as pessoas para que seja visto como tal. Na realidade, o património detém valores, no plural, porque é sempre um complexo de valores que está presente, sendo difícil separar património tangível do intangível que geralmente lhe deu origem. Por exemplo, podemos considerar o valor estético dum mosteiro na sua elegância sóbria e na organização dos seus espaços, mas a filosofia que está por detrás e que determina o seu prospeito e a sua eurtmia é algo que pertence ao intangível (Bucho, 2005: 52).

Todavia, o património só é cultural na medida em que pode ser conhecido e fruído pelas pessoas. Daí a necessidade de se tornar acessível ao público toda a riqueza que ele contém. A UNESCO já começou a tratar a questão do património como um valor que deve ser usufruído tornando-se assim numa forma de ser rentável para as comunidades locais. Na atualidade assiste-se a uma tendência para a “patrimonialização” derivada de uma certa crise de identidade que as cidades territorialmente extensas, indiferenciadas e deficitárias de elementos de identidade e de ícones arquitetónicos têm vindo evidenciar. O património é visto por estas cidades como um elo de ligação que é comum para todas as pessoas dessas urbes.

Segundo esta linha de raciocínio, cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das suas influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que conservam uma maior relação com as forças do presente e continuam a dar suporte ao desenvolvimento de um grupo, comunidade ou etnia.

Através do património, o indivíduo adquire um pouco do passado, como se fosse algo sagrado a partir da qual mantém uma relação muito forte. Nos dias que correm o património é visto pelas sociedades atuais como algo necessário e importante. O “património” transformou-se,

nos últimos anos, num verdadeiro culto popular de objetos e elementos que vão desde o individual ao coletivo, do material ao intangível, ligados a um passado mais remoto ou a um passado mais recente (Peralta, 2000: 220).

Existem, no entanto, tal como já foi referido, vários tipos de património (mineiro, arqueológico, etnológico, natural) e seria possível acrescentar à lista ainda mais patrimónios (artístico, arquitetural, industrial, artesanal). Bastaria para isso subdividir as categorias iniciais em função de uma série de critérios temáticos e regionais. Contudo, neste capítulo, o património cultural, imaterial e material merecem particular destaque. Para a UNESCO (2003) património tangível inclui todos os ativos que têm materialização/corporação física nos valores culturais tais como cidades históricas, edifícios, lugares arqueológicas, paisagens culturais ou aspetos da propriedade cultural móvel. Por sua vez, o património intangível abarca todas as formas de cultura popular e folclore, isto é, ativos coletivos originários numa dada comunidade e baseados na tradição (*apud* Henriques, 2003: 52).

O mais recente de todos os patrimónios, ou pelo menos o que tem sido mais identificado e instrumentalizado, é o património imaterial. Não é por acaso que a UNESCO tem dado, nos últimos anos, uma grande visibilidade ao património imaterial, mas que ao mesmo tempo tem criado problemas, por ser mais difícil de identificar e de objetivar. Para Bromberger, Chevallier e Dossetto (2004) é no património imaterial que se torna mais visível a tensão entre tradição e inovação, porque práticas culturais "intangíveis" podem ser caracterizadas por uma fluidez tal que qualquer patrimonialização, pelo seu efeito de designação e de fixação, constitui ela própria uma destruição do seu objeto ao anular-lhe toda a dinâmica evolutiva (*apud* Durand, 2005: 1).

Desde os anos 80 até à atualidade várias conferências e cartas internacionais foram realizadas, de modo a promover e proteger o património nomeadamente: a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (1985), a Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico (1990), a Declaração de Khiva (1999) sobre o Turismo e Conservação do Património Cultural. Mais recentemente os Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas (2011) e as Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial (2010).

De uma forma generalizada para Rota (2001), o património cultural desde a segunda metade do século XX tem vindo a distanciar-se da monumentalidade dominante até à época, para se aproximar mais do conceito de bem cultural patrimonial. Logicamente que este processo de mudança tem-se efetuado paulatinamente e só em 2000 é que a UNESCO cria a Lista de

Património Cultural Oral em que no artigo 2º, o define como: “[...] os usos, as representações, as expressões, conhecimentos e técnicas- junto com os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes são inerentes - que as comunidades, os grupos e nalguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu património cultural. Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e os grupos em função da sua interação com a natureza e a sua história, infundindo neles um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo, assim para a promoção e respeito da diversidade cultural e a criatividade humana.” (*apud* Pérez, 2013: 179).

### 2.3.1.2 Evolução do conceito em Portugal

Do ponto de vista histórico, o Alvará Régio de 13 de agosto de 1721 do rei D. João V pode ser considerado a primeira lei de proteção do património cultural em Portugal. Esta lei, que apesar de ainda não utilizar o conceito de património cultural, tem já como objetivo proteger edifícios, monumentos e objetos de valor histórico (*apud* Pérez, 2013: 173).

As preocupações com a defesa dos bens culturais que surgem na legislação portuguesa no período da República, depois herdadas pela ditadura Militar e pelo Estado Novo, e por este usadas com fins de propaganda nacionalista, construíram um corpus legislativo que, se aplicado na íntegra, teria de facto preservado o património nacional, dentro de um quadro que não muito se afastaria do que a legislação europeia permite entrever.

Na Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, datada de 1969 e a que Portugal aderiu em 1982, no seu primeiro artigo define o que se deve entender por "património arqueológico", ou seja, como " [...] todos os vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado [...] e integra estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens moveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso” (*apud* Martins, 2012: 225-226).

Portugal adere à Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, de Paris (1972), apenas em 1979. O texto desta convenção define, separadamente, aquilo que se deve entender como património cultural e natural.

"[...]ARTIGO 1º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. - Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

#### ARTIGO 2º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural."

Mais tarde, em 1991 Portugal adere à Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, elaborada já em 1985 que define os bens imóveis que se incluem dentro do património arquitectónico, designadamente, os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios.

"[...] Para os fins da presente Convenção, a expressão «património arquitectónico» é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:

1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;

2) Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;

3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico."

Segundo Pérez (2013), o decreto-lei de 1985, assim como os decretos elaborados posteriormente em Espanha: "[...] são subsidiárias de um conceito antropológico de cultura e distinguem entre três tipos de bens culturais imateriais (saberes, conhecimentos e crenças)."

Em 2001 é criado o decreto-lei nº 107/2001, de 8 de setembro, conhecida como "Lei de bases do Património Cultural", que substitui a Lei 13/85 de 6 de julho de 1985. Esta lei apresenta matéria teórica clara e bem articulada. Assim, define, logo no ponto um do segundo artigo, o conceito de património cultural, de uma forma sintética:

"[...] todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização."



No artigo seguinte, considera fundamental a tarefa do Estado a nível central, das Regiões Autónomas e das autarquias:

“ [...] Conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural”, e para o cumprimento desta tarefa, o Estado obriga-se (artigo 6º):

“[...]a) à inventariação sistemática, atualizada e tendencialmente exaustiva dos bens culturais - com vista à identificação dos respetivos valores - e à identificação dos respetivos valores - e à sua compatibilização com as restantes políticas.” No artigo 16º, ao estabelecer as formas de proteção dos bens culturais, refere que tal proteção pressupõe a sua inventariação e possível classificação, como de interesse nacional, público ou municipal, definido, no artigo seguinte, os respetivos critérios:

“[...] matricialidade, génio de criador, testemunho simbólico ou religioso, testemunho notável de vivências ou de factos históricos, valores estético, técnico ou material intrínseco, conceção, arquitetónica, urbanística ou paisagística, extensão do bem, memória coletiva refletida, importância para investigação científica, circunstâncias que ponham em causa a integridade e perenidade do bem.”<sup>2</sup>

Esta legislação adota uma perspetiva antropológica, enquadrando legalmente da mesma forma tanto os bens culturais materiais como os bens culturais imateriais, todos eles suscetíveis de serem património cultural (Pérez, 2013: 178). Apesar de se tratar de uma lei, nada lhe falta do ponto de vista teórico, para caracterizar o conceito de património cultural (Bucho, 2010: 54).

### 2.3.2 A reciprocidade entre o turismo cultural e o património

O fenómeno do turismo cultural lida com questões muito relevantes como sejam os aspetos específicos de cada lugar, que constituem o carácter mais autêntico da sua gente e o que de mais original tem o seu quotidiano, com toda a sua carga simbólica. Na verdade, as características singulares do património são o que confere aos destinos turísticos a beleza e unicidade capaz de atrair turistas.

Atualmente existe uma relação muito forte entre turismo e património que os torna praticamente indissociáveis. O património tornou-se um componente importante da indústria turística que as economias nacionais e regionais veem como potencial para combater o turismo do sol e praia e direcionar o turismo para outros locais, nomeadamente pequenas cidades ou cidades interiores (Peralta, 2000: 219-220).

---

<sup>2</sup> Informação retirada do *website* <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20121031207.pdf>, em 23 de fevereiro de 2014.

O produto turístico patrimonial não é, no entanto, uma inovação recente nem um produto específico das sociedades contemporâneas. O que é realmente novo é o grande aumento de fluxos turísticos, que por motivos ou com interesses culturais, conseguiu ultrapassar os limites restritos das elites.

O uso do património para turismo desenvolveu-se de uma forma célere a partir dos anos 70 e 80 do século passado. Este desenvolvimento, segundo Walsh (1992), foi alicerçado no reconhecimento da importância que o património podia ter no processo de divulgação dos lugares com património, enquanto fator de atração de recursos, nomeadamente económicos. Para outros autores, como Light (1991) esta evolução ficou a dever-se à expansão generalizada do turismo de lazer e à indústria a ele associada, mas também ao papel da nostalgia e à sua exploração pela indústria de marketing. Para Edwards e Coit (1996), foi sobretudo devido às atividades e movimentos de preservação e conservação, bem como às políticas governamentais (*apud* Henriques, 2003: 148).

Tendo em conta que o património cultural ocupa um papel importante nos planos das cidades e nos planos de recuperação urbana, uma das primeiras vezes em que se fez referência a esta questão foi na Mesa Redonda sobre Museologia, realizada no Chile, em 1972, em que se reconhece a relação entre património cultural e desenvolvimento económico e social, educação e democratização (*apud* Pérez, 2013: 181).

A partir da década de 80 do século passado, assiste-se a um processo de revitalização resultante de uma interação simbiótica entre centros históricos das cidades e a sua riqueza patrimonial com o turismo. O turismo começa a ser um motor de revitalização ou de abrandamento/inversão dos sintomas de degradação a que estas áreas estavam sujeitas. As cidades históricas e sua riqueza patrimonial são “criadas” ou “recriadas” pela ativa intervenção dos setores público e privado. Para tal, recorrem a instrumentos legais e práticas de planeamento onde está sempre presente a preocupação em conservar uma determinada interpretação do passado. O objetivo é fazer com que o património histórico passe a ser entendido como um aspeto específico da oferta turística com potencialidades para captar um dado segmento da procura turística.

Analisando as principais Cartas Internacionais, nota-se a partir dos anos 80, surgem novas Cartas e Convenções ligadas à conservação do património e à sua relação com a indústria turística. Podemos enumerar algumas, nomeadamente:

- A Carta de Turismo e Código do Turista, em 1985, que faz referência à importância da reciprocidade entre o turismo e património e a sustentabilidade que tem de existir para que ambos consigam subsistir;
- A Carta Internacional e Salvaguarda de Cidades Históricas, em 1986 (ratificada em 1987 pela assembleia do ICOMOS);
- A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, em 1985;
- A Carta Internacional do Turismo Cultural, de 1999 (ICOMOS), que realça precisamente a importância que o turismo e o património têm nos dias de hoje.

Dados da ICOMOS de 2005, indicam que na Europa os cinco países que possuem mais bens classificados pela UNESCO como Património Mundial são os mesmos que apresentam o maior número de visitas a museus e, também, os que apresentam alguma variação na posição relativa de cada país, no *ranking* (*apud* Bucho, 2010: 57-59).

Os processos de patrimonialização costumam estar ligados ao turismo cultural, apesar desta relação nem sempre ser pacífica. Canclini (1990) relaciona património cultural e desenvolvimento turístico como a “representação do popular”, enquanto Friedman (1994) se refere ao consumo do património cultural como uma forma de auto sobrevivência e auto definição do “local” que quer vender o passado como “autêntico”, vendo o património cultural de forma mercantilista (*apud* Pérez, 2013: 182).

É óbvio que a relação entre património e turismo não é mecânica, existindo outras variáveis que devem ser consideradas. Na realidade, o aumento da procura turística do património, de forma sustentada, assenta na qualidade da oferta, ou seja, não só na qualidade intrínseca do património, mas também na qualidade da fruição turístico-cultural que é proporcionada. Não basta que um determinado país seja proprietário de um património reconhecido por instâncias culturais e científicas internacionais, é importante também que esse património esteja disponível e a sua visita seja segura. É necessário, igualmente, que o património esteja adequadamente apresentado/interpretado para ser fruído com o nível de exigência que o segmento hoje evidencia, tendo em conta, desde logo, a caracterização dos seus consumidores (Bucho, 2010: 59).

No entanto, é importante limitar a ação do turismo para que os lugares e as suas culturas se mantenham íntegras, circunstância que remete para o conceito de turismo sustentável. De facto, de forma sustentada, património e turismo poderão ser um meio de reencontro com a

autenticidade que está associada ao património, permitindo tirar proveito dos recursos, explorando-os numa ótica económica.

Hoje em dia é indissociável o relacionamento entre turismo e património. No entanto, há necessidade de estabelecer regras de convivência entre ambos numa perspectiva de rentabilização económica e de desenvolvimento social. O turismo tem de saber utilizar os recursos patrimoniais evitando que estes sejam destruídos, numa estratégia assente em critérios de qualidade, para que os seus benefícios resultem tanto numa efetiva melhoria da qualidade para os turistas que visitam os locais, bem como para as populações locais (Peralta, 2000: 221).

Segundo Patin (1997), a Abadia de Westminster, em 1991, recebia 3 milhões de visitantes/ano, muitas vezes 16.000 pessoas ao mesmo tempo, o que provocou danos irreversíveis no monumento. Veneza, em 1992, recebeu 1,2 milhões de turistas e 5,2 milhões de visitantes. Contavam-se, diariamente, 100 turistas por cada habitante, provocando uma confusão nos acessos da cidade, quer para os visitantes, quer para os residentes (*apud* Vieira, 2006: 21-22).

De facto, a revisão e ratificação da Carta de Turismo Cultural Internacional no México (1999) volta a afirmar a importância da conservação do património e a natureza dinâmica que existe na relação turismo/património. Paralelamente, faz referência à necessidade de se estabelecerem mecanismos de reinvestimento das receitas geradas pelo turismo no processo de conservação/preservação (*apud* Henriques, 2003: 49).

Para Mckercher e Du Cros (2002) existem sete tipos de relações entre turismo e património, no seguimento de uma contínua cooperação-conflito:

1. Cooperação total;
2. Criação necessidade e interesses comuns;
3. Coexistência pacífica;
4. Existência paralela ou ignorância feliz;
5. Incómodo ligeiro;
6. Conflito nascente;
7. Conflito total.

Para estes autores, a solução para resolver este problema passa precisamente pela compreensão dos interesses, valores e necessidades uns dos outros (*apud* Pérez, 2013: 183).

O crescente interesse dos turistas pelos valores patrimoniais, históricos e culturais veio contribuir para dar ênfase às medidas de conservação e salvaguarda do património, promovendo desde logo o alargamento da sua área de incidência, passando dos monumentos ao conjunto do tecido urbano mais antigo. Mais do que um custo social, este tipo de ações passou a representar sobretudo um investimento e a atribuição de significado patrimonial aos conjuntos urbanos. Por outro lado, o crescente cuidado despendido na sua preservação e valorização vieram acentuar a atratividade turística dos centros históricos. Consequentemente, muitas áreas da cidade passaram a usufruir de uma imagem mais favorável tornando-se simultaneamente objeto de novos investimentos, na sua maioria associados a atividades ligadas ao turismo, como o comércio e a restauração, trazendo uma nova vida a estes locais.

Para Santana (1998) o turismo convencional mostra uma falta de interesse pelo nativo resumindo-se ao simples intercâmbio económico. Assim o turismo cultural e a patrimonialização devem surgir como alternativa, em que não sejam apenas vistos como rentabilidade económica, mas também como um fim educativo, educador e de sociabilidade, no sentido de entender melhor a cultura dos grupos de acolhimento. Existe, para Patin (1999), o risco que a massificação turística que explora o património cultural poder acabar com o mesmo. O ideal será que se encontre um equilíbrio entre a rentabilidade económica e social (*apud* Pérez, 2013: 186).

## **2.4 Mobilidade e turismo**

### **2.4.1 Mobilidade e turismo nos centros históricos**

Os centros históricos são atualmente grandes núcleos de atração turística em muitas cidades, contribuindo de forma muito significativa para o seu desenvolvimento económico. Cidades espalhadas um pouco por todo o globo assentam grande parte da sua economia local e receitas no turismo cultural que os seus centros históricos oferecem.

Regra geral, os centros históricos evoluíram ao longo dos tempos em resultado de maiores ou menores mutações e adaptações, fruto de modas estilísticas e urbanísticas das épocas que atravessaram, mas que os dotaram de características únicas, tornando-os locais atrativos, visitados por inúmeros turistas. Atualmente são locais onde várias atividades se desenvolvem ao mesmo tempo. Áreas comerciais, serviços culturais e de lazer, atividades turísticas, movimento de moradores, entre outras, geram um grande de fluxo de pessoas, que têm de dividir os espaços públicos dos centros históricos, o que nem sempre é um convívio harmonioso.

A qualidade de vida nos centros históricos é, assim, afetada por questões relacionadas com a mobilidade, ocasionadas, principalmente, pela priorização do transporte privado em detrimento do transporte público e deslocamento a pé. As pessoas são obrigadas a disputar o espaço com o automóvel e a conviver com a poluição atmosférica, acústica e visual. Um grande número de veículos e pessoas a circular nos centros históricos origina problemas de variada ordem, nomeadamente altos níveis de congestionamento, acidentes de trânsito, aumento dos tempos de deslocação, contaminação atmosférica e acústica, poluição visual, apropriação do espaço público que dificulta a locomoção pedestre, degradação do património urbano com ruas geralmente mal conservadas e sujas, contribuindo para que os espaços sejam menos atrativos, trazendo assim prejuízos ao meio ambiente, à economia e ao convívio social da cidade (Tunes, 2012: 19).

Esta problemática que os centros históricos enfrentam, remete-nos para o conceito de mobilidade, que tem sido alvo de diversos estudos, à medida que a sua importância se assume estratégica em questões relacionadas com a recuperação, regeneração e ordenamento dos centros históricos.

Segundo Teles (Teles, 2005: 37), no passado, os conceitos de mobilidade e mobilidade urbana estavam ligados a movimentos de pessoas e bens, tratando-se, neste sentido, de movimentos pendulares, referentes a casa-trabalho. Todavia, atualmente, a mobilidade já não é mais um conceito de distância entre dois pontos. Na realidade, à medida que a questão da mobilidade ganhou dimensões que iam para além do simples movimento de uma pessoa de um local para outro, diversos autores começaram a debruçar-se sobre este conceito.

Por exemplo, Semob (2006) (*apud* Tunes, 2012:30) refere-se à mobilidade urbana como “[...] a capacidade de se mover é a condição necessária de um indivíduo para que possa usufruir as ofertas do espaço de uso comum com autonomia e equiparação de oportunidades”, enquanto a Comissão Europeia (1996) (*apud* Tunes, 2012:30) considera a mobilidade urbana sustentável, como “[...]aquela que contribui para o bem-estar económico e social, sem prejudicar a saúde humana e o meio ambiente, integrando as dimensões sociais, económicas e ambientais”. Neste sentido, a mobilidade urbana é vista, atualmente, como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizados de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável (*apud* Tunes, 2012: 30).

Para Teles (2005) o conceito de mobilidade é visto como uma deslocação de pessoas, bens e informações e relacionam sítios de trabalho com acesso a bens de consumo, com as residências

e espaços de entretenimento e lazer, com as compras e com as relações de amizade. Deste modo se compreende que estamos perante um conceito bastante abrangente e de integração, que envolve a noção de proximidade, bem como diversas áreas (Teles, 2005: 38).

Hoje em dia, a procura de um desenvolvimento sustentável e integrado das cidades faz com que se procure seguir um conjunto de normas e leis catalisadoras na implementação da mobilidade nas cidades, como sejam: o controlo do uso intensivo do automóvel; o incentivo da utilização de meios de transportes amigos do ambiente e dos transportes públicos; a prioridade aos peões e ciclistas; o estímulo à construção e acesso a estacionamento fora do perímetro dos centros históricos, devolvendo, assim, às pessoas vastas áreas pedonais que no passado se destinavam ao trânsito automóvel.

No que concerne à mobilidade nas cidades que possuem centros históricos, a UNESCO emitiu a Recomendação de Nairobi (1976), em que reconheceu o conflito existente entre os centros históricos e o trânsito automobilístico, fazendo um conjunto de recomendações aos estados membros para que adotassem medidas que favorecessem o trânsito pedestre, o uso do transporte público e estimulassem a localização e o acesso aos estacionamento fora do perímetro histórico.

No mesmo período, no Encontro Internacional de Arquitetos em Machu Pichu (1977), foi publicada a Carta de Machu Pichu, dando relevância à importância das cidades históricas darem prioridade ao transporte público.

Também a Carta de Washington, publicada em 1986 pelo ICOMOS, defendeu a restrita circulação de veículos no interior dos centros históricos e o planeamento de áreas de estacionamento, para evitar que os automóveis estacionados degradassem o aspeto do conjunto arquitetónico.

Para a OMT (1990) o desenvolvimento do turismo sustentável “[...] tem em consideração os seus impactos presentes e futuros de índole económica, social e ambiental, respondendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades receptoras [...]”.

Segundo Sáez (1995), os centros históricos são espaços que acarretam grande simbolismo e que servem para identificar, diferenciar e dar personalidade às cidades, mas realça que essas áreas vêm enfrentando problemas como congestionamentos, excesso de carros estacionados ao longo das ruas, declínio das atividades comerciais (com a construção de centros comerciais na periferia), perda da função residencial, falta de espaços livres, com a consequente baixa de qualidade de vida dos usuários, ineficácia do sistema de mobilidade e degradação ambiental. A

recuperação e regeneração dos centros históricos devem ir além da simples conservação da arquitetura e monumentos, devendo atuar também sobre a melhoria dos aspetos funcionais e sociais. As áreas residenciais devem ser mantidas e devem ser criadas condições para atrair mais moradores, ajustar o comércio tradicional aos modos de vida atual, incentivando aquelas atividades económicas que respeitam o meio ambiente, e resgatar as edificações singulares para acolher os serviços e equipamentos que servem às necessidades da população residente.

Como as atividades turísticas são importantes para as cidades que possuem centros históricos, deve-se incentivar as políticas de reabilitação dos espaços públicos, procurando desenvolver um turismo sustentável, que sirva de catalisador para o crescimento da cidade histórica.

Tendo em conta este conjunto de restrições e condicionamentos que os centros históricos enfrentam, é necessário a execução de um conjunto de medidas que invertam a degradação dos centros históricos e a sua consequente revitalização tornando mais favoráveis à mobilidade. Existem medidas que devem ser prioritárias nas áreas centrais e que passam por (*apud* Tunes, 2012:27):

- Eliminar o trânsito indesejado através do controle do uso intensivo do automóvel;
- incentivo aos modos de transporte que colaboram com a qualidade ambiental;
- Dar prioridade ao pedestre, ciclista e ao transporte público;
- Eliminar os veículos estacionados ao longo das ruas;
- Projetar adequadamente o mobiliário urbano de acordo com a sua localização;
- Melhoria das condições físicas das calçadas;
- Reduzir o número e importância dos acidentes de trânsito;
- Reduzir a preponderância do automóvel;
- Recuperar o espaço da rua entendida como ponto de encontro e intercâmbio social;
- Diminuir o impacto ambiental (ruído e poluição atmosférica).

Nos últimos vinte anos, o centro histórico de Braga tem sofrido profundas alterações no que concerne à reabilitação e mobilidade urbana. Estas transformações estruturadas, que continuam em curso, passaram pela requalificação e potencialização do centro histórico, dotando a cidade de Braga de um conjunto de características próprias no domínio da mobilidade.



As opções tomadas pela Câmara Municipal de Braga ao nível da requalificação urbana do centro histórico poderão ser discutíveis e questionadas. No entanto, a opção de retirar o trânsito da maioria das artérias do centro histórico permitiu a criação de uma grande zona pedonal, tendo Braga atualmente um centro histórico enquadrado numa grande área pedonal. Este facto permite que a mobilidade dentro do centro histórico seja feita de uma forma bastante tranquila sem os habituais condicionamentos de tráfego. Também têm sido delineadas medidas e intervenções de forma a tornar o centro histórico mais pedonal, libertando os espaços mais emblemáticos do tráfego automóvel ao condicionarem a circulação deste nestas áreas.

Por sua vez, a zona sul da cidade está a ser alvo, desde 2012, de um projeto estratégico de regeneração urbana (PERUBS)<sup>3</sup>, que irá alterar profundamente uma vasta área que se pretende ser um local de fruição da população através da sua requalificação e regeneração. A requalificação da zona sul da cidade envolve três locais nevralgicos que são: o Monte do Picoto, o sítio dos Galos e as margens do Rio Este, numa extensão de mais de trinta hectares, que invoca locais referências e comportamentos rurais. A criação de uma grande estrutura ecológica dentro do perímetro urbano que contempla o Parque de São João, o Rio Este, o Monte do Picoto, e o Sítio dos Galos, interligados ao centro histórico por duas grandes avenidas (Liberdade e 31 de Janeiro), poderá ser mais um foco de atração turística com um enorme potencial de evolução.

## **2.4.2    *Walking tour***

### **2.4.2.1    Conceito e origem**

Com a evolução e especialização do turismo cultural, os itinerários e roteiros têm vindo a assumir um papel cada vez mais importante na oferta turística de certos destinos. Desde 1980/1990 os itinerários culturais têm merecido especial atenção pelo Conselho da Europa e pela UNESCO, com o Caminho de Santiago de Compostela a ser um dos primeiros oficialmente declarado e reconhecido por estas entidades (Pérez, 2013: 257).

Segundo Maia e Baptista (2011), na vertente do turismo cultural, as rotas são as práticas turísticas mais procuradas, pois são capazes de oferecer ao turista várias áreas de interesse enquanto facilitam o acesso a outras atrações ou locais. Assim, as rotas turísticas procuram

---

<sup>3</sup> Toda a informação relativa PERUBS pode ser acedida através da bibliografia onde pode aceder ao documento *on line*.

oferecer a acessibilidade de deslocações e a gestão de recursos, otimizando o tempo de estadia para que os visitantes possam usufruir de momentos de lazer (*apud* Baptista e Maia, 2011: 673).

Nas últimas décadas temos assistido à proliferação e surgimento de iniciativas inovadoras, públicas ou privadas, programas, eventos, rotas e itinerários temáticos, circuitos turísticos, que estão assentes em novas tendências do turismo cultural e que têm contribuído para o aumento desta atividade. Estas iniciativas passam também pelas visitas a pé aos centros históricos, com guias locais especializados.

Os percursos culturais podem ser recreativos ou de lazer, com mais ou menos carácter exploratório e de aventura. Os percursos interpretativos ou culturais, o contacto e a presença privilegiada do meio são cada vez mais valorizados nas visitas a pé. A valorização do património no âmbito da arqueologia, da arquitetura, do artesanato, da gastronomia, do património material e imaterial, entre outros, escolhidos mediante o tema ou segmento de mercado que se pretende atrair, aumenta e prolifera um pouco por todas as cidades históricas.

A Carta dos Itinerários Culturais, elaborada pela ICOMOS (2008), refere-se aos itinerários: “[...]como processos evolutivos, interativos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para o património cultural.”.

Os itinerários culturais são o reflexo da evolução humana na sua relação entre diferentes povos e culturas nem sempre pacífica, que resultou na criação de um conjunto de valores e recursos tangíveis e intangíveis a uma escala territorial que pode ir desde a pequena vila ou aldeia até a uma escala transfronteiriça.

Uma das formas de potencializar os recursos turísticos existentes numa determinada área geográfica passa pela criação de roteiros e itinerários bem estruturados e organizados assentes numa forte divulgação e na criação de infraestruturas capazes de dar resposta às exigências dos visitantes, para que estes possam usufruir deste produto turístico. Este tipo de oferta permite que os recursos existentes sejam preservados e que sejam, ao mesmo tempo, capazes de gerir riqueza para uma determinada região.

Segundo Pérez (2013), um itinerário cultural é:

“ [...] um circuito marcado por sítios e etapas relacionados com um tema. Este tema deverá ser representativo de uma identidade regional própria, para favorecer um sentimento de pertença, de reconhecimento ancorado na memória coletiva. O conjunto organizado formado pelos sítios e etapas tem um valor emblemático e simbólico para a população local e, para o conjunto de pessoas externas, denominadas de visitantes. O tema designado pode dar-se a conhecer a volta de diferentes valores culturais: o vínculo histórico, o vínculo etnográfico, o vínculo social, uma corrente artística, uma

identidade geográfica, uma identidade arquitetónica, as atividades tradicionais, as atividades artísticas, as produções artísticas “ (Pérez, 2013: 256).

Na realidade, a evolução e a especialização dos itinerários culturais tem sido notória nas últimas décadas. Hoje em dia os roteiros e itinerários são apresentados aos visitantes com nomes mais ou menos apelativos, com guias interpretes ou apenas seguindo sinaléticas ou mapas, direcionados para nichos de mercado mais ou menos segmentados, em locais com uma limitação geográfica muito diversificada.

É dentro destas especificidades que os diversos roteiros e itinerários possuem que surge o conceito de *walking tour*. O *walking tour* é uma palavra de origem inglesa, utilizada em todo o mundo como nome comercial que é dado a passeios, roteiros, circuitos ou percursos a pé (Silveira, 2003: 52). Este tipo de atividade é bastante usual nas cidades com centros históricos ricos em património.

Analisando os diferentes Planos Estratégicos Nacionais do Turismo (PENT) que têm sido elaborados e revistos desde 2006, todas as versões assumem dez produtos estratégicos para o desenvolvimento turístico de Portugal. Tendo como base de trabalho as grandes tendências da procura turística internacional, o PENT define os produtos estratégicos em função da quota de mercado, do potencial de crescimento, bem como da aptidão e do potencial competitivo de Portugal de forma a delinear as melhores linhas e políticas para o desenvolvimento da oferta turística.

Segundo o último PENT revisto (2012: 10-19) os dez produtos são:

- Sol e mar;
- *Touring* cultural e paisagístico;
- *City break*;
- Turismo de negócios;
- Turismo de natureza;
- Turismo náutico;
- Saúde e bem-estar;
- Golf;
- *Resorts* Integrados e Turismo Residencial;
- Gastronomia e Vinhos.

Pelas características e definição de cada um deles, o *touring* cultural e paisagístico é, sem dúvida o produto estratégico onde melhor se enquadra o *walking tour*. De acordo com o PENT (2006: 9), o *touring* cultural e paisagístico “[...] São *tours*, rotas ou circuitos que podem ser temáticos ou genéricos, de diferente duração e extensão e que podem ser realizadas em viagens independentes ou organizadas. A sua motivação principal é descobrir, conhecer e explorar os atrativos de uma região.”. Esta tipologia de turismo assenta em três pilares (PENT, 2007:4):

1. Criação de rotas temáticas;
2. Enriquecer a experiência nos principais locais de atração turística;
3. Assegurar a adoção de padrões de qualidade ao longo de toda a cadeia de valor.

Como o próprio nome indica, o *walking tour* é um percurso percorrido a pé, delimitado no espaço e no tempo. Tendo em conta que deve ser feito a pé, os *walking tour* podem receber nomes com temas específicos oferecidos pelo mercado, como: “Paris dos Impressionistas”, “Braga Barroca”, “Roteiro gastronómico”, “Rota dos Judeus” entre outros. No entanto, independentemente do tipo de itinerário/roteiro que se pretenda, do tema ou a área geográfica a implementar, deve-se ter em consideração determinados parâmetros e critérios para a elaboração de um itinerário ou rota.

Para Paula e Bastos (2002) (*apud* Baptista e Maia, 2011: 674), a elaboração um roteiro deve passar por quatro etapas, sendo estas:

1. Definição da rota a implementar;
2. Apresentação dos pontos turísticos que irão compor a rota;
3. Efetuar o levantamento geográfico e de acesso que ligam os pontos turísticos;
4. Aplicar um programa que irá traçar a rota.

Já Graça e Moreira (2006) (Graça e Moreira, 2006: 209) fazem referência a alguns critérios que devemos ter em conta na elaboração de um itinerário:

- Visitas exploratórias à região;
- Consulta de bibliografia e outras fontes relevantes;
- Levantamento e inventário dos recursos existentes;
- Caracterização de definição das potencialidades, nomeadamente a sua classificação;
- Definição dos produtos e subprodutos;
- Monitorização das rotas.

Por sua vez, Pérez (2013) (*apud* Pérez, 2013: 257) define os seguintes critérios para a criação de um itinerário cultural: os valores culturais, a memória histórica, a história, o património cultural e natural, e a pluralidade de identidades de um território. De acordo com o mesmo autor, os itinerários devem promover o contacto e as relações entre os visitantes e locais, respeitando ao mesmo tempo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Apesar dos critérios referidos anteriormente serem importantes e servirem também como referência para a idealização de um *walking tour*, deve-se ter em conta que este tipo de roteiro deverá ter em consideração outros critérios importantes.

Pela sua especificidade, atentar-se-á na forma como o *walking tour* é planeado e implementado. Silveira (2003) define um conjunto de critérios e etapas que devem ser tidos em conta na implementação de um *walking tour* e que são (Silveira, 2003: 52-53):

- Ser percorrido a pé;
- Ter um percurso pré-delimitado e identificado num mapa;
- Ser significativo para a finalidade do grupo quanto à escolha do percurso e seus atrativos;
- Elaborar um inventário do percurso, onde serão levantados itens como:
  - Tema;
  - Região identificada no mapa;
  - Fazer uma breve pesquisa referente à cidade em si;
  - Pesquisa das fachadas dos edifícios;
  - Pesquisa de ruas e praças;
  - Pesquisa de símbolos;
  - Elementos expressivos e códigos culturais que o *walking tour* possua;
  - Personagens e factos que dão o nome às ruas, praças e edifícios;
  - Fazer um levantamento de datas importantes;
  - Pesquisar festas e eventos que tenham ligação ao percurso;
  - Regras e condutas quanto a proteção e preservação do local;
- Serviços e produtos oferecidos no percurso, nomeadamente universidades, bares tradicionais, cinemas, pontos de encontro, centros de informação;
- Pesquisar factos importantes e curiosos que aconteceram, ou acontecem no percurso;
- Levantar problemas e deficiências do percurso, para posterior argumento quanto à educação patrimonial;

- Pensar e elaborar possibilidades de abordagem para o percurso, tendo em conta os diferentes nichos de mercado;
- Pensar em dinâmicas e interatividades que possam ocorrer no percurso;
- Investigar a questão da segurança no percurso;
- Propor segmentações e percursos alternativos;
- Levantar o tempo necessário para perfazer os *tours*, bem como possibilidades de ampliar ou reduzir o mesmo;
- Definir regras claras de conduta;
- Orientar o grupo quanto aos cuidados que devem ter no percurso, bem como roupas adequadas;
- Ter o registo do trabalho através de relatórios e imagens;
- Proporcionar uma forma de contacto posterior com o grupo, caso sejam turistas, como cartões pessoais, *home page*, telefones, *folders*, redes sociais, mapas ou produtos oferecidos.

Pérez (2013) define os seguintes traços gerais para a elaboração de um itinerário cultural urbano:

1. Conhecer o contexto sociocultural do local onde vai ser implementado, nomeadamente as gentes locais;
2. Estudar os potenciais e reais visitantes, nomeadamente seus perfis, motivações e expectativas;
3. Definir um roteiro de acordo com um fio condutor ou tema que pode variar mediante os recursos que se queiram utilizar;
4. Comunicar e interpretar através de vários suportes o itinerário;
5. Reforçar o envolvimento da comunidade local, estabelecendo acordos que sejam rentáveis.

Através da experiência proporcionada pelo *walking tour*, o turista tem uma visão diferente e mais profunda da cidade, utilizando um guia local conhecedor do património e dos locais que, muitas vezes, não aparecem em mapas ou guias escritos. O *walking tour* deve ser visto como um catalizador das necessidades e expectativas do turista cultural, na medida em que seleciona o melhor de cada local e tema, transmitindo de forma lúdica e curiosa àqueles que procuram novas descobertas.

Por sua vez, o PENT (2012: 12) identifica alguns fatores de competitividade que Portugal oferece no *touring* cultural e paisagístico e que vão ao encontro do que um *walking tour* também tem para oferecer. Esses fatores são:

1. Vasto e diverso património histórico e cultural;
2. Património religioso;
3. Sítios e paisagens naturais de elevado valor ambiental e cénico;
4. Património civilizacional e universal;
5. Cultura popular e tradições autênticas;
6. Diversidade cultural e paisagística em pequenas distâncias.

Para a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte, na qual Braga se insere, o *touring* cultural e paisagístico é visto como um dos cinco produtos mais importantes, encontrando-se já consolidado (PENT, 2012: 20).

#### 2.4.2.2 Modelos de *walking tour*

Neste subcapítulo pretende-se efetuar um levantamento de empresas que oferecem este tipo de atividade, nomeadamente na América, Europa e Portugal, de forma a ilustrar que tipo de produtos é que as empresas oferecem na área dos *walking tour*<sup>4</sup>.

Na Europa, muitas cidades históricas como Roma, Paris, Londres ou Barcelona, entre outras, possuem diversas empresas de *walking tours*, com guias locais que oferecem produtos especializados para os mais distintos segmentos e áreas de interesse que a cidade gera, desde a arquitetura, a história, a religião, os usos e costumes, as compras, os museus, a arte, a música, a diversão ou o lazer. Quase todas as cidades europeias que apresentam um núcleo histórico, com valor patrimonial, possuem empresas locais de *walking tour* ou até mesmo os próprios postos de turismo oferecem este serviço.

Algumas empresas oferecem o *walking tour* tradicional ou o *free walking tour*, no entanto, outras diversificam os *walking tour*, tornando-os mais específicos e temáticos. Regra geral o tempo

---

<sup>4</sup> Serão colocadas apenas a título de exemplo o *frontpage* de algumas dessas empresas, sendo que o restante levantamento pode ser consultado em anexos de imagens e *webgrafia* de empresas de animação turística.

de duração dos circuitos varia entre uma hora e meia nos *free walking tour*<sup>5</sup> e as quatro horas nos mais generalistas.

Na América do Norte (Canadá e EUA), apesar das grandes cidades não possuírem um legado patrimonial antigo nos centros históricos, constata-se que são várias as empresas que se dedicam aos *Walking tour*. Nas figuras 3,4,5 e 6 podemos ver o *frontpage* de *websites* de algumas empresas da América do Norte e Europa que organizam *walking tours*.

Figura 4: *Frontpage* do *website* da *Paris Walks*.



Fonte: <http://www.paris-walks.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 3: *Frontpage* do *website* da *Tours VoirQuébec*.



Fonte: <http://www.toursvoirquebec.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 5: *Frontpage* do *website* da *Inside*.



Fonte: <http://www.insidechicagowalkingtours.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 6: *Frontpage* do *website* da *London Walks*.



Fonte: <http://www.walks.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

<sup>5</sup> Tours realizados de forma gratuita ou sem preço de tabela em que no final o cliente dá a contribuição que achar conveniente.

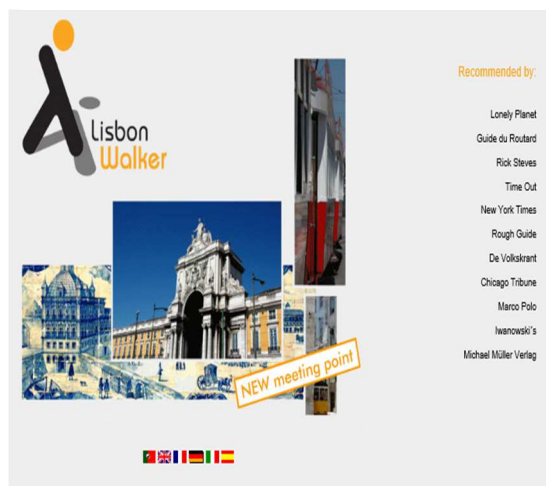


Países com bastante experiência no turismo cultural tiveram a perceção de que o *walking tour* podia ser um grande recurso e, conseqüentemente, criaram quiosques de informações turísticas, onde funcionam centrais de contratação de guias de turismo. Muitas vezes nas bilheteiras, ou acessos de lugares turísticos, existem guias cadastrados ou contratados, políglotas, para turistas que precisarem ou se interessarem pelos *tours*. O *walking tour* é consumido devido à criação de bons produtos e estimula-se o seu uso através da tradição e da cultura que estão bem evidentes, neste tipo de atividades.

Mais do que utilizar o *walking tour* como um recurso turístico ou pedagógico, deve-se pensar na sua finalidade, e quando se ponderam os seus fins, percebe-se que, para cada tipo de cliente, deve haver um *walking tour* adaptado na forma, linguagem e objetivo do seu público.

Portugal, como país de grande oferta cultural, com cidades ricas em património, tem no *touring* cultural e paisagístico uma das suas principais apostas, possuindo igualmente diversas empresas locais e regionais especializadas em *walking tour*. As cidades mais importantes, como Lisboa e Porto, possuem algumas dezenas de empresas que facultam esse serviço em diversas modalidades, nomeadamente os *free walking tour*, *walking tour* temáticos (judeu, gastronómico, ligado a lendas) ou *walking tour* com circuitos mais generalistas. Nas figuras 7 e 8 podemos ver duas empresas de *walking tour* de Lisboa.

Figura 7: Frontpage do website da Lisbon Walker.



Fonte: <http://www.lisbonwalker.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 8: Frontpage do website da Lisbon Spirit.



Fonte: <http://www.lisbon-spirit.pt/>, retirado a 6 de Março de 2015.

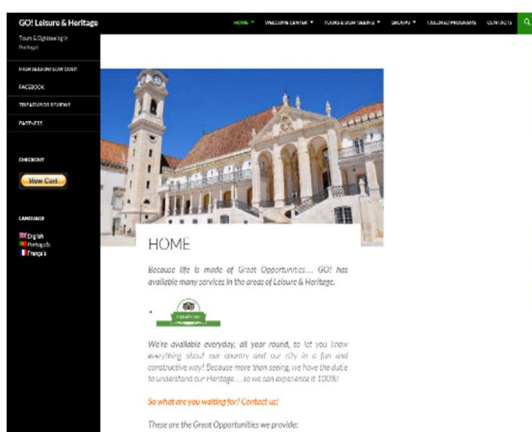
De facto, em Portugal, Lisboa e Porto são as cidades com o maior número de empresas locais de *walking tour*, devido ao seu grande fluxo turístico e riqueza patrimonial. Em cidades de

menor dimensão, como Coimbra, apesar do fluxo turístico ser mais pequeno, existe uma empresa local que oferece *walking tour*.

Até 2012, Braga não possuía empresas locais que oferecessem este tipo de produto, situação que condicionava o tempo de permanência dos turistas na cidade. Os visitantes acabavam por utilizar os livros e mapas, que apenas apresentam alguns elementos patrimoniais mais relevantes, relegando para segundo plano todo um conjunto de monumentos, factos, lendas e até a própria história e origem da cidade. A maioria dos guias-intérpretes, que pertence a empresas a atuar fora de Braga, seguiam um percurso estritamente limitado no tempo e no espaço, que resulta na visita ao centro histórico em pouco mais de uma hora, cingindo-se apenas aos principais e mais emblemáticos monumentos, para de seguida deixarem a cidade e visitarem outros locais. A falta de empresas e guias locais especializados era bem visível, não existindo essa oferta ao turista que visitava ou pernoitava em Braga.

A partir de 2012 começaram a surgir em Braga algumas empresas especializadas na área da animação turística com guias locais, e com *walking tour* generalistas ou temáticos, que incluíam o *free walking tour*. Atualmente existem duas empresas que oferecem este serviço diariamente, numa cidade que, de ano para ano, tem assistido a um aumento do número de turistas. Nas figuras 9 e 10 podemos ver uma empresa de Braga e outra de Coimbra que se dedicam à realização de *walking tours*.

Figura 10: Frontpage do website da Go! Leisure & Heritage.



Fonte: <http://gowalksportugal.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 9: Frontpage do website da Tourist Affairs.



Fonte: <http://www.thetouristsaffairs.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

## 2.4.3 *Segway tour*

### 2.4.3.1 Características do *segway*

Figura 11: *Segway* modelo i2.



Fonte: Imagem retirada do *website* oficial da *segway*.

Em 1991, Dean Kamen inventou um meio de transporte eficiente (propício para o perímetro urbano), com 0% de emissão de poluentes, compacto e com apenas duas rodas, utilizando a tecnologia de estabilização dinâmica. Em novembro de 2002, inicia-se a sua comercialização ao público. O *segway* é um meio de transporte pessoal, cómodo, rápido e limpo que permite uma fácil deslocação num centro histórico urbano, contornando alguns obstáculos urbanos e proporcionando, deste modo, uma visita ao património de forma mais célere e confortável, permitindo ir a locais onde outros meios de transportes não conseguem aceder <sup>6</sup>. Na figura 11 podemos ver um dos modelos de *segway* (modelo i2), que é o mais utilizado para fazer circuitos citadinos,

pelas suas características técnicas. Neste caso é o modelo mais apropriado para se deslocar dentro de meios urbanos. O *segway* pode ser visto como uma boa opção para andar em perímetros urbanos, apresentando vantagens sobre outros meios de transporte, nomeadamente os carros, que ocupam muito espaço nas ruas das cidades e causam grandes engarrafamentos.

Com o aumento do número de *segways* em Portugal, foi elaborado e aprovado em 2010 um decreto regulamentar que estabelece um regime experimental de circulação *segway* em espaços públicos. Em 2013, com a introdução do novo código de estrada a circulação do *segway* está regulamentada, pelo artigo 112º do código da estrada. Com o novo código da estrada, o projeto de lei aprovado em 2010, deixa de ter enquadramento jurídico, passando a prevalecer o artigo 112º.

A legislação relativa à utilização do *segway* em espaço público varia de país para país, no entanto, pelas características que este aparelho possui, são necessários locais com piso regular e

---

<sup>6</sup> Informação retirada do *website* <http://www.segway.com.pt/index.php> em 14 de maio de 2014.

vias largas sem grandes obstáculos físicos, pelo que nem todas as áreas urbanas das cidades possuem estas condições.

A área sul de Braga, que tem vindo a ser intervencionada no âmbito do PERUBS, possui as condições necessárias para a utilização do *segway*, para além dos dois eixos de ligação (Avenida da Liberdade e Avenida 31 de Janeiro) entre o centro histórico e zona sul, permitirem uma ligação eficaz entre a área sul e o centro histórico.

Entre as várias razões que presidiram à escolha do *segway* para implementação de um dos circuitos deste projeto destacaríamos a vasta área geográfica contemplada, obrigando a utilização de um meio de transporte mais rápido, mas também o facto do *segway* ser um aparelho limpo (0% de emissões) e as características topográficas com declives acentuados que a área de implementação do circuito apresenta. De igual modo, foram avaliadas e contempladas as excelentes condições de mobilidade que a área em intervenção possui para a utilização do *segway* e as possibilidades do *segway* poder ser utilizado por uma vasta facha etária (mais de 14 anos) bem como poder ser um fator diferenciador na oferta da animação turística existente na cidade.

#### 2.4.3.2 Estudo de casos de *segway tour*

A maior parte dos *tours* em *segway* que se realiza em cidades tem como finalidade proporcionar visitas guiadas aos centros históricos, sendo que o circuito em *segway* consegue cobrir uma área mais extensa do que um circuito a pé, mantendo os principais aspetos e características que um *walking tour* apresenta, acrescentando a experiência de andar em *segway*. Na realidade, os *tours* em *segway* permitem abarcar outros locais, conseguindo ser mais completos. Por exemplo, a passagem em parques urbanos, zonas ribeirinhas e miradouros que fazem parte de um *tour* em *segway*, são muitas vezes impossíveis de incluir num circuito a pé.

Outra diferença entre os *tours* em *segway* e os *walking tours* consiste no número de pessoas que podem usufruir deste tipo de circuito. Regra geral, um *tour* em *segway* pode incluir entre oito a dez pessoas. No entanto, há empresas com grande volume de circuitos que apostam em *tours* com vinte pessoas. Nestes casos, em que há mais de dez participantes, devem estar presentes dois guias por questões de segurança e de qualidade de serviço.

Existem outras condicionantes relativamente ao número de participantes num *tour* em *segway*, nomeadamente as condições que os locais apresentam ao nível de mobilidade e questões de ordem jurídica que limitam o número de pessoas por *tour*.

Tendo em conta as características e natureza de um *segway tour*, achamos que este deve ser enquadrado nos circuitos culturais e paisagísticos, tal como os *walking tour*. Se tivermos em conta que este meio de transporte é rápido em cidades com vias largas ou centros históricos que limitam a utilização de carros, um circuito de 3 horas pode ter entre 15 a 20 quilómetros, o que é considerável e bastante prático em cidades com centros históricos grandes, como as grandes capitais europeias.

A verdade é que grande parte das capitais europeias e muitas outras cidades da Europa com boas condições de mobilidade urbana possuem empresas que realizam *tours* em *segway*. Munique, Paris, Berlim, Barcelona, Corunha, Budapeste e Praga são alguns exemplos, sendo possível identificar mais algumas dezenas<sup>7</sup>.

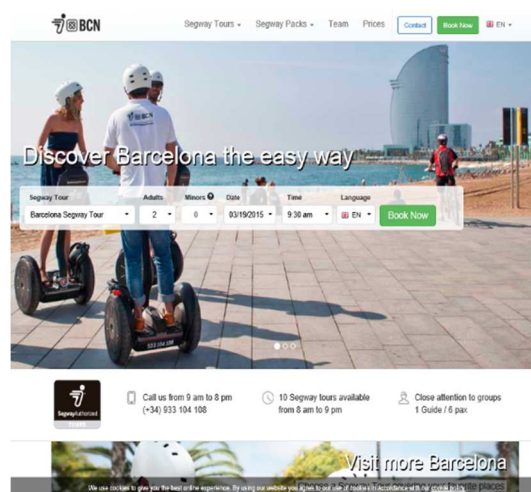
Na América do Norte, tanto nos Estados Unidos como no Canadá, são dezenas as cidades com empresas que se dedicam a este tipo de *tours*. Atlanta, Chicago, Nova Iorque e Ontário são exemplos de cidades com *segway tours*. Nas figuras 12 e 13 podemos ver duas empresas de *tours* em *segway*, em Espanha e EUA.

Figura 13: *Frontpage* do website da NYC Skyline Segway Tour.



Fonte: <http://bikenewyorkcity.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 12: *Frontpage* do website da BCN.



Fonte: <http://www.barcelonasegwaytour.com>, retirado a 6 de Março de 2015.

<sup>7</sup> Serão colocadas apenas a título de exemplo o *frontpage* de algumas dessas empresas, sendo que o restante levantamento pode ser consultado em anexos de imagens e *webgrafia* de empresas de animação turística.

Com o aparecimento do modelo X2 (todo o terreno) da *segway*, que permite andar em estradas irregulares e em terra batida, os *tours* começaram a incluir zonas rurais e florestais, mais vocacionados para a animação turística.

No entanto, apesar de ser um ótimo meio de transporte em centros históricos, existem algumas limitações e barreiras que condicionam o uso deste aparelho. Na realidade, muitos centros históricos e áreas urbanas não possuem a topografia e geografia apropriada para o uso de *segways*. Por outro lado, verifica-se, por vezes, um desrespeito por parte dos automobilistas, bem como a ausência de fiscalização em relação ao estacionamento em passeios ou em ruas de uso pedestre. Na verdade, por vezes, os obstáculos e a tipologia dos centros históricos antigos com ruas que possuem piso irregular e passeios estreitos dificultam e nalguns casos impossibilitam a utilização do *segway*.

Em Portugal, existem empresas de animação turística que se dedicam à realização de *tours* em *segway*, desde 2007. Tal como se pode ver nas figuras 14, 15, 16 e 17 atualmente existem empresas de *tours* em *segway* no Porto, Lisboa, Braga e Faro.

Figura 14: Frontpage do website da Algarve by segway.



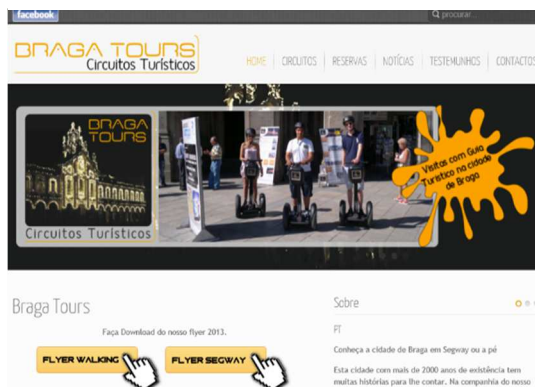
Fonte: <http://algarvebysegway.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 15: Frontpage do website da lisbon by Segway.



Fonte: <http://www.lisbonbysegway.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 16: Frontpage do website da Algarve by segway.



Fonte: <http://www.bragatours.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 17: Frontpage do website da Bluedragon.



Fonte: <http://www.bluedragon.pt/>, retirado a 6 de Março de 2015.



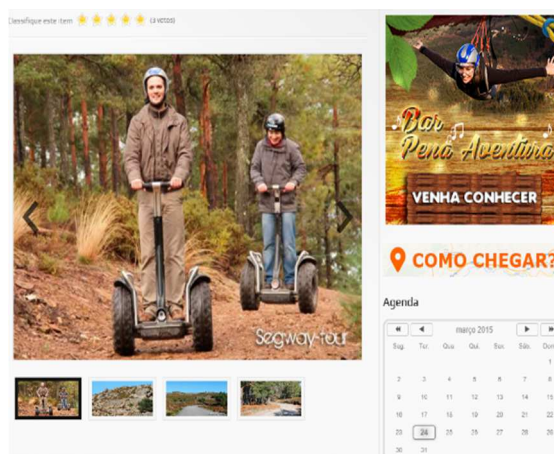
Para além da componente cultural, com o aparecimento da segway X2, existem também empresas mais vocacionadas para o lazer em zonas florestais e rurais como no Algarve, Ribeira de Pena e Sintra. Com o surgimento do modelo X2 da segway, começam a surgir empresas a organizarem tours em zonas rurais e florestais. Em Portugal temos como exemplo as empresas representadas nas figuras 18 e 19.

Figura 19: *Frontpage* do *website* da MUITAVENTURA.



Fonte: <http://www.muitaventura.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 18: *Frontpage* do *website* do Pena Parque Aventura.



Fonte: <http://www.penaaventura.com.pt/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Na realidade, a *segway* tem uma grande autonomia energética, podendo chegar aos vinte quilómetros, o que faz com seja possível a sua utilização em circuitos culturais e paisagísticos, em locais urbanos e centros históricos com grandes áreas.

### III.\ VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E URBANA DE BRAGA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS

#### 3.1 Caracterização de Braga

A cidade de Braga conta com uma longa ocupação urbana que remonta à época romana, designadamente ao século I a.C.. Desde esse período, a cidade teve uma ocupação permanente até à atualidade, particularmente significativa no centro histórico da cidade atual. Esta circunstância permitiu-lhe acumular um património muito diversificado, que poderia ser incluído em diferentes tipos de património, desde o imaterial ao material, passando pelo gastronómico até ao arquitetónico. Assim, este projeto pretende valorizar o património edificado do centro urbano, que de certa forma se encontra mais representado e que melhor permite valorizar cultural e turisticamente a cidade e a sua história.

Paralelamente ao centro histórico, também a área urbana situada a sul do Rio Este constitui atualmente um recurso turístico extremamente importante, tendo sido recentemente alvo de uma revitalização paisagística e ambiental, de modo a aumentar as áreas de lazer da cidade.

Assim, neste capítulo, realiza-se o enquadramento geográfico da cidade designadamente das áreas urbanas correspondentes ao centro histórico e à área urbana localizada na margem sul do Rio Este, bem como a análise dos principais momentos ocupacionais de Braga, desde a fundação, no período romano, até à época moderna, com particular incidência no centro urbano.

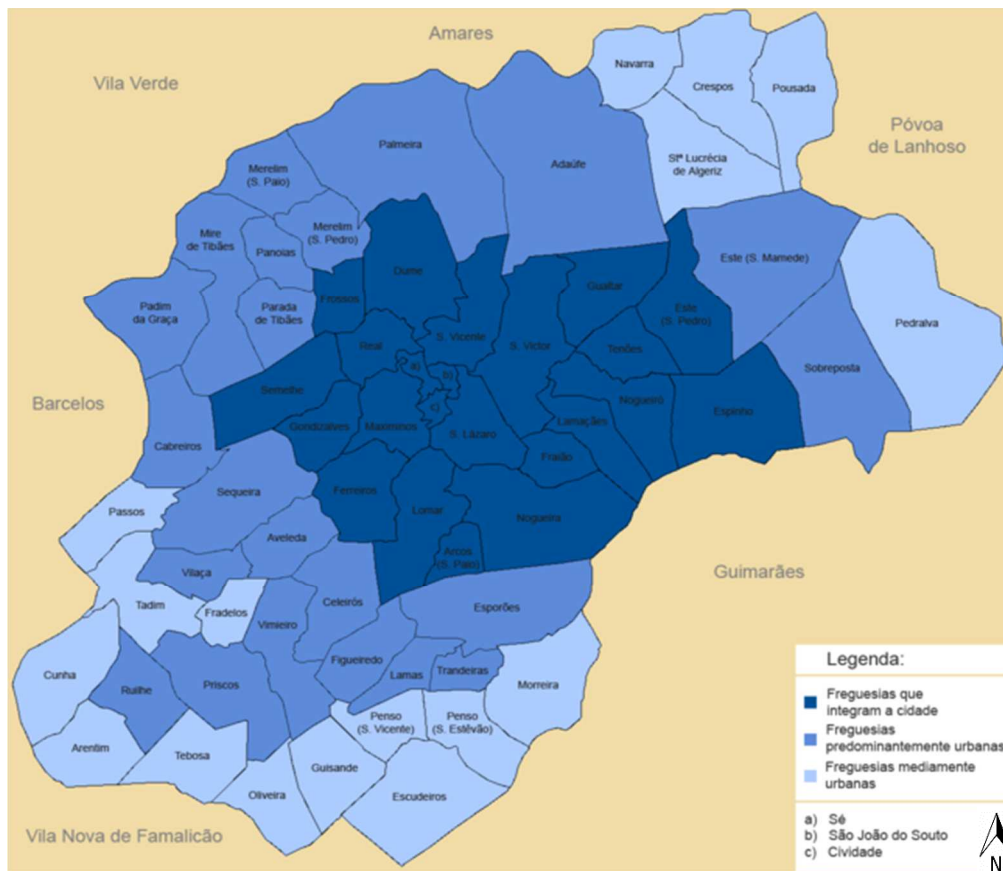
Abordar-se-á igualmente o património edificado sobrevivente, que integra a cidade atual e que reflete a sua história, nomeadamente o seu passado romano, medieval e moderno. Todavia, uma análise mais detalhada dos diferentes locais a incluir nos circuitos propostos será remetida para os apêndices e anexos.

##### 3.1.1 Enquadramento geográfico

Situada na região Noroeste de Portugal Continental, Braga é atualmente capital de distrito, encontrando-se o seu concelho subdividido em trinta e sete freguesias. Segundo os censos de 2011, o concelho de Braga tem 181 474 habitantes distribuídos por uma área total de 184 km<sup>2</sup>, inserindo-se numa região densamente povoada. Faz fronteira a norte, com os concelhos de Vila Verde e Amares, a nordeste e este pelo concelho da Póvoa de Lanhoso, a sul e sudoeste pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães e a oeste pelo concelho de Barcelos. Na figura 20 podemos observar o mapa atual de freguesias do concelho de Braga.



Figura 20: Mapa do concelho de Braga e atuas freguesias.



Fonte: *website* da CMB.

Em termos físicos, o concelho de Braga é caracterizado por algum terreno acidentado. Possui um número importante de vertentes, montes, serras e vales que se desenvolvem ao longo do concelho, com uma rede bastante densa de cursos de água (ribeiros, ribeiras e pequenos cursos de água) que afluem em grande parte aos Rios Cávado e Este. A norte Braga é limitado pelo Rio Cávado, a nascente pela Serra dos Carvalhos, e a sul pela Serra dos Picos e o território do concelho está profundamente marcado pelos alinhamentos dominantes dos vales principais, Cávado e Este. Na parte superior do concelho corre o Rio Este que nasce na Serra do Carvalho, dando origem a um vale inicialmente apertado mas que rapidamente se alarga formando a área em que a cidade se desenvolve. O Rio Este constitui um elemento estruturante e paisagístico da cidade atual, atravessando-a e dividindo-a (CMB, 2008: 6-7).

O local eleito para a fundação da primeira forma urbana, no período romano, foi uma elevação, atualmente designada de colina do Alto da Cividade, localizada na margem norte do Rio Este. Apesar dos sucessivos atropelos ocupacionais, o tecido urbano foi-se estendendo

progressivamente, conhecendo atualmente a zona do vale do Rio Este uma forte densidade construtiva.

As elevações mais altas que envolvem a cidade são o Monte de Sameiro, cuja altitude máxima é de 572 metros; o Monte Frio (548 metros); o Monte de Santa Marta (562 metros) e que se destacam na paisagem do concelho. Na área mais interior do concelho, apesar de ser constituído por espaços essencialmente planos, podemos encontrar algumas formações montanhosas de menor dimensão, mas que ganham importância devido à posição central que ocupam, designadamente o Monte do Picoto (298 metros de altitude), o Monte São Gregório (196 metros) e a área que corresponde ao Convento de Montariol (312 metros) (CMB, 2008: 7).

Todavia, o centro urbano de Braga apresenta uma topografia pouco acidentada, facilitando a fácil deslocação pedestre. A zona sul da área urbana, que compreende o Parque Urbano do Picoto e Parque de São João da Ponte, desenvolve-se na margem sul do Rio Este e apresenta características topográficas distintas. O Monte do Picoto situa-se na zona sul da área urbana de Braga, na Freguesia de São José de São Lázaro, sendo o único local na área urbana com uma considerável mancha florestal (Oliveira, 1999a: 24).

Na base norte do Monte do Picoto situa-se o Parque de São João da Ponte que se estende até às margens do Rio Este, constituindo o parque mais emblemático da cidade. (Oliveira, 1999a: 42).

### **3.1.2 Evolução urbana de Braga**

A cidade de Braga conta com mais de 2000 anos de ocupação urbana, encontrando-se documentadas várias fases da sua evolução, desde a fundação na época romana até à atualidade. Trata-se, portanto, de um centro urbano que conheceu múltiplas transformações ao longo da sua história, decorrentes da sucessão de cidades que se foram desenvolvendo e transformando ao longo do tempo e que marcaram algumas das suas características morfológicas, urbanísticas e arquitetónicas atuais.

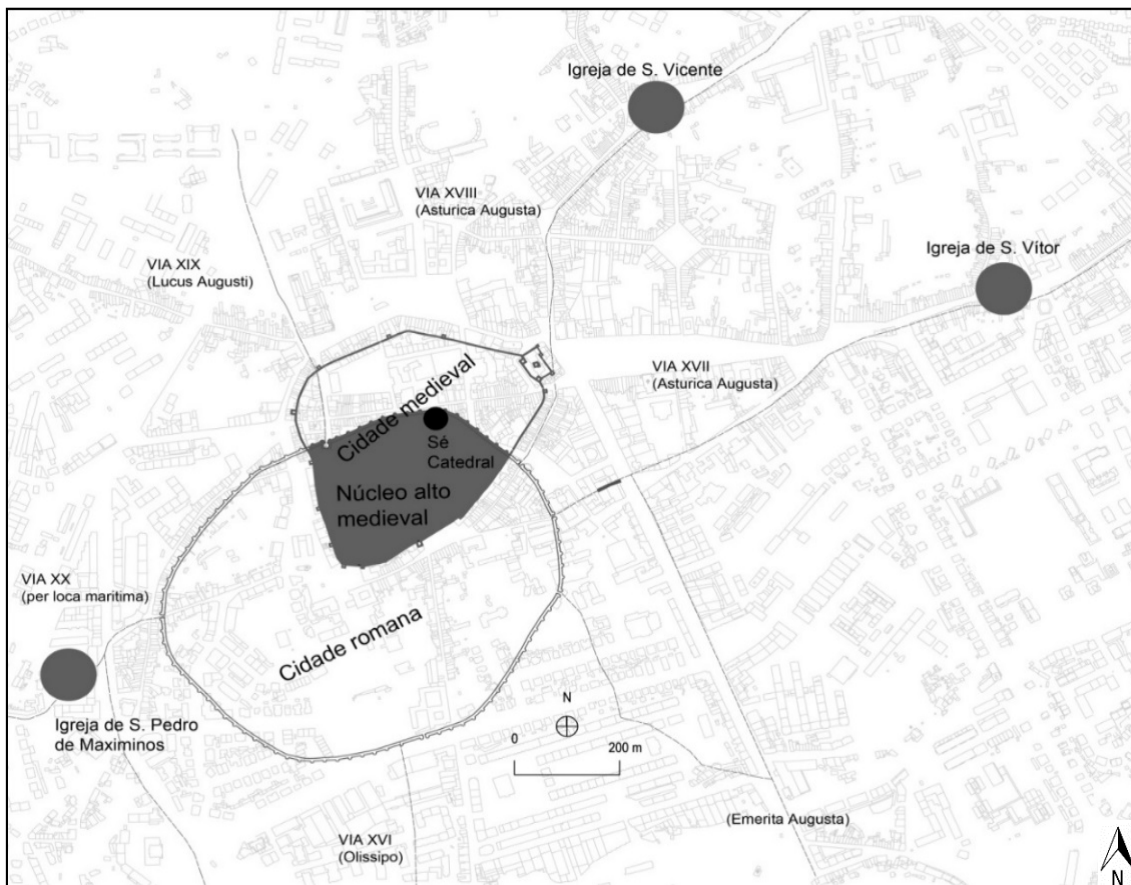
O estudo da evolução urbana da cidade tem sido possível graças ao contributo de diferentes áreas do saber, com destaque para a arqueologia, particularmente importante para o conhecimento da cidade romana e para a transformação que sofreu até à Idade Média. A este propósito, destaca-se o importante papel da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, responsáveis pela coordenação da maior parte das escavações realizadas na cidade, mas também dos seus investigadores a quem

se deve a generalidade das publicações acerca do passado romano e medieval da cidade (Martins *et alii*, 2013: 81-82). Do mesmo modo, os estudos em História, História da Arte, Geografia ou Arquitetura têm contribuído para um melhor entendimento do passado de Braga.

Refira-se, igualmente, a existência de fontes privilegiadas, nomeadamente as arqueológicas, as escritas, as cartográficas e iconográficas mas também o edificado sobrevivente que integra a cidade atual. Na realidade, o centro histórico de Braga engloba atualmente um conjunto muito significativo de construções que evidenciam e testemunham a sua história urbana, particularmente importantes no período medieval, e que foram sendo sucessivamente reutilizados até à atualidade, constituindo atualmente um património singular que permite documentar e valorizar o seu passado.

Neste sentido, procurar-se-á analisar as diferentes fases urbanas que a cidade conheceu desde a sua fundação, designadamente no período romano, na época medieval e moderna, bem como o património edificado sobrevivente que pode ser atribuído às diferentes fases. Na figura 21 é possível observar o território ocupado pela cidade entre a época romana e a Idade Média, designadamente a área delimitada pela muralha romana de *Bracara Augusta* e pela muralha medieval de Braga, bem como as vias de génese romana que ligaram a cidade aos núcleos populacionais periféricos na Idade Média.

Figura 21: Mapa de Braga, desde a época romana até à Idade Média.



Fonte: Ribeiro, 2009/2010: 190.

### 3.1.2.1 Ocupação Romana

A primeira forma urbana conhecida para Braga remonta ao período romano, mais concretamente ao século I a. C., e conheceu a designação de *Bracara Augusta*. A fundação da cidade insere-se no quadro da reorganização político-administrativa da região do NO Peninsular levada a cabo pelo Imperador *Augusto*, a quem coube a decisão de fundar três grandes cidades neste território, designadamente *Asturica Augusta* (Astorga), *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*. Ao contrário das outras duas capitais conventuais do NO Peninsular, que terão surgido de acampamentos militares, os dados arqueológicos e epigráficos apontam para uma origem civil da cidade. *Bracara Augusta* terá surgido como centro administrativo com o objetivo de garantir o poder romano na região, fixar as populações indígenas e promover a sua integração económica, social e cultural (Martins, 2009: 187).

A escolha do local para fundar a nova cidade esteve ligada às boas condições topográficas do território, mas também à sua importância no quadro do povoamento pré-romano. Na realidade,

os vestígios arqueológicos encontrados permitem documentar uma ocupação humana anterior à fundação de *Bracara Augusta* pelas comunidades indígenas da região, nomeadamente ao longo do século I a.C.. A testemunhar esta circunstância encontramos, por exemplo, a existência de um balneário indígena, localizado na atual estação de caminhos-de-ferro de Braga, fora do núcleo urbano romano. Deste modo se compreende que o espaço onde a cidade se implantou se encontrava já demarcado em época pré-romana, tendo como ponto central a colina da Cividade (Martins, 2009: 186).

As características deste espaço fariam dele um local estratégico e atrativo para as populações que habitavam os castros circundantes, que o terão utilizado como ponto de encontro político, mas também local de mercado, papel que poderá ter desempenhado episódica ou regularmente. De igual modo, terá sido um dos locais eleitos para a celebração de cultos e rituais pelas comunidades indígenas (Martins, 2009: 185). A comprovar estas interpretações, encontramos um santuário indígena dedicado à deusa *Nabia*, localizado na periferia do núcleo urbano romano, conhecido atualmente como Fonte do Ídolo. Este santuário foi posteriormente transformado e monumentalizado pelos romanos (Martins, 2011: 66).

Na realidade, foi precisamente com a chegada dos romanos que a cidade se tornou um importante centro urbano no contexto Noroeste Peninsular.

Desde a sua fundação no séc. I a.C. até à queda do Império Romano no séc. V, *Bracara Augusta* evoluiu no sentido de se tornar uma importante cidade.

A história de *Bracara Augusta* pode ser analisada de acordo com três grandes fases, que se articulam com as distintas conjunturas políticas que a cidade conheceu. A primeira fase relaciona-se com a sua fundação pelo Imperador *Augusto*, nos inícios do Império (século I e II). A segunda, corresponde à sua promoção a capital da província da *Galécia* e, conseqüentemente, à edificação de uma poderosa muralha. Estes acontecimentos enquadram-se na reforma administrativa e militar empreendida por *Diocleciano*, nos finais do séc. III/ início do séc. IV. Por fim, a terceira fase decorre da crescente difusão do Cristianismo e da instalação dos Suevos, em Braga, nos inícios do séc. V, bem como as conseqüentes perturbações relacionadas com as incursões visigóticas e muçulmanas (Ribeiro, 2009/2010: 186).

*Bracara Augusta* foi fundada nos anos 16/15 a.C., admitindo-se, contudo, que a cidade tenha sido refundada nos anos 5 a 2 a.C., a julgar pela inscrição que se encontra atualmente na Sé de Braga, integrada na parede da fachada do Largo D. João Peculiar. Trata-se de uma das primeiras inscrições oficiais de *Bracara Augusta*, que regista a queda de um raio que terá atingido

a cidade. A queda de raios era um fenómeno que os romanos acreditavam poderem causar destabilização a Roma e aos seus Deuses. Pensa-se, deste modo, que a inscrição documenta uma cerimónia, promovida pelo imperador *Augusto*, relacionada com a refundação da cidade. Este tipo de cerimónias era realizado em locais sagrados, admitindo-se a possibilidade do local onde a Catedral se encontra ter sido um local de culto a Júpiter (Morais, 2010: 7-12).

A área urbanizada foi planificada aquando da fundação da cidade, de acordo com o modelo ortogonal característico das cidades planificadas romanas, sendo a área dividida por ruas regulares, perpendiculares e paralelas, estruturas a partir da definição de dois eixos viários principais, o *cardo maximus*, que corria no sentido N/S e o *decumanus maximus*, no sentido E/O, formando quarteirões regulares, designados de *insulae*. Na parte mais alta da cidade encontrava-se a grande praça pública ou *fórum*, o centro administrativo e religioso, onde se localizariam à semelhança do modelo urbano romano, a basílica, a cúria, um templo, bem como espaços porticados de comércio. O projeto urbano fundacional de *Bracara Augusta* conformou, desta forma, uma cidade de planta retangular com cerca de trinta hectares de área (Martins *et alii*, 2013: 82). Na figura 22 apresenta-se uma imagem da forma urbana de *Bracara Augusta*, no período do Alto Império.

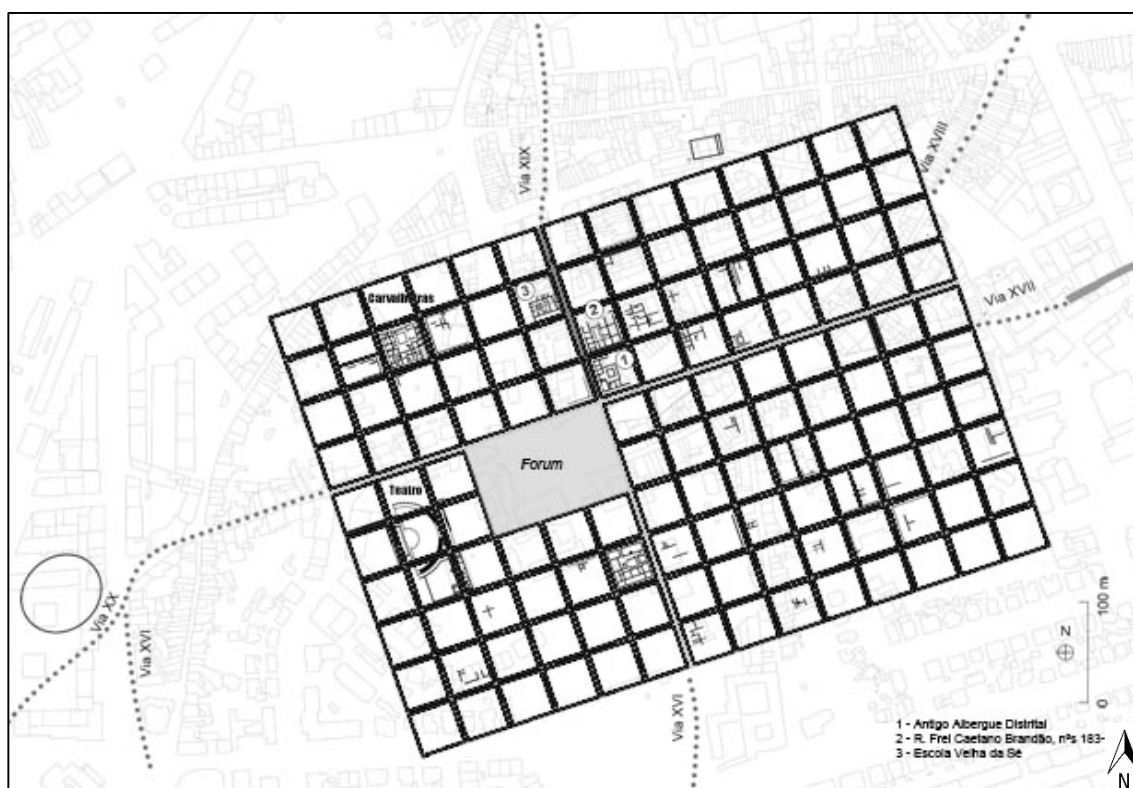
Após a sua fundação, o processo de povoamento da cidade terá sido constante, atingindo a sua máxima expansão urbana no século II, com uma periferia densamente ocupada (Martins, 2011: 17). Na realidade, a importância administrativa e religiosa de *Bracara Augusta*, bem como as atividades económicas desenvolvidas e a organização da rede viária da região terão sido dos principais fatores para o seu rápido crescimento demográfico, atraindo uma população diversificada, composta por nativos da região, imigrantes e militares. De igual modo, o crescimento da cidade nos séculos I e II d.C., aliado à sua elevação a município, dotou-a de estruturas de governo (senado e magistrado), mas também termas públicas, teatro, anfiteatro, pórticos, circo, templos e vários edifícios residenciais (Martins, 1991/1992: 178-179).

Apesar do elevado número de intervenções arqueológicas realizadas em Braga, os vestígios que podem com segurança ser atribuídos à primeira fase história da cidade, correspondente aos períodos de *Augusto* e *Júlio-Cláudio*, nos séculos I e II d.C., localizam-se na colina do Alto da Cidade, nas imediações do *fórum* romano. Aí foi identificado um edifício datado dos inícios do século I, mas que foi arrasado para a construção de umas termas públicas, nos inícios do século II, e de um teatro anexo (Martins, 2009: 194). Apesar de serem dois edifícios públicos, tinham duas funções completamente diferentes. As termas públicas que ao longo de séculos sofreram

um conjunto de alterações e ajustamentos até ao século V (data do seu abandono), estavam vocacionados para banhos públicos. O teatro que estava anexo às termas e que continua em fase de escavação, revela ter sido um equipamento essencial no programa urbanístico de *Bracara Augusta*, tal como nas restantes cidades romanas (Martins *et alii*, 2013: 83).

As termas públicas do Alto da Cidade, bem como alguns exemplares dos edifícios residenciais romanos, como a *Domus* da Escola da Sé e a *Domus* das Carvalheiras, fazem parte do património edificado romano sobrevivente, que se encontra musealizado, e que será caracterizado mais detalhadamente nos apêndices deste trabalho.

Figura 22: Mapa de *Bracara Augusta* (Alto Império).



Fonte: Martins e Ribeiro, 2012: 22.

A rede viária imperial que abastecia e ligava *Bracara Augusta* às restantes cidades provinciais era composta por seis importantes vias, cuja construção foi iniciada com *Augusto*, mas que progressivamente foi sendo aumentada pelos imperadores que lhe sucederam. Na parte sul da cidade terminava a via XVI que ligava *Bracara Augusta* a *Olisipo* (Lisboa), passando por *Cale* (Porto). Na parte norte da cidade tinha início a via XIX que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (Lugo). A nordeste da cidade iniciava-se a via XVIII, também designada de Via Nova ou estrada da Geira, que permitia uma ligação mais direta com *Asturica Augusta* (Astorga). A oeste tinha início a via XX, também conhecida por via *per loca marítima*, pois permitia a ligação ao mar. A via XVII

que ligava à cidade de *Aquae Flaviae* (Chaves), seguindo daí para *Asturica Augusta* (Astorga), tinha início na parte oriental da cidade. Deste mesmo lado, partiria uma outra via que conduzia a *Emérita Augusta* (Mérida) (Morais, 2010: 94-97).

A centralidade e protagonismo de *Bracara Augusta* vêm-se renovados nos finais do século III e inícios do século IV, com a sua elevação a capital da província da *Galecia* e a sede de bispado. Esta circunstância garantiu à cidade a administração de um importante território e o desenvolvimento duma intensa atividade económica, bem como um programa de renovação urbana, com a remodelação de muitos edifícios públicos e privados (Ribeiro, 2009/2010: 264).

Igualmente, neste período, a cidade foi dotada de uma poderosa muralha com torreões, que passou a cercar uma área construída de cerca de 48 ha, incluindo alguns dos sectores artesanais que se desenvolveram, ao longo do Alto Império, a nascente e a sul, bem como os equipamentos que existiriam na periferia norte (Martins *et alii*, 2013: 82). Todavia, a construção desta imponente estrutura defensiva provocou alterações significativas no tecido urbano a partir do século IV, designadamente a desafetação de algumas ruas que começam a ser ocupadas com construções. Assim, algumas ruas são encerradas e perdem funcionalidade e alguns eixos viários ficam fora de circulação. Esta tendência irá agudizar-se ao longo dos séculos V e VI, contemplando igualmente a desafetação de alguns espaços e edifícios públicos, nomeadamente do teatro (Fontes *et alii*, 2010a: 255-256).

De igual modo, a introdução de edifícios de carácter cristão irá ditar uma nova lógica na organização do espaço urbano, bem como a definição da topografia cristã da cidade medieval. Na realidade, com a queda do Império Romano do Ocidente no século V, *Bracara Augusta* tornou-se capital do Reino Suevo, afirmando-se como um lugar central do cristianismo do Noroeste Peninsular (Fontes *et alii*, 2010a: 255-256).

A construção da primeira basílica paleocristã, datável do século V, localizada sob a atual catedral, numa situação periférica à muralha romana, constituiu um novo elemento urbano, em torno do qual a cidade se iria articular. A introdução de edifícios de carácter cristão sentiu-se, igualmente, na periferia urbana, em zonas de necrópole, nas margens das vias imperiais romanas, originando novos locais de culto, nomeadamente em São Vicente, São Victor e São Pedro de Maximinos provavelmente associados ao culto martirial, que darão origem às paróquias medievais da área suburbana (Ribeiro, 2008: 319-320).

Estas circunstâncias condicionaram o desenvolvimento urbano da cidade, que se polarizou em torno de novos centros de culto, localizados na periferia, e no quadrante noroeste do núcleo



urbano romano, em torno da primeira basílica paleocristã, que se constituirá no núcleo original do pequeno burgo medieval. Deste modo, cerca de um quadrante do núcleo urbano romano irá persistir durante a Idade Média, sofrendo sucessivas modificações morfológicas, conservando-se, ainda hoje, parcialmente fossilizado na topografia do centro histórico da cidade de Braga.

As consequências da invasão de Braga, em 585, que terminou com o Reino Suevo e colocou a região sob domínio Visigótico não são conhecidas. Pensa-se que este facto não alterou substancialmente nem o substrato populacional, nem a organização administrativa e eclesiástica, estruturada por S. Martinho de Dume, bispo de Braga e Dume (Fontes *et alii*, 2010a: 257). Importa referir ainda, pela sua importância na reorganização do território, a construção nos arredores de *Bracara* de dois dos mais importantes mosteiros do Noroeste Peninsular, designadamente o de Dume, no século VI, por iniciativa de São Martinho, e o de São Salvador de Montélios, no século VII, por iniciativa de São Frutuoso, ambos bispos de Braga e Dume (Fontes, 2009: 272-295).

Na realidade, os dados arqueológicos permitem documentar que, durante os séculos V e VI, a cidade mantém a sua ocupação residencial praticamente em toda a área intramuros, bem como uma intensa atividade económica, apesar da desarticulação de espaços públicos e privados registados desde o século IV. No entanto, a partir do decurso do século VII identifica-se uma progressiva concentração de população no quadrante nordeste e uma ausência de indicadores de renovação construtiva nos sectores sul e poente da cidade. O progressivo desinvestimento construtivo e o abandono de alguns espaços públicos, como seria o caso do fórum, antecipam um cenário de ruralização daqueles sectores, em benefício de uma concentração de população no quadrante nordeste (Fontes *et alii*, 2010a: 255-256).

Os episódios relativos à invasão da cidade pelos muçulmanos, quando estes invadem a *Galécia*, em 711, são mal conhecidos. Segundo Costa (1965) admite-se que as primeiras incursões muçulmanas tenham determinado o abandono da cidade por parte das autoridades eclesiásticas, muito embora as suas implicações no tecido urbano permanecem ainda por determinar. No entanto, a documentação evidencia que Braga se terá mantido como centro urbano e religioso, com uma população residente ainda significativa. Entre os principais indicadores destacam-se as iniciativas documentadas do bispo Odoário, por volta de 750, bem como a reunião em Braga de uma cúria régia, onde esteve presente Afonso III, rei das Astúrias (*apud* Ribeiro e Fontes, 2015: 33-51).

### 3.1.2.2 Idade Média

A partir dos séculos IX e X, o processo de reorganização do território da região bracarense terá começado a ser empreendido de forma sistemática pelos reis asturianos e leoneses (Fontes, 2010b: 449). Estas circunstâncias pressupõem uma revitalização do núcleo urbano, nomeadamente através da definição de um novo perímetro urbano e de remodelações efetuadas na primitiva basílica paleocristã, localizada sob a atual Sé de Braga, bem como uma população residente na cidade. A nova área urbana, que não ultrapassaria os quinze hectares, seria definida a norte, pela muralha romana do baixo-império, que se manteve em utilização até inícios do século XIV, e a sul por uma nova cerca, construída muito provavelmente entre finais do século IX e o século X. Igualmente, nos séculos X e XI, terão sido efetuadas remodelações na primitiva basílica, que adquire a forma retangular, com orientação E/O, com três naves e uma porta rasgada na fachada sul (Ribeiro e Martins, 2013: 27).

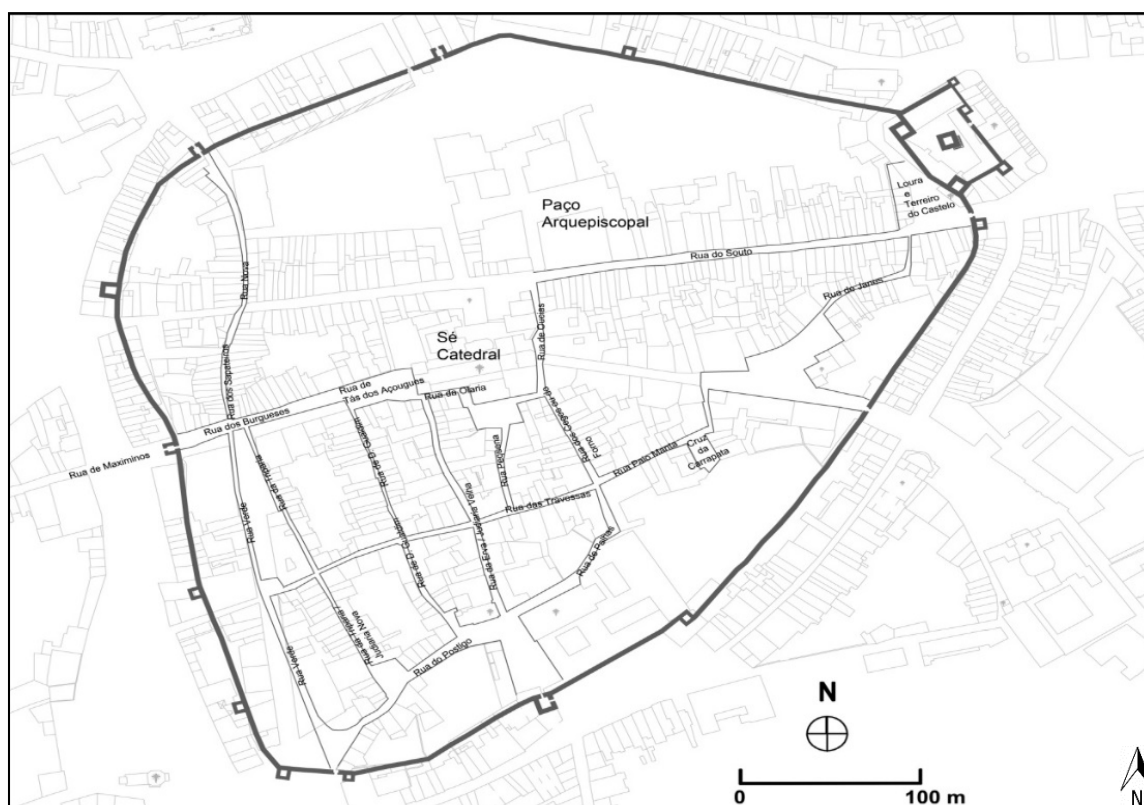
Todavia, depois da restauração da arquidiocese de Braga, em 1071, esta igreja será substituída por um novo e maior templo, sob a responsabilidade do bispo D. Pedro. Para a dignificação e engrandecimento do primitivo burgo medieval contribuíram, igualmente, o conde D. Henrique e a sua esposa, D. Teresa, senhores de Braga de 1096 até 1110-1112, ao reforçar o poder dos bispos na cidade e com a obtenção do estatuto de Sé metropolitana para a Igreja de Braga. Em 1112, estes mesmos soberanos entregaram o couto de Braga e o seu termo à arquidiocese. A doação do couto de Braga, realizada em 12 de abril de 1112, viria a ser confirmada e ampliada em 27 de Maio de 1128 pelo primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques (Ribeiro, 2008: 317-318). O papel dos arcebispos foi extremamente importante no processo de reorganização e revitalização da cidade, contribuindo assim para que o pequeno núcleo urbano se fosse paulatinamente organizando e adquirindo as infraestruturas necessárias para o seu progressivo desenvolvimento.

Sabe-se que em meados do século XII o perímetro amuralhado era muito reduzido. A nascente a muralha passava junto da abside da catedral, como se pode ver na carta de doação da Igreja de São João do Souto ao arcebispo D. João Peculiar, datado de 1161, dando início à paróquia suburbana de São João de Souto (Marques, 1983: 45). A área urbana dentro da muralha, em meados do século XII, tinha um perímetro de 1700 metros (Cabido da Sé de Braga, 1990: 138). O sistema defensivo de Braga foi sendo progressivamente alargado ao longo dos séculos XII, XIII e XIV, registando neste último século a definição de um novo perímetro a norte do primitivo

burgo medieval, que até então reaproveitou o tramo norte da muralha romana (Ribeiro, 2008: 411).

Nos inícios do século XIII a área fortificada passou a incluir a porta de S. João, bem como a Rua do Souto e a Porta do Souto, referida pelas fontes escritas em 1265. Os documentos atestam que, em 1315, o Castelo medieval já se encontrava construído (Ribeiro, 2008: 329). Até ao século XIV, as ruas mais importantes de Braga articulavam-se em redor da Sé, nos bairros localizados a poente e a sul. A Rua dos Burgueses (atual D. Paio Mendes), situada em frente à Sé, era o principal polo comercial de Braga, estatuto esse que perdeu a partir do século XVI para a Rua do Souto (Oliveira, 2002: 17). Na figura 23 é visível o plano urbano da cidade medieval de Braga e a sua muralha.

Figura 23: Plano urbano da cidade medieval de Braga.



Fonte: Ribeiro, 2009/2010: 192.

Na realidade, a partir do século XIII a cidade expande-se para nordeste, ou seja, no sentido oposto ao da cidade romana, situação que ditará o abandono definitivo daquele espaço, dando origem ao surgimento de novas ruas, como sugerem as fontes documentais. O crescimento da cidade terá ditado a construção no século XIV de uma nova cerca defensiva alargou o perímetro anterior, passando a incluir os arrabaldes da zona norte e nordeste, nomeadamente o castelo e o

novo Paço dos Arcebispos (Ribeiro e Martins, 2013: 31). Ainda durante o século XIV, com a construção do Paço Arquiepiscopal, inicia-se um deslocamento urbano para aquela área que começa a ganhar vida (Oliveira, 2002: 17).

Deste modo, é possível admitir que o primitivo perímetro da muralha medieval terá sido paulatinamente desativado ao longo dos séculos XIII e XIV, nas zonas norte e este, tendo sido substituído por um novo traçado que passará a incluir uma área urbana significativamente maior, para nordeste, em direção à Porta do Souto e ao Castelo, e para norte, compreendendo parte da área que viria a ser ocupada pelo Paço arquiepiscopal, datado dos inícios do século XIV. A muralha terá merecido uma requalificação com a anexação da estrutura castelar e respetiva torre de menagem, na primeira metade do século XIV (Ribeiro e Martins, 2013: 31).

A partir da invasão de Braga pelas tropas de Castela, na última metade do século XIV, foram tomadas providências para dotar a cidade de uma defesa eficaz, através da construção de uma nova cintura defensiva, que aproveitou parte do traçado anterior, redefinindo o limite norte da área defendida. A muralha definitiva terá sido mandada executar pelo rei D. Fernando I, na segunda metade do século XIV, mas só a terminaram no século XV (Ribeiro, 2008: 331-334). No entanto, a muralha deixa de ter funcionalidade a partir do século XVI, tendo sido desmantelada ou reaproveitada para outras obras ao longo dos séculos seguintes.

Segundo o Primeiro Livro dos Bens e propriedades Foros e Pensões pertencentes ao Senado da Câmara Secular (1737), Braga possuía oito portas e postigos:

- Porta do Souto;
- Porta de São João;
- Porta do Colégio;
- Postigo de São Sebastião;
- Portada Senhora da Ajuda;
- Porta Nova;
- Porta de São Francisco;
- Porta de Santo António.

Estas portas tinham como principal função servir de suporte ao fluxo de tráfego que entrava e saía da cidade, resultado das atividades mesterais e comerciais, receção e alojamento e peregrinos e comerciantes, entre outros (Cabido da Sé de Braga, 1990: 141).

Atualmente os vestígios da muralha fernandina encontram-se dispersos um pouco por toda a cidade. Alguns vestígios encontram-se nos quintais do interior dos quarteirões da cidade atual, servindo como muros divisórios de propriedade, estando, por vezes, integrados nas paredes traseiras dos edifícios que se lhe encontram adossados. Os restantes, constituídos maioritariamente por três torreões, ornamentam ainda o Centro Histórico atual (Ribeiro, 2008: 357-358).

Com o desenvolvimento económico da cidade e o aumento da população a partir do século XV, o crescimento urbano intensificou-se para outras direções dentro e fora de muros (Cabido da Sé de Braga, 1990: 140).

O sistema de ruas medievais pode ser categorizado em dois tipos. Um, composto por ruas bastante regulares, algumas praticamente retilíneas, que decalam os antigos cardos e decumanos romanos, como acontecia com a Rua Verde, Rua D. Gualdim, Rua das Travessas ou a Rua da Erva. Por outro lado temos as ruas, mais irregulares e sinuosas, que resultaram de uma adaptação espontânea aos caminhos pré existentes, como a Rua de Janes, ou que resultaram da adaptação à topografia da muralha, como a Rua do Postigo, a Rua Nova ou a Rua da Sapataria. Ainda dentro deste último tipo, existem ruas que constituem mini-corredores de circulação, cuja funcionalidade servia o edificado, como aconteceu com aqueles que envolveram a Sé Catedral nas suas sucessivas ampliações, como a Rua das Oussias ou a Rua da Olaria (Ribeiro, 2008: 499-500).

Na organização do plano urbano medieval, para além dos perímetros amuralhados e suas portas, do Castelo e do sistema viário, existem igualmente outros elementos urbanos que foram fundamentais na origem e desenvolvimento da morfologia da cidade medieval. Referimo-nos aos grandes espaços públicos, como a Sé Catedral e o Paço Arquiepiscopal e alguns espaços religiosos que sobreviveram até aos nossos dias. São testemunhos da arquitetura medieval bracarense que sobreviveram às grandes alterações que a cidade sofreu principalmente a partir do século XVI.

### **3.1.2.3 Idade Moderna**

A partir do século XVI, as grandes cidades europeias iniciam um processo de transformação urbanística, baseado na valorização dos esquemas clássicos da organização do espaço urbano e no gosto pela beleza e pela cenografia, aplicado a ruas, praças ou edifícios. A sobriedade na forma como é feita a organização viária, que se exprime em eixos retilíneos e amplos, e a conceção de grandes praças públicas, delimitadas por edifícios com fachadas cenográficas, constituem as

duas linhas de intervenção urbanística que maior peso têm na cidade moderna (Ribeiro, 2008: 502).

À semelhança de outras cidades, Braga seguiu as tendências europeias dominantes que caracterizaram os séculos XVI e XVII, iniciando um processo de crescimento para a periferia, aumentando de forma significativa a sua área urbana comparativamente à cidade medieval. O desenvolvimento da cidade fez-se com a abertura de novos espaços, alguns dos quais na zona intramuros, muito embora as intervenções urbanísticas que ditaram a sua nova fisionomia tenham sido operadas em larga medida na zona extramuros, junto às portas da cidade medieval (Ribeiro, 2008: 504). Nos inícios da época moderna, Braga irá beneficiar da atuação do arcebispo de D. Diogo de Sousa, que governou a cidade entre 1505 e 1532, e a quem coube o papel de renovar urbanisticamente a cidade, pois possuía, enquanto arcebispo, o poder e os meios para intervir livremente no espaço urbano. Por outro lado, a cidade não necessitava mais da muralha fernandina como sistema defensivo, podendo, por isso, conhecer novas construções nas suas imediações (Ribeiro, 2009/2010: 194-196).

D. Diogo de Sousa beneficiou, igualmente, do contacto pessoal que manteve com as novas tendências humanistas e renascentistas, aquando da sua estadia em Roma, visitas a Paris e Florença, centros de florescimento urbanístico Renascentista. Em 1505 tornou-se Arcebispo de Braga, e durante vinte e sete anos efetuou uma arrojada revolução urbanística, que veio a marcar profundamente a fisionomia e dinâmica da cidade nos próximos séculos, atraindo para a cidade artistas biscainhos que introduziram em Braga o estilo Renascentista, designadamente através da decoração do Gótico tardio/Manuelina (Bandeira, 2000: 23-24). Aproveitando os espaços e os edifícios públicos reguladores do urbanismo medieval, como eram a Sé Catedral, o Paço e o Castelo, D. Diogo de Sousa renovou e recriou novas áreas na zona intramuros, procurando conciliar a estrutura preexistentes aos novos ideais de prestígio e modernidade (Ribeiro, 2008: 504-505).

D. Diogo de Sousa, sabia que a cidade precisava de “respirar” e para isso deu-lhe espaço para que pudesse rejuvenescer, criando ruas largas e praças regulares e trinta e três novos edifícios públicos, nomeadamente o Hospital de São Marcos, os Paços do concelho e escolas (Cabido da Sé de Braga, 1990: 140). Das renovações encetadas por D. Diogo de Sousa no espaço intramuros fazem parte a abertura e retificação de várias infraestruturas viárias, a criação de novos equipamentos coletivos, abastecimento de água e dotação dos espaços públicos com alguns equipamentos, como fontes e chafarizes (Bandeira, 2000: 32).

Entre as intervenções mais importantes efetuadas na rede viária do centro urbano destacam-se a regularização da Rua de Maximinos, antiga Rua dos Burgueses e atual Rua Paio Mendes, a abertura de novos espaços de circulação, nomeadamente a Rua Nova de Sousa, atual Rua D. Diogo de Sousa, que prolonga a Rua do Souto até à porta da muralha e o Arco da Porta Nova, também por ele mandado abrir, bem como a abertura da Rua dos Açougues Velhos, atual Rua do Cabido. Também procedeu à abertura e/ou regularização de algumas praças, designadamente, da Praça do Pão, em frente da fachada principal da Sé, a praca na face noroeste da Sé, entre a Capela de São Gonçalo e fonte de Geraldo (atual Largo João peculiar) e a Pracinha do peixe (atual Praça Velha) (Bandeira, 2000: 35).

As intervenções realizadas por D. Diogo de Sousa na zona extramuros tiveram como principal referencial as várias portas da muralha medieval, na desembocadura das quais mandou abrir e ampliar, um conjunto de largos, designadamente o Campo de Santa Ana, o Campo dos Remédios, o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha. Estes largos mantinham igualmente uma estreita relação com as vias suburbanas que desde a época romana se ligavam à cidade, potenciando o seu desenvolvimento e a sua articulação com o espaço rural, através da construção de novos edifícios que desde a cidade se estendem até à periferia, assumindo uma forma verdadeiramente radial (Ribeiro, 2008: 504).

Sabemos que nos inícios do século XVI, foi construído um edifício coberto, que deveria situar-se na atual Praça Barão de São Marinho, destinado a dar abrigo aos comerciantes e que deu um novo impulso aquela área da cidade, fazendo coma Rua do Souto comesasse a ter um peso urbano significativo (Oliveira, 2002: 17). De igual modo, a ligação destes campos entre si originou o aparecimento de novas artérias, na periferia imediata da muralha, que assumem a fisionomia do traçado da cerca defensiva. Entre elas destacam-se as ruas de S. Marcos, do Alcaide, do Anjo e dos Biscainhos.

Na realidade, as alterações morfológicas encetadas na época moderna, nomeadamente no crescimento periférico e na morfologia decorrente da urbanização das vias limítrofes do centro urbano, bem como daquelas que o ligavam à envolvente, irão formalizaram um plano radiocêntrico, que norteou o crescimento de Braga até ao século XX (Ribeiro, 2008: 549). Uma parte significativa das alterações urbanísticas levadas a cabo por D. Diogo de Sousa pode ser observada no denominado Mapa de *Braunio*, de 1594 que se pode observar na figura 24. Na

Figura 24: Mapa de *Braunio* (1594).



Fonte: Ribeiro, 2008: 335.

realidade, esta icnografia constitui um documento de particular relevância na compreensão da cidade moderna.

Na época Moderna, Braga atinge o seu ponto áureo com a adoção dos modelos da cidade barroca a partir do século XVIII, sobre influência dos arcebispos D. Rodrigo de Moura Teles e D. José de Bragança e pelas mãos dos arquitetos bracarenses André Soares (1720-1769) e Carlos Amarante (1748-1815) (Ribeiro, 2009/2010: 197). Na realidade, durante a primeira metade do século XVIII, Braga foi gerida por dois arcebispos, muito diferentes a começar pela sua formação académica. O Arcebispo. D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1756) teve uma educação muito próximo da formação militar e D. José de Bragança (1741-1756) era um homem de sangue real e ligado aos jesuítas. Ambos contribuíram para os contrastes da arte bracarense durante a primeira metade do século XVIII.

Com D. Rodrigo de Moura Telles, a arquitetura toma um ar sério com uma sensibilidade tardo maneirista, por sua vez D. José de Bragança, talvez pela vontade de marcar a sua posição de sangue real (Oliveira e Silva, 2014b: 27).

Para além do engrandecimento e decoração que mandou efetuar na Sé Catedral, D. Rodrigo de Moura Telles deixou a sua obra espalhada um pouco por toda a cidade. Mandou ampliar a ala



nascente do Paço arquiépiscopal, construir o Terreiro do Paço Arquiépiscopal e o chafariz que lá se encontra, reconstruiu a Capela de São Sebastião no Largo Paulo Orósio, anexou a capela de Nossa Senhora de Penha de França ao convento das Capuchas Descalças no Campo de Santa Ana, mandou edificar a casa de recolhimento das Convertidas na mesma praça e foi o grande mentor do atual Santuário de Bom Jesus do Monte (Cabido da Sé de Braga, 1990: 101).

D. José De Bragança deixou uma obra vastíssima, na cidade de Braga, fruto também, de uma fase próspera que se vivia naquela época. D. José de Bragança mandou edificar a ala barroca do paço Arquiépiscopal que está virada para o Largo do Município, impulsionou a construção do atual edifício da Câmara Municipal e mandou construir a capela de Nossa Senhora da Torre (Oliveira e Silva, 2014b: 50-60-80).

Os arquitetos André Soares e Carlos Amarante foram também duas personalidades muito importantes na arquitetura bracarense do século XVIII. Deixaram em muitos dos edifícios civis e públicos um legado barroco e neoclássico que fazem de Braga uma cidade com um rico e vasto espólio dessa época, muito importante para a elaboração deste projeto.

### **3.1.2.4 Área urbana sul de Braga**

#### **3.1.2.4.1 Margens do Rio Este e Sítio dos Galos**

O sítio dos Galos é um pequeno núcleo urbano localizado na zona sul da cidade de Braga, na margem direita do Rio Este, na freguesia de São Lázaro. Devido à proximidade com o rio, este local esteve desde tempos passados ligado ao termalismo e principalmente à indústria da moagem e do fabrico do papel. Na área assinalada como “zona dos Galos” encontramos uma malha urbana que tem uma relação direta com o rio desde os primórdios da sua remota existência. O rio motivou, condicionou e determinou a sua fundação e o seu *modus vivendi*, marcado por uma ruralidade que ainda persiste. As atividades económicas desenvolvidas neste local terão sido o motor para a fixação das populações (Ferreira, 2015: 10).

Não se sabe ao certo quando começou a urbanização deste espaço. O primeiro documento escrito referente a este local, existente no Arquivo Distrital de Braga, faz referência à venda de um moinho do rio, em 1254, muito embora se admita que a ocupação do local dos Galos remonte a épocas anteriores (Oliveira, 1999a: 46).

Segundo o Mapa de *Braunio* (1594), o sítio dos Galos está ainda representado apenas com uma azenha no século XVI e, apesar de ainda ficar a uma certa distância do centro urbano de Braga, parece existir uma continuidade urbanística na ligação entre a cidade e o sítio dos Galos.

Todavia, no século XVIII o local ainda era apelidado como aldeia, como se pode verificar nas “Memórias da Paróquia” (1758) (*apud* Ferreira, 2015: 10). Existem igualmente referências que remontam ao século XVI relativas ao fabrico de papel naquele local, designadamente as *Atas do Livro das Vereações de 1596 a 1599*. Braga terá sido então a segunda cidade a conhecer o fabrico de papel em Portugal, sabendo-se que o primeiro moinho fora instalado em Leiria, por volta de 1441 (Oliveira, 2007: 25-27-28). Segundo as regulamentações camarárias de 1534, já se fabricava papel em Braga antes de 1534 (Oliveira, 2007: 25-27-28), prática que se prolongou até século XVIII (Ferreira, 2015: 10).

Um dos principais ícones arquitetónicos do sítio dos Galos é precisamente a fonte que dá o nome ao local e que remonta ao século XVII. Esta fonte possui um desenho que representa dois galos e o ano de sua construção (1639), muito embora o significado destes galos permaneça desconhecido (Ferreira, 2015: 10).

Desde a segunda metade do século XIX e os inícios do século XX existem também diversas referências à atividade de termalismo neste local, devido à existência de uma nascente de águas férreas. Durante várias décadas do século passado, esta nascente ainda terá sido aproveitada, chegando-se mesmo a fazer alguns balneários, designadamente uma pequena estação de banhos públicos mas, infelizmente, este estabelecimento acabaria por ser desativado (Oliveira e Silva, 2014a: 120).

Além de diversas habitações rurais associadas às explorações agrícolas que o rio cruzava, existiriam, desde a Idade Média, diversas azenhas e moinhos, alguns dos quais subsistiram até hoje. A cidade era populosa e precisava de um local onde fosse possível moer a farinha necessária ao pão. Um dos locais mais próximos e adequados era precisamente onde se situa o sítio dos Galos. A opção por este local deve-se talvez à ligeira inclinação do terreno aí existente no curso do ribeiro, que é um pouco mais forte que a do seu restante leito junto a Braga. Todas as restantes alterações no relevo que hoje se podem observar, bem como a sua divisão em pequenos canais são fruto do engenho e saber dos moleiros.

Não existe, até hoje, nenhuma conclusão relativa à toponímia deste local. Possivelmente poderá estar ligada à fonte que foi construída no século XVII e que tem dois Galos desenhados, interpretados como podendo estar conectados à evangélica negação de Pedro. No entanto, antes da fonte ter sido construída o local já poderia ter este nome (Ferreira, 2015: 10).

O núcleo urbano dos Galos é o exemplo de um testemunho rural que foi absorvido pelo crescimento da cidade, sobretudo quando esta se expandiu para sul, na segunda metade do século

XX. Atualmente, o sítio dos Galos está integrado na área de intervenção de proteção ao património construído, por iniciativa da autarquia e segundo o programa estratégico de reabilitação urbana de Braga sul é, sem margem para dúvida, o mais pitoresco local da cidade.

#### 3.1.2.4.2 O Parque de São João e o Monte do Picoto

O Parque de São João foi até aos inícios da República um local de repouso dos Arcebispos, tendo sido posteriormente confiscado pelo governo. A fonte que lá existe comprova precisamente o porquê de lhe chamarem coutada dos Arcebispos. Mandada construir pelo Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus, nos fins do século XVI, esta fonte conserva ainda o brasão daquele prelado (Martins *et alii*, 2012: 89).

Paralelamente à fonte, também a capela aí existente remonta ao século XVI. O nome adotado de Capela São João da Ponte deve-se ao facto de ter estado em tempos em frente das pontes que iam para Guimarães. Apesar de ter sido mandada edificar por D. Diogo de Sousa, apresenta na porta principal a data de 1616. Num altar da capela encontra-se a imagem do Senhor da Saúde, em pedra colorida, que no tempo de D. Diogo de Sousa estava perto Sé (Costa, 1998a: 75-78).

O Parque da Ponte, como também é conhecido o Parque de São João, remonta ao século XIX, sendo a Capela de São João que aí existe apenas o ponto de partida para a sua construção. Durante o século XIX, o local era ponto de atração de alguns bracarenses, que eram atraídos pelo bucolismo do sítio. Em 1905, foram feitos dois projetos para esta zona e, em 1909, vários cidadãos bracarenses começaram a fazer ofertas de elementos arquitetónicos provenientes de diversos sítios da cidade, nomeadamente do convento de Nossa Senhora dos Remédios que foi demolido. Em 1915 foi mandado construir um lago e, em 1911, um coreto. O gradeamento que divide o parque é proveniente do antigo jardim público da Avenida Central. A rematar o parque a sul encontra-se o estádio 1º de Maio, inaugurado em 1951, considerado como um dos mais belos estádios portugueses (Oliveira, 1999a: 42).

A capela de São João da Ponte é um dos monumentos mais acarinhados dos bracarenses, um espaço de memórias, muitas delas associadas inevitavelmente aos festejos sanjoaninos. O valor desta capela não se pode avaliar pela sua qualidade artística, que é reduzida, mas pela importância comunitária de que se reveste para os bracarenses. A localização da capela neste lugar poderá estar vinculada à fixação crescente de populações junto ao Rio Este, nomeadamente os moleiros, que utilizavam a capela como local de culto.

Muitas das pedras que vemos atualmente no recinto do parque, principalmente na área onde se situa a capela, pertenciam ao antigo Convento dos Remédios demolido nos inícios do século XX. À esquerda da Capela está a escultura popular do “Diabo Manquinho” e que pertencia ao Paço de D. José de Bragança. As esculturas à volta da Capela são as de São Francisco, a Rainha Santa Isabel da Hungria, Santa Marta e Santa Maria Madalena. Na parede traseira da capela encontra-se um nicho com colunas e a imagem de São João encimadas com as armas de São Francisco, pertencente também ao antigo Convento dos Remédios. A réplica de uma piscina romana foi feita nos primeiros anos da República (Costa, 1998a: 75-78).

Por sua vez, o Monte do Picoto, apesar de não constituir um local de relevo do ponto de vista histórico-cultural, destaca-se como ponto sobranceiro, possuindo um miradouro que permite contemplar a cidade. Trata-se, na realidade, de uma pequena elevação que alberga alguns campos agrícolas e floresta.

### **3.2 Análise do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Braga Sul**

O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Braga Sul (PERUBS) é um relatório elaborado pela Câmara Municipal de Braga (CMB) em 2011, com os objetivos de fazer um diagnóstico e criar estratégias de reabilitação urbana em áreas específicas na zona sul da cidade. Este documento delimita geograficamente quatro áreas prioritárias, tidas como os principais vetores de atuação, designadamente (CMB, 2011: 5):

1. O Sítio dos Galos;
2. O Rio Este e as suas margens;
3. O Parque de S. João da Ponte;
4. O futuro Parque do Monte Picoto.

A área que estes locais ocupam foi classificada pela CMB como Área de Reabilitação Urbana de Braga Sul (ARU), sendo vista como uma estrutura ecológica urbana muito importante, configurada pelo Parque da S. João da Ponte na sua relação com o Rio Este e suas margens, e

Figura 25: Limite da ARU de Braga Sul.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CMB, 2011: 20 a partir de mapa extraído do *Google earth*.

pelo Sítio dos Galos e a área naturalizada do futuro Parque do “Monte Picoto” (CMB, 2011: 20-21). Na figura 25 podemos observar as três áreas de reabilitação urbana na zona sul da cidade.

O Sítio dos Galos, apesar da sua pequena representatividade territorial na zona sul, possui um rico património edificado, tendo sido declarado pela CMB como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU) em 1997 (publicado em Diário da República através do Decreto n.º 11/97 de 19 de fevereiro).

Conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro - que enquadra o novo regime jurídico para a reabilitação urbana- a CMB iniciou um processo de conversão das Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), quer do Centro Histórico<sup>8</sup> da cidade, quer do Sítio dos Galos, em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e, neste sentido, procedeu à elaboração dos respetivos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana.

O Sítio dos Galos é, sem dúvida possuidor de uma carga histórica e simbólica, marcado por uma morfologia peculiar e pela presença de um conjunto de vestígios com interesse histórico e arqueológico e pela presença de ativos culturais e simbólicos evidentes nomeadamente a Fonte dos Galos, alminhas, de minas e de tanque, moinhos e levadas (CMB, 2011: 21).

---

<sup>8</sup> Consultar em bibliografia: Parceria para Regeneração Urbana – Centro Histórico de Braga, Programa de Ação. Braga: Câmara Municipal de Braga 2008.

Quando foi iniciada a elaboração deste projeto, em finais 2013, o PERUBS já estava a ser implementado no terreno. O primeiro local a ser intervencionado foi o Parque de São João durante o ano de 2012 com as seguintes intervenções<sup>9</sup>:

1. Recuperação do espaço envolvente à capela de São João da Ponte;
2. Implementação de equipamentos de apoio e lazer;
3. Limpeza e conservação do lago;
4. Recuperação da antiga estufa;
5. Limpeza e ordenamento da parte arbórea do parque;
6. Construção de um café/restaurante, junto ao lago do parque.

Em finais de 2012, inicia-se a requalificação das margens do Rio Este, com as seguintes intervenções<sup>10</sup>:

1. Regularização e renaturalização do leito do rio;
2. Revestimento das margens e despoluição do rio;
3. Ordenamento da zona ribeirinha, criando vias pedonais clicáveis e não clicáveis, sinalética e mobiliário urbano.

Em 2013, iniciam-se as obras de construção do novo Parque do Picoto<sup>11</sup> e que possui uma vasta área florestal e rural, com um potencial para o lazer. Atualmente apenas a primeira fase está concluída, com:

1. A abertura de alguns percursos pedestres no seu interior;
2. A construção de uma ciclovia, até ao cume do monte;
3. A construção de um miradouro panorâmico e algumas infraestruturas de apoio.

Até à data de término deste projeto, as intervenções no terreno continuam com a construção de um bar/restaurante no sopé do monte e limpeza da mata, nomeadamente com a substituição plantas invasoras (eucaliptos, mimosas) por plantas nativas. Dos locais a ser intervencionados o Sítio dos Galos é o único que ainda não sofreu qualquer tipo de obras de

---

<sup>9</sup> Ver fotos em anexos de imagens referentes a Parque de São João.

<sup>10</sup> Ver fotos em anexos de imagem referentes ao Rio Este/Sítio dos Galos.

<sup>11</sup> Ver fotos em anexos de imagem, referentes ao Monte do Picoto.

requalificação, com a exceção de colocação de sinalética na ciclovia do Rio Este, que passa no interior deste local.

### 3.3 Análise *SWOT*

A análise *SWOT* é uma ferramenta de avaliação, que permite, analisar e planear as melhores estratégias de promoção e divulgação. Foi feita uma análise *SWOT* para os dois circuitos propostos, tendo sido a análise elaborada em conjunto, pois ambos os circuitos enquadram-se no *touring* cultural e paisagístico. Esta análise incide numa avaliação de fatores externos e internos aos circuitos. As oportunidades e ameaças são classificados como fatores externos, enquanto os pontos fortes e os pontos fracos são classificados como fatores internos.

Para uma empresa é importante saber posicionar estrategicamente os seus produtos e a análise *SWOT* aos dois circuitos desenvolvidos neste projeto, pode ser importante para posteriormente desenvolver propostas e estratégias para a promoção, dinamização e implementação destes.

A elaboração desta análise *SWOT* foi feita em conjunto com a análise prévia do PENT e de dados estatísticos do posto de turismo de Braga, referentes ao fluxo de visitantes, bem como a análise no terreno dos locais onde se pretende implementar os circuitos.

#### Fatores internos

##### Pontos Fortes

- Centro histórico com rico património arquitetónico capaz de atrair visitantes para este tipo de circuitos;
- Grande parte do património existente arquitetónico preservado;
- Centro histórico condicionado ao tráfego automóvel;
- Centro histórico bastante limpo e florido;
- Reconhecimento internacional do património de Braga cada vez maior;
- Requalificação urbana e paisagística em curso, tanto no centro histórico como nas zonas verdes da cidade;
- Crescente consciencialização por parte da CMB no que concerne à mobilidade urbana;
- Tradições, gastronomia e artesanato bastante rico, diversificado e enraizado na população local;
- Grande capacidade de bem receber os visitantes e simpatia da população local;

- Empreendedorismo dos agentes locais ligados ao turismo, na dinamização e promoção dos seus produtos;
- Universidade do Minho bastante dinâmica na organização de congressos internacionais com benefício para a cidade e empresas ligadas ao turismo;
- Aumento médio anual do turismo em 18% na última década e 40% nos últimos três anos;
- Estratégias de atuação na divulgação destes circuitos, nomeadamente parcerias com entidades locais de alojamento e animação turística.

### **Pontos Fracos**

- Preço de compra de *segways* bastante elevados;
- Entidades gestoras do património existente, pouco recetivas a trabalhar em parceria;
- Falta de guias para fazer os *tours* em Francês e Alemão;
- Estacionamento abusivo nos passeios e falta de controlo de tráfego automóvel dentro da zona pedonal;
- Falta de rampas ou rampas mal construídas;
- Passeios com piso em mau estado ou irregular devido a circulação abusiva dos automóveis na zona pedonal;
- Dificuldade de coordenação entre os diversos agentes para dinamização deste tipo de circuitos (setor público e privado);
- Dificuldade e entraves em obter licenças da CMB para este tipo de atividade na cidade de Braga.

### **Fatores externos**

#### **Oportunidades**

- Proximidade dos aeroportos de Porto e Vigo;
- Proximidade do terminal de cruzeiros da APDL/ Porto de Leixões Sul;
- Aumento das viagens de *low cost* no aeroporto Sá Carneiro;
- Linhas diretas e frequentes de autocarros a partir do aeroporto Sá Carneiro e de comboio a partir da estação de São Bento para Braga;



- Boas acessibilidades na rede viária para Braga;
- Classificação do Santuário do Bom Jesus do Monte como património mundial da humanidade pela UNESCO;
- Prespectiva de aumento do fluxo turístico no Porto e Norte de Portugal, nos próximos anos;
- Proximidade geográfica de Porto e Guimarães, dois polos importantes de atração turística do Norte de Portugal;
- Maior aposta na promoção de Braga por parte das entidades públicas, nomeadamente Câmara Municipal de Braga e Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Aposta na valorização do património arquitetónico e paisagístico através do *touring* cultural e paisagístico, patente no PENT;
- Crescimento da capacidade hoteleira de Braga;
- Grande margem de crescimento da animação turística e cultural em Braga;
- Centro histórico com comércio tradicional muito forte e ativo;
- Envolvência da Associação Comercial de Braga (ACB) e CMB na dinamização de eventos;
- Rico património cultural e paisagístico;
- Agenda cultural diversificada e com impacto nacional e internacional, com vários eventos e festas (Semana Santa, São João, Feira Romana, Rampa da Falperra, Noite Branca).

### Ameaças

- Património edificado, nomeadamente igrejas e núcleos museológicos permanentemente ou parcialmente encerrados;
- A alta taxa do IVA, sobre os produtos turísticos;
- Atual crise económica e social que o país atravessa;
- Sazonalidade do turismo no Porto e Norte de Portugal;
- O clima chuvoso, que condiciona e impossibilita a realização dos circuitos;
- Implementação de portagens em todas as autoestradas que dão acesso à Galiza;
- Falta de estratégias e parcerias entre as diferentes cidades e entidades, na promoção do Porto e Norte de Portugal;
- O enquadramento territorial de Braga, que a torna ainda um destino de turismo periférico;
- A falta de oferta de produtos na área da animação turística;
- Fraca estratégia promocional;
- Carência na promoção e informação turística;

- Algum património em mau estado de conservação e com garfitis;
- Falta de planeamento turístico no centro histórico.

### 3.4 Proposta de implementação de dois circuitos turísticos

A utilização de critérios para a implementação de um circuito é importante na medida em que ao serem estabelecidos irão ajudar a delinear e estruturar um percurso exequível no terreno. Assim, numa primeira fase, definiram-se critérios geográficos para delimitar as áreas onde pretende implementar os circuitos e posteriormente foram utilizados critérios patrimoniais de forma a incluir nos *tours* o património edificado mais relevante.

Para as diferentes zonas onde se pretende implementar os dois circuitos, utilizar-se-ão critérios geográficos e patrimoniais diferentes. No circuito de *walking tour* a implementar no centro histórico, os critérios patrimoniais a ter em conta são de valor arquitetónico e artístico, enquanto o circuito em *segway* a implementar na área sul da cidade valoriza mais o património de natureza ambiental, apesar de ter também presente o património arquitetónico.

Numa segunda fase foram utilizados outros critérios para além dos referidos anteriormente, que apesar de não serem tão importantes, complementam e ajudam a valorizar turisticamente os circuitos. Estes critérios não tão relevantes, mas enriquecedores para os dois circuitos a implementar, relacionam-se com questões ligadas a lendas, a histórias, gastronomia e a pequenos factos ligados a certos monumentos e à evolução urbana da própria cidade.

#### 3.4.1 Circuito no centro histórico

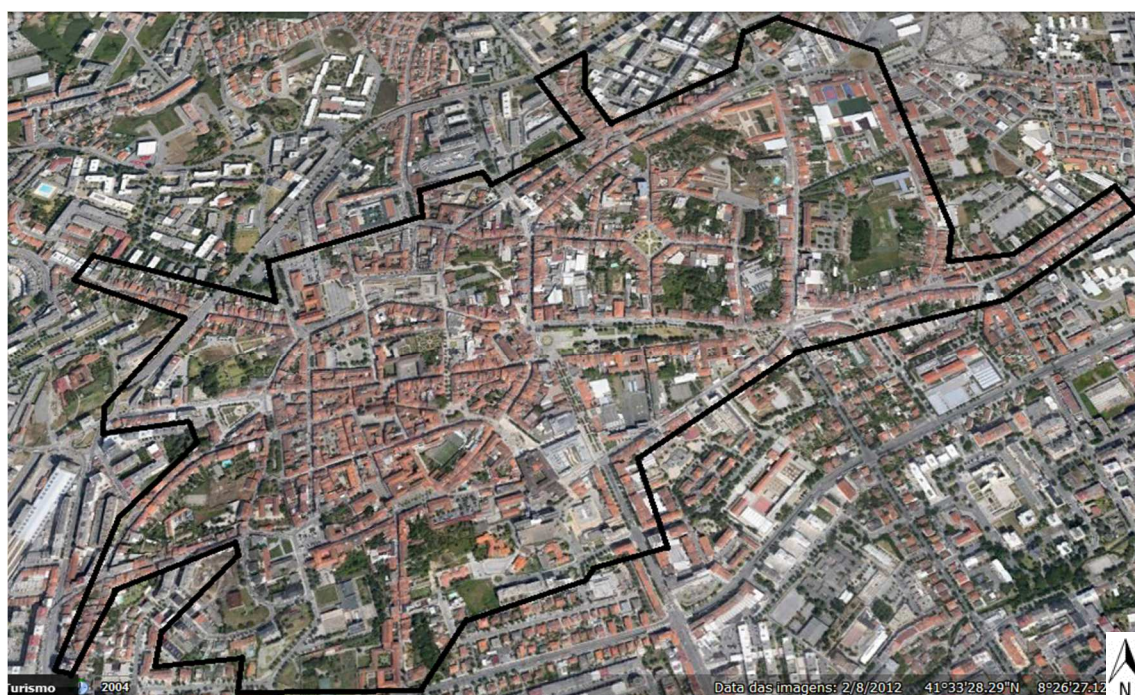
##### 3.4.1.1 Caracterização e delimitação do circuito no centro histórico

Para a elaboração deste circuito, começamos por definir critérios geográficos e patrimoniais. Apesar de existir património com valor cultural e artístico um pouco por toda a área urbana da cidade, é no centro histórico que se encontra a maior parte do património. No centro histórico podemos observar em cada praça e rua um grande número de edifícios e imóveis com valor patrimonial relevante. Na realidade, a história de Braga e a sua evolução urbana ao longo dos séculos centrou-se, de um modo geral, nesta pequena área geográfica.

Aquando do levantamento da pesquisa sobre modelos de *walking tour* existentes noutras cidades, constatou-se que a maioria dos *walking tour* se realiza dentro dos centros históricos e possui um tempo de duração médio de três horas – ou até de quatro horas nas cidades com grandes centros históricos. No que concerne à cidade de Braga, sugere-se que o *walking tour* a implementar não demore mais do que três horas, face ao património que esta possui no seu centro histórico. Optou-se, assim, por limitar geograficamente o *walking tour* ao centro histórico, por aí se encontrar grande parte do património arquitetónico, principal recurso na elaboração de um circuito citadino cultural.

O perímetro do centro histórico de Braga foi delimitado pela Câmara Municipal através do “Regulamento Municipal de Salvaguarda do Centro Histórico”, criado em 1987 e alterado em 2007 e publicado em Diário da República (edital nº865/2007) a 17 de outubro. Posteriormente foi retificado em Assembleia Municipal de 12 de março de 2012 (Edital nº 87/2012 – D.R., 2ª Série, nº 89, de 2012/05/08). Na figura 26 apresentam-se os limites do centro histórico de Braga, desenhados a preto.

Figura 26: Área delimitada do centro histórico de Braga.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CMB, 2008:7 a partir de mapa extraído do *Google earth*.

Delimitada geograficamente a área de implementação do circuito, procedeu-se ao levantamento do património arquitetónico existente no centro histórico suscetível de ser incluído no *walking tour*. Para o efeito, estabeleceram-se igualmente alguns critérios, na seleção dos

imóveis abrangidos pelo circuito. Apesar de não ser fácil determinar uma “escala” que reflita o verdadeiro valor patrimonial e artístico de um determinado monumento ou imóvel, optamos por ter como principal critério de seleção a classificação atribuída pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), que está regulamentada pela “Lei de bases do património”.

O processo de classificação dos bens imóveis portugueses é regido pela "Lei de bases do património" aprovada em 2001 pela Assembleia da República Portuguesa, (Decreto-lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) tendo sido alterada com a publicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

Assim procedeu-se ao levantamento de todo o património imóvel classificado existente dentro do perímetro do centro histórico, utilizando o motor de busca existente no *website* da DGPC. Na figura 27 é possível observar a localização de todos os imóveis classificados no centro histórico de Braga, com a respetiva legenda apresentada na tabela 1.

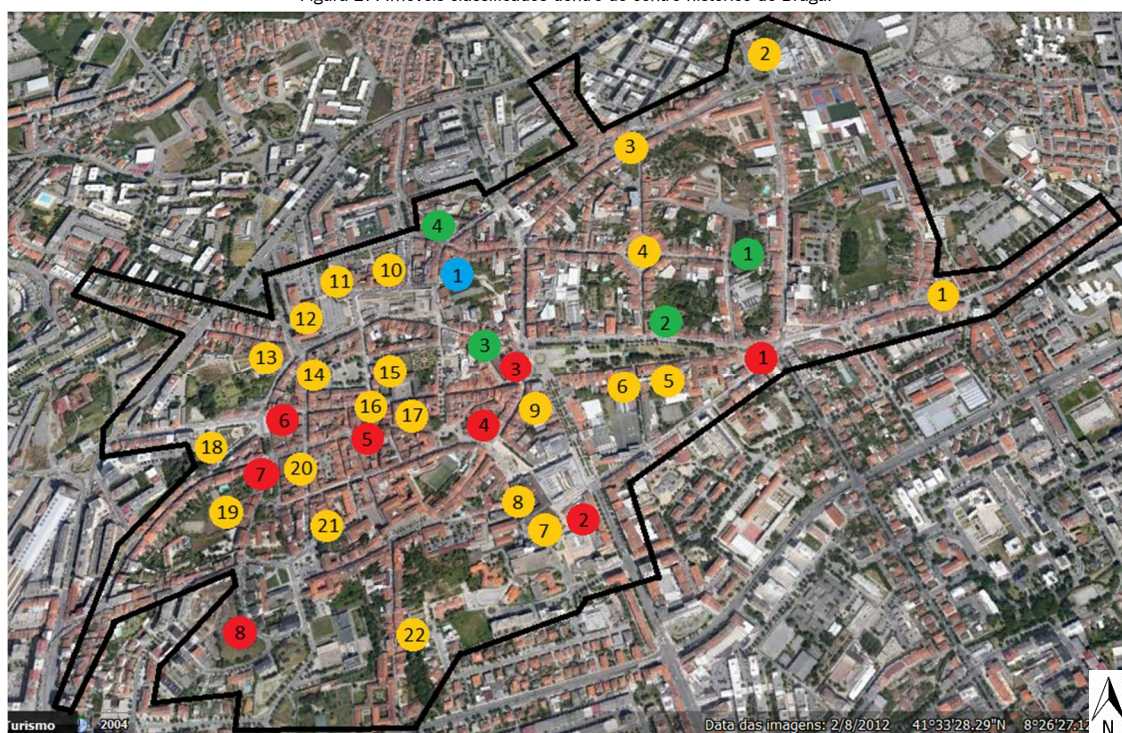
Segundo o Decreto-Lei n.º 309/2009 um bem imóvel pode ser classificado como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, sendo que:

“ [...] Um bem considera-se de interesse nacional quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação, sendo que para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional». Um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado. Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um município.”.

A classificação de bens culturais como de interesse nacional incumbe, aos órgãos do Estado (Conselho de Ministros), revestindo a forma de decreto do Governo, a classificação de bens culturais como de interesse público incumbe aos órgãos e serviços do Estado (Secretário de Estado da Cultura) ou das Regiões Autónomas, quando o bem ali se localizar, revestindo a forma de portaria, e a classificação de bens culturais como de interesse municipal incumbe aos municípios, com prévio parecer favorável da DGPC.



Figura 27: Imóveis classificados dentro do centro histórico de Braga.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

Tabela 1 - Legenda da figura 27.

Vermelho- Monumento Nacional	Laranja – Imóvel de Interesse Público	Verde- Monumento de Interesse Público	Azul- Interesse Municipal
1 – Cruzeiro do Campo de Santa Ana.	1 – Igreja de São Vitor.	12- Igreja Paroquial de São Salvador.	1 - Capela de Nossa Senhora de Guadalupe.
2 – Fonte do Ídolo.	2 – Casa de Infias.	13- Casa dos Biscainhos.	2 - Recolhimento das Convertidas.
3 – Torre de Menagem.	3 - Igreja de São Vicente.	14 – Edifício da Câmara Municipal.	3 – Igreja dos Terceiros.
4 – Capela dos Coimbras.	4 - Campo Novo.	15 - Antigo Paço Episcopal.	4 – Igreja do Carmo.
5- Sé de Braga.	5- Casa Rolão.	16 - Igreja da Misericórdia.	
6 – Arco da Porta Nova.	6- Igreja dos Congregados.	17 – Casa da Roda.	
7 – Cruzeiro Campo das Carvalheiras.	7 – Palácio do Raio.	18 - Casa Grande.	
8 – Termas romanas de Maximinos.	8 – Igreja de São Marcos.	19 – Ruínas romanas das Carvalheiras.	
	9 – Casa das Gelasias.	20 - Casa Oitocentista.	
	10 – Capela do antigo Convento do salvador.	21 – Edifícios da Rua de Santo António das Travessas.	
	11 – Casa dos Macieis Aranhas e casas anexas.	22 – Casa da Rua dos Plames.	

Durante o levantamento e pesquisa bibliográfica do património classificado, verificamos a existência de um conjunto de imóveis com um considerável valor artístico. Apesar do valor patrimonial, bastante referenciado e valorizado pelos diferentes autores e livros consultados, estes imóveis, não possuíam nenhuma das três classificações. De acordo com a bibliografia consultada, estas casas, igrejas e edifícios, possuíam um valor sentimental para além do seu valor arquitetónico, podendo vir a ser importantes na valorização patrimonial do circuito, indo ao encontro dos critérios secundários, estabelecidos na planificação de um *walking tour*. Deste modo, procedeu-se a um levantamento do património não classificado que representamos igualmente no mapa da cidade, como se apresenta na figura 28<sup>12</sup>.

Figura 28: Imóveis com valor patrimonial dentro da área do centro histórico.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

Tabela 2: Legenda da figura 28

1.Igreja e Convento de Nossa Senhora de Penha de França.	8. Chafariz do Pelicano.
2.Arcada.	9. Chafariz do Campo das Hortas.
3.Teatro Circo.	10. Torreão de São Sebastião e vestígios arqueológicos da biblioteca Lúcio Craveiro.
4.Chafariz do Largo Carlos Amarante.	Torre de São Tiago
5.Igreja de Santa Cruz.	12.Torre de São Tiago.
6.Domus das Frigideiras.	13.Igreja de São Paulo.
7.Jardim/Chafariz de Santa Bárbara.	

<sup>12</sup> Estes são apenas alguns dos imóveis não classificados com relevante valor patrimonial, que estão minimamente visíveis e situados no perímetro do centro histórico.

Como já se referiu anteriormente, um *walking tour* inclui apenas o património arquitetónico mais importante, mas integra também lendas, histórias, factos, curiosidades, tradições, gastronomia local, entre outros elementos que enriquecem e complementam esse património arquitetónico. São estas especificidades e pormenores que engrandecem e tornam único o *walking tour*, levando o visitante a conhecer mais profundamente a cidade, o que dificilmente conseguiria fazer sem a ajuda de um guia local. Ao delinear-se os locais por onde irá passar o circuito, houve a atenção de ter em conta todos estes critérios.

Seguidamente procedeu-se à realização de testes no terreno a fim de se delinear um *walking tour* exequível na prática e que obedeça aos critérios definidos anteriormente.

Na delinação do circuito seguiram-se os passos que passamos a descrever:

1. Verificação dos locais onde se encontravam os vários imóveis, as suas condições de visibilidade e conservação, tendo também em atenção as ruas e praças onde estavam enquadrados;
2. Avaliação das distâncias existentes entre os vários monumentos;
3. Elaboração de vários testes e simulações, tendo em consideração a localização dos imóveis e distância entre eles;
4. Inclusão de todos os monumentos classificados, como os monumentos nacionais, todos eles localizados em pontos muito próximos uns dos outros, facilitando assim a sua integração no circuito.

Deste modo, procurou-se delinear um circuito que englobasse o maior número de monumentos, edifícios, ruas e praças importantes, numa área em que o circuito não demorasse mais do que três horas. No entanto, houve a necessidade de excluir alguns deles por duas razões principais, designadamente por se encontrarem em zonas periféricas (o que aumentava consideravelmente o tempo de realização do *walking tour*) e por não haver forma de os observar ou ter acesso, por estarem vedados ou tapados.

Apresentamos na figura 29 um mapa onde está delineado o *walking tour* que aqui se propõe, encontrando-se assinalados os principais monumentos e imóveis, sendo que outros pormenores que complementam o circuito serão referenciados durante a descrição do mesmo.

Depois dos vários testes efetuados, o circuito apresentado final é o que consegue incluir o maior número de imóveis num curto espaço de tempo, imóveis esses de diferentes épocas e origens, sem esquecer certas particularidades e factos importantes que valorizam ainda mais o



*walking tour*. O circuito tem uma distância de cerca de cinco quilómetros, é de dificuldade baixa e demora em média, duas horas e quarenta e cinco minutos.

Figura 29: Mapa de proposta final *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

Tabela 3: Legenda da figura 29.

1 – Arcada.	12- Casa e Capela dos Coimbras.	23- Arco da porta Nova.
2 -Recolhimento das Convertidas.	13- <i>Domus</i> das Frigideiras.	24- Casas oitocentistas.
3 -Cruzeiro de Santa Ana.	14- Torre de Menagem.	25- Cruzeiro do Campo das Carvalheiras.
4 -Igreja da Penha.	15- Igreja dos Terceiros.	26- <i>Domus</i> da escola da Sé.
5 -Casa Rolão.	16- Jardim e Chafariz de Santa Bárbara	27- Edifícios da Rua de Santo António das Travessas.
6 -Basilica dos Congregados.	17- Paço Arquiepiscopal.	28- Ruínas da Biblioteca Lúcio Craveiro/Torreão do postigo da Cividade.
7 -Teatros Circo.	18- Edifício da Câmara Municipal.	29-Torre de São Tiago.
8 -Fonte do Ídolo.	19- – Casa dos Macieis Aranhas e casas anexas.	30-Igreja de São Paulo.
9 -Palácio do Raio.	20- Igreja de Nossa Senhora do Pópulo.	31-Sé Catedral.
10 -Igreja de São Marcos.	21- Palácio dos Biscainhos.	32-Casa da Roda.
11 -Igreja de Santa Cruz.	22- Casa Grande.	33- Igreja da Misericórdia
		34- Casa das Gelasias



### 3.4.1.2 Descrição do circuito no centro histórico

#### Nota prévia

Durante a descrição do circuito, optou-se pela sua divisão em sete setores, representados em sete figuras, de forma a facilitar a sua leitura. Em cada uma das figuras estão numerados os edifícios mais importantes por onde passa o *walking tour*. Ao ser referido o edifício no texto descritivo do circuito, é colocado o número correspondente, inscrito na figura entre parênteses. A informação mais importante sobre cada praça, rua ou imóvel, tal como as suas respetivas imagens, pode ser consultada nos apêndices e anexos relativos ao património edificado e nos anexos de imagens.

A informação complementar relativa a alguns factos, histórias, lendas, gastronomia ou tradições, relevantes para o enriquecimento do *walking tour*, pode ser consultada em nota de rodapé e anexos de imagens.

#### Setor um (fig. 30)

O *walking tour* tem início na Praça da República, junto ao edifício da Arcada/Igreja de Nossa Senhora de Lapa (1). Aqui é possível observar toda a zona envolvente da praça, os seus edifícios e chafariz. Para além de ser o centro cívico dos bracarenses, é para a Praça da República que aflui o maior movimento turístico e onde se localiza o posto de turismo da cidade, fazendo sentido que o ponto de partida do circuito seja neste local.

Ainda na Praça da República, dirige-se para este, passando por um coreto<sup>13</sup>, em direção à Casa de Recolhimento das Convertidas<sup>14</sup> (2). Durante o percurso, é possível observar os vários edifícios que ocupam a praça e que remontam, na sua maioria, aos séculos XVIII e XIX.

Da Casa de Recolhimento das Convertidas, segue-se em direção ao Largo Senhora à Branca, onde existe um cruzeiro do século XVI (3) que embeleza o jardim do largo e que faz recuar a épocas de domínio eclesiástico sobre a cidade de Braga.

Voltamos a entrar na Praça da República, em direção a oeste, por onde se passa pelo Convento da Penha (4) para ir ao encontro de duas obras marcantes de André Soares e do Barroco

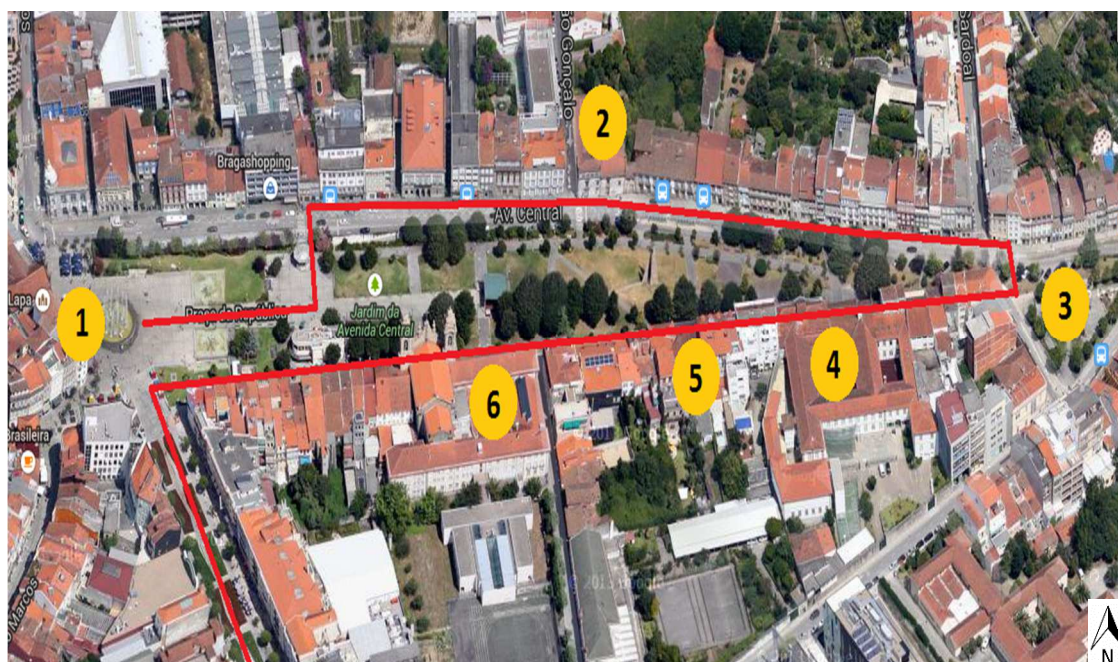
---

<sup>13</sup> Este coreto, todo feito em ferro na Fundação do Porto, em 1868, é considerado dos mais antigos do Norte de Portugal (Oliveira 1984: 397-493).

<sup>14</sup> Tinha a função de albergar mulheres arrependidas, sendo em Portugal a casa de vivência feminina da Idade Moderna, que melhor mantém a traça original (Oliveira e Silva, 2014a: 45).

bracarense. Primeiro pode-se contemplar a Casa Rolão (5) e, logo de seguida, a Basilica dos Congregados<sup>15</sup> (6). Durante este pequeno percurso pode-se observar, no meio da praça, um monumento que invoca a visita do Papa João Paulo II a Braga<sup>16</sup>. Continuando em direção a oeste, passa-se pelas casas nº42-44<sup>17</sup> para no final da praça virar-se à esquerda e entrar na Avenida da Liberdade.

Figura 30: Setor um do *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

### Setor dois (fig. 31)

Dirige-se para sul descendo a Avenida da Liberdade em direção ao Teatro Circo, percurso que permite observar e desfrutar dum conjunto de canteiros de flores, bem como da fachada de vários edifícios da primeira metade século XX. Depois de observar a fachada do Teatro Circo<sup>18</sup> (7), continua-se a descer a avenida para, logo de seguida, entrar na Rua do Raio. Esta rua possui dois

<sup>15</sup> Chama-se a atenção para cornija do gaveto do Convento, considerável das mais notáveis em Portugal e da Europa barroca, com um trabalho em cantaria de 25 planos diferentes esculpidas no granito, (Oliveira e Silva, 2014a: 50).

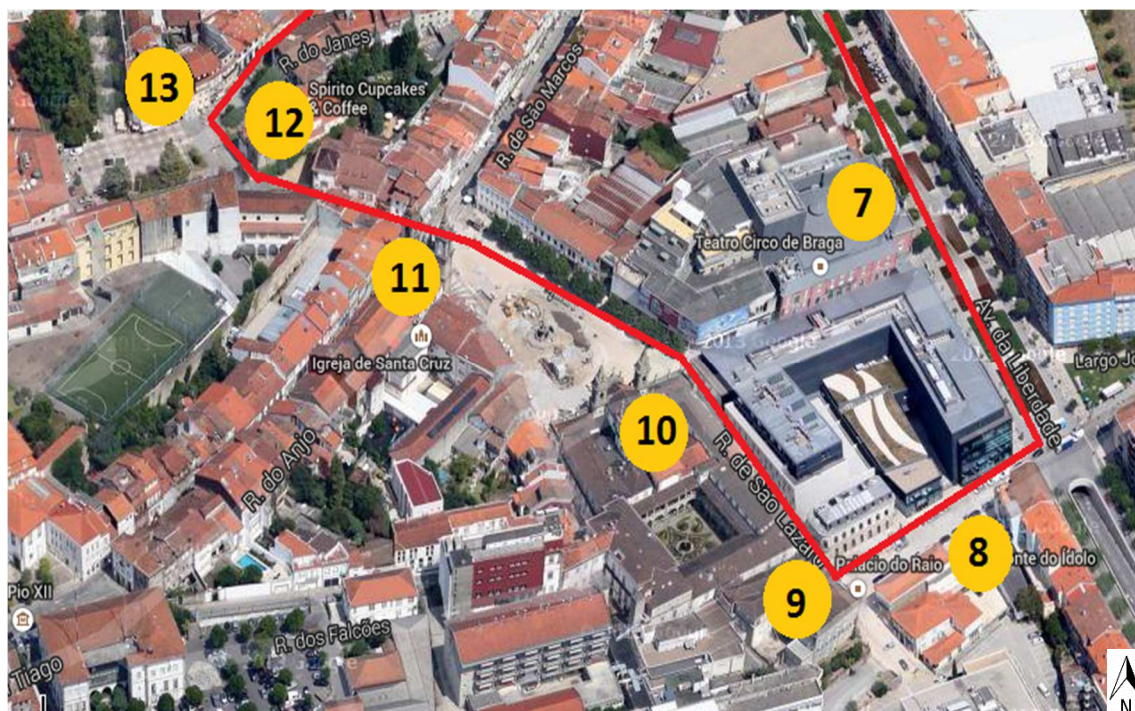
<sup>16</sup> Construído em 1987, para celebrar a vinda do Papa João Paulo II a Braga em 1982. Informação retirada do *website* <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico> em 06/03/2015.

<sup>17</sup> Estes dois edifícios albergam um conjunto de painéis de azulejos de gosto Arte Nova (Oliveira e Silva, 2014a: 18).

<sup>18</sup> Este teatro com capacidade para 900 pessoas, possui uma sala principal de imponência invulgar. Informação retirada do *website* <http://www.theatrocirco.com/> em 08/03/2015.

monumentos de épocas muito distintas, mas ambos estão classificados como Monumento Nacional, sendo estes o núcleo museológico da Fonte do Ídolo<sup>19</sup> (8), que integra o santuário/fonte que remonta à época romana e o Palácio do Raio (9), uma obra de André Soares de meados do século XVIII.

Figura 31: Setor dois do *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo próprio a partir de mapa extraído do *Google earth*.

Depois de se contemplar a magnífica fachada do Palácio do Raio é tempo de deixar para trás a Rua do Raio em direção a norte, em direção à Rua de São Lázaro. Sobesse a rua enquanto se observa o edifício do velho hospital de São Marcos (10) para entrar no Largo Carlos Amarante. Neste largo destacam-se duas igrejas e um chafariz<sup>20</sup>, que se encontra a embelezar o centro do largo. Na parte sul do largo situa-se a Igreja de São Marcos<sup>21</sup> (10), obra da autoria do Arquiteto Carlos Amarante e a poente situa-se a Igreja de Santa Cruz<sup>22</sup> (11) de estilo barroco português.

<sup>19</sup> Na fachada do núcleo museológico, podemos observar um desenho do plano da cidade de Bracara Augusta (ver imagem em anexo).

<sup>20</sup> O chafariz data dos inícios do século XVIII e é conhecido como chafariz do Campo da Vinha (local onde estava anteriormente), tendo sido colocado no Largo Carlos Amarante nos inícios do século XX (Martins *et alii*, 2012: 148).

<sup>21</sup> No interior da igreja encontra-se o túmulo de São Marcos do século XVIII, (Oliveira e Silva, 2014a: 31).

<sup>22</sup> Na fachada da igreja estão desenhados dois galos e que segundo a tradição quem não os encontrar não se casa (Costa, 2013:127).

Saindo do Largo Carlos Amarante, entra-se na Rua D. Afonso Henriques, onde se encontra a Casa e Casa dos Coimbras<sup>23</sup> (12), com as suas janelas Manuelinas, e que originalmente estava localizada na vertente sul da rua tendo sido demolida e reedificada nos inícios do século XX, no local onde está atualmente. Junto à casa e virada para o Largo de São João encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição (12), conhecida por Capela dos Coimbras e a Igreja de São João do Souto. A Capela dos Coimbras é um dos poucos exemplares da arte gótica existentes na cidade de Braga e que remonta aos inícios do século XVI, estando classificada como Monumento Nacional.

Não se deve deixar o Largo de São João sem antes entrar nas Frigideiras do Cantinho<sup>24</sup> (13), a pastelaria mais antiga de Braga onde se pode provar algumas iguarias da cozinha tradicional bracarense, (sameirinhos, fidalguinhos, bolo romano, frigideiras ou pudim Abade de Priscos) enquanto observamos os vestígios arqueológicos de uma antiga *domus romana*.

### Setor três (fig. 32)

Após a saída do Largo de São João, entra-se na Rua dos Janes em direção à Rua do Castelo. No final da Rua do Castelo entra-se no Largo de São Francisco onde se situa a Torre de Menagem (14) que pertencia ao antigo castelo medieval e a Igreja dos Terceiros (15), construída nos inícios do século XVIII.

Deixa-se a Igreja dos Terceiros para entrar na Rua dos Capelistas<sup>25</sup> em direção a sul, para o Campo da Vinha. Terminando a rua e entrando no Campo da Vinha vira-se logo de seguida para a Rua Justino Cruz<sup>26</sup> em direção ao Jardim de Santa Barbara (16). Este jardim é o mais emblemático de Braga e um dos bilhetes-postais da cidade. A embelezar o jardim está o Chafariz de Santa Bárbara<sup>27</sup> e como tela de fundo podemos observar o Corpo Medieval do antigo Paço

---

<sup>23</sup> Até 1906 a Casa estava localizada, do outro lado da rua. Com a reorganização urbanística daquela área a casa é demolida tendo sido reconstruída em 1930 no local onde está atualmente (Oliveira e Silva, 1999b: 93).

<sup>24</sup> Fundada em 1796, é o estabelecimento comercial do género mais antigo de Braga. Criada para a confeção e comercialização das típicas “Frigideiras”, tem mantido as normas do séc. XVII. Em 1997 com as obras de remodelação foram descobertos importantes achados arqueológicos da época romana, que podem ser vistos no local. Informação retirada de <http://frigideirasdocantinho.pt/pt>, em 15/03/2015.

<sup>25</sup> Esta rua foi assim chamada a partir de 1865 e ocupa a antiga rua da Rua Fonte das Cárcovas que tinha esse nome por nesse lugar existir uma fonte que supostamente possuía poderes medicinais, estando atualmente por detrás dos armazéns dos terceiros. O nome da rua Capelistas deriva do facto de aí terem estabelecido comerciantes chamados Capelistas que negociavam artigos religiosos (Costa, 1985:14).

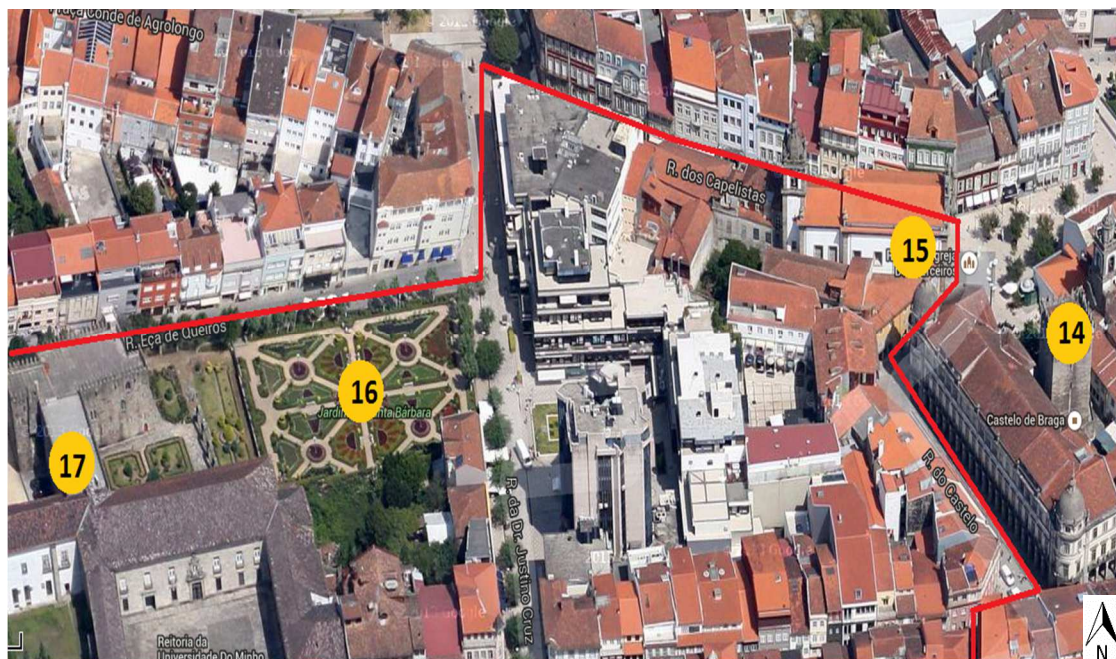
<sup>26</sup> Esta rua foi aberta nos anos 20 do século passado, rompendo o casco medieval da cidade (Costa, 1985: 15).

<sup>27</sup> Proveniente do antigo convento de Nossa Senhora dos Remédios demolido em 1911 (Martins *et alii*, 2012: 154).



Arquiepiscopal<sup>28</sup> (17).Deixando para trás o Jardim de Santa Bárbara e desce-se a Rua Eça de Queirós em direção a oeste.

Figura 32: Setor três do *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo próprio a partir de mapa extraído do *Google earth*.

#### Setor quatro (fig. 33)

Entra-se na Praça do Município<sup>29</sup>, onde se encontram duas obras de André Soares. A nascente é visível o corpo barroco do Paço Arquiepiscopal (17) e, a poente, o edifício da Câmara Municipal<sup>30</sup> (18). No meio da praça encontra-se Chafariz do Pelicano<sup>31</sup>.

Seguindo para norte em direção ao Campo da Vinha, vê-se logo à entrada no lado norte da praça, dois edifícios setecentistas (19), os únicos exemplares do género que podemos encontrar em Braga.

<sup>28</sup> O conjunto de arcos que se estão entre o Paço e o Jardim de Santa Bárbara originalmente encontravam-se dentro do edifício do Paço. Com as intervenções feitas na época do Estado Novo, que respeitavam os valores e história do passado, optou-se por retirar os arcos do interior do edifício, para dar uma maior monumentalidade à praça. Um dos arcos não é original tendo sido acrescentado (Oliveira e Silva, 2014a: 86).

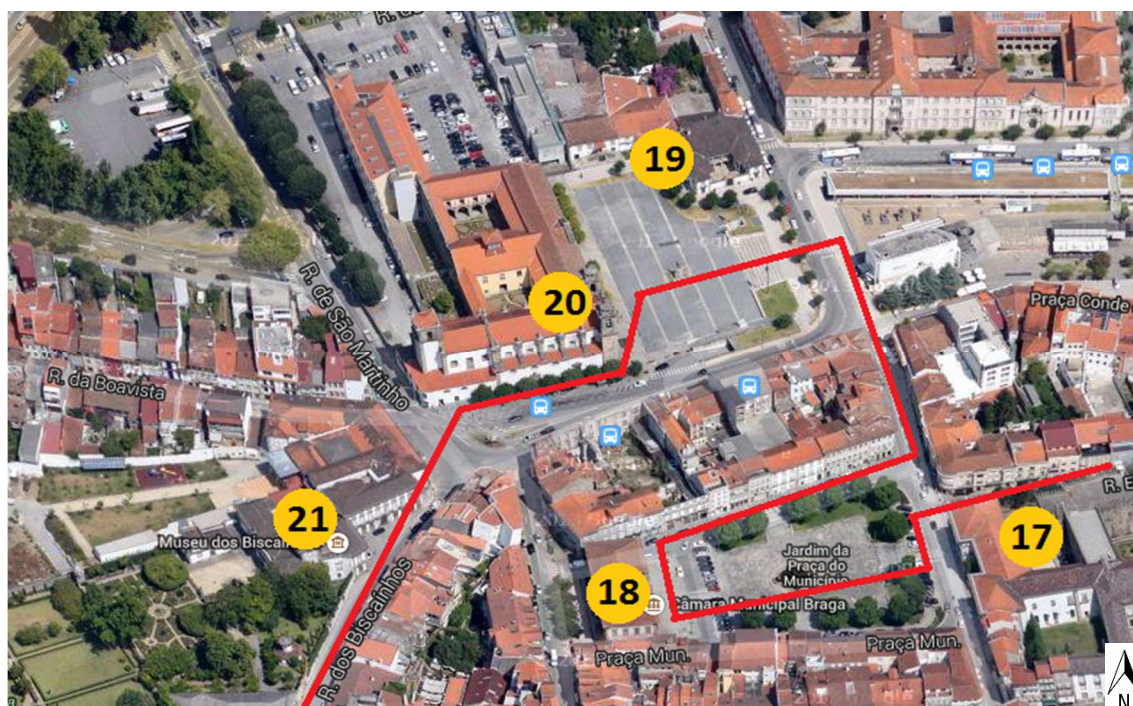
<sup>29</sup> Esta praça foi na Idade Média a Praça de Touros dos Arcebispos (Costa, 1985: 16).

<sup>30</sup> Na fachada do edifício podemos observar ma estátua de Santa Maria, padroeira da cidade Braga, que está também no Brasão da cidade (Costa, 2013: 122).

<sup>31</sup> Este chafariz do século XVIII, originalmente encontrava-se nos jardins do Paço Arquiepiscopal. Depois do incêndio que destruiu parte do Paço, em 1886, o chafariz é transferido para o Parque de São João onde permaneceu até 1967, data em que foi colocada no local onde se encontra atualmente (Martins *et alii*, 2012: 152).

A oeste está situada a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (20), obra de Carlos Amarante da segunda metade do século XVIII. Junto à igreja, Deixando o Campo da Vinha entra-se na Rua dos Biscainhos<sup>32</sup>, onde se localiza o Palácio/Museu dos Biscainhos (21), que remonta ao século XVIII.

Figura 33: Setor quatro do *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo próprio a partir de mapa extraído do *Google earth*.

### Setor cinco (fig. 34)

Percorrendo a Rua dos Biscainhos desemboca-se no Campo das Hortas. A oeste está a Casa Grande (22) e no centro da praça encontra-se o Chafariz do Campo das Hortas<sup>33</sup>.

A este está o Arco da Porta Nova (23), ladeada por um antigo torreão pertencente à antiga muralha medieval. Passando pelo Arco da Porta Nova (23)<sup>34</sup>, entra-se na Rua D. Diogo de Sousa para logo de seguida virarmos à direita para passarmos<sup>35</sup> à Praça Velha para entrar na Rua da

<sup>32</sup>A origem do nome da rua poderá estar ligada, ao facto de ali viverem, desde o século XVI, os artesãos vindos da zona da Biscaia (atual norte de Espanha) para trabalharem nas obras da Sé (Oliveira, 1999b: 41).

<sup>33</sup> Conhecido como Chafariz da Porta do Souto, foi construído em finais do século XVI e originalmente estava no Campo de Santa Ana, onde permaneceu até 1865. (Martins *et alii*, 2012: 140).

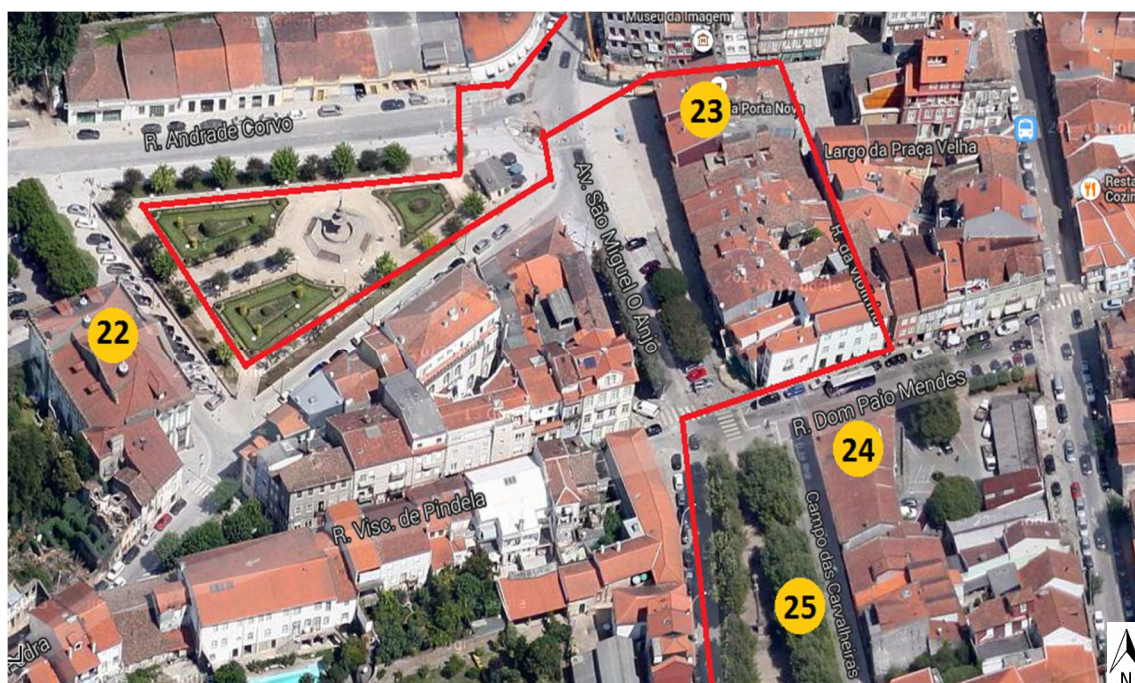
<sup>34</sup> O arco primitivo foi mandado construir pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa, substituído em finais do século XVIII pelo arco atual. Possivelmente a última obra (já póstuma) de André Soares (Costa, 1998a: 21).

<sup>35</sup> Nesta praça, obra de D. Diogo de Sousa, funcionava o mercado do peixe (Bandeira, 2000: 35).



Violinha<sup>36</sup>. Subindo a rua em direção a sul contempla-se um pequeno troço de muralha medieval que ainda subsiste. De seguida, entra-se no Largo das Carvalheiras<sup>37</sup> para subir em direção a sul, enquanto se observa uma casa oitocentista<sup>38</sup> (24) e um pelourinho do século XVI (25).

Figura 34: Setor cinco do walking tour.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do Google earth.

### Setor seis (fig. 35)

Continuando a subir o Campo das Carvalheiras e já no seu final, é possível observar, a oeste, os vestígios arqueológicos da *domus* da Escola Sé<sup>39</sup> (26). Saindo do Largo das Carvalheiras entra-se na Rua D. Afonso Henriques, onde está a *domus* romana da escola da Sé. Seguindo em direção a este e entra-se na Rua Santo António das Travessas<sup>40</sup> onde se encontrava a antiga Sinagoga (27). Subindo a rua em direção a sul, entra-se no Largo Paulo Orósio, onde se pode

<sup>36</sup> Nesta rua conseguimos observar ainda um pequeno troço da antiga muralha medieval, que subsistiu até à atualidade (Ribeiro, 2008: 385).

<sup>37</sup> Neste largo existe um dos sete calvários (século XVII e XVIII), que estão espalhados pelo centro histórico e por onde passa a procissão do Senhor dos Passos na Páscoa. Juntamente com o São João (24 de junho), é das festividades mais importantes de Braga e que mais visitantes traz à cidade. (Costa, 2013: 37).

<sup>38</sup> Esta casa tem na sua fachada a arma de fé do Arcebispo D. Jorge da Costa, que pertencia à antiga Capela de São Bartolomeu, demolida para a construção do Recolhimento das Convertidas (Costa, 1998a:17).

<sup>39</sup> Local musealizado com possibilidade de entrada para visitar.

<sup>40</sup> Durante a segunda metade do século XV a parte sul desta artéria irá ser renomeada como Rua da Judiaria Nova, onde os Judeus instalam a sua Sinagoga (Ribeiro, 2008: 428).

contemplar os vestígios romanos de uma *domus* localizada na atual Biblioteca Lúcio Craveiro<sup>41</sup> (28) e um torreão pertencente à antiga muralha medieval (28). Deixa-se para trás o Largo Paulo Orósio para entrar na Rua do Alcaide<sup>42</sup> em direção ao Largo de São Tiago, onde se pode contemplar uma réplica de um marco miliar, que invoca as antigas vias romanas que ligavam *Bracara Augusta*<sup>43</sup> às várias cidades da Península Ibérica e um antigo chafariz <sup>44</sup>. Passando para o Largo de São Paulo onde se situa a Torre de São Tiago<sup>45</sup> (29), pertencente à antiga muralha medieval e que sofreu alterações profundas, em meados do século XVIII a Igreja de São Paulo (30) com a sua fachada sóbria à imagem da ordem Jesuíta.

Figura 35: Setor sete do *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

### Setor sete (fig. 36)

Deixando o Largo de São Paulo desce-se para norte em direção à Sé Catedral (31). Pelo caminho passa-se pela Rua Gualdim Pais<sup>46</sup>, para logo de seguida entrar na Rua D. Paio Mendes<sup>47</sup>,

<sup>41</sup> O interior da biblioteca alberga um pequeno conjunto de vestígios arqueológicos de uma antiga rua/cloaca Romana e de uma *domus* (Martins, 2011: 61).

<sup>42</sup> No lado sul da rua preserva-se um pequeno caminho, correspondendo a um beco e que segundo a projeção do sistema viário romano, com o eixo de um antigo cardo, que assim se conservou fossilizado até à atualidade (Ribeiro, 2008: 514).

<sup>43</sup> Réplica de um marco milenar, construído e que invoca as antigas vias romanas que ligavam *Bracara Augusta* às várias cidades da Península Ibérica.

<sup>44</sup> Resultou de um chafariz construído, em 1632 e transformado em cruzeiro em 1745, como revela a inscrição na sua base (Domingos, 2003: 26).

<sup>45</sup> Após o terramoto de 1755 em consequência de Braga ter saído ileso ao cataclismo, os Jesuítas da cidade, em sinal de agradecimento, patrocinam a construção da Capela de Nossa Senhora da Torre (Pereira e Pereira, 1989: 456).

<sup>46</sup> Rua de génese romana, com o nome do célebre guerreiro de D. Afonso Henriques que, segundo a tradição, terá nela vivido (Ribeiro, 2008: 431).

<sup>47</sup> Numa loja comercial desta rua podemos contemplar os tradicionais cavaquinhos e guitarras braguesas, que possivelmente tiveram origem em Braga. No Havai o cavaquinho, tem o nome de ukulele e foi introduzida nesta ilha pelos Portugueses no século XIX (Costa, 2013: 30).



onde se pode observar a fachada<sup>48</sup> principal da Sé Catedral. Posteriormente entre-se no Rossio da Sé<sup>49</sup>, em direção da Rua de Nossa Senhora do Leite<sup>50</sup>, onde se encontra a Casa da Roda (32) que desemboca na Rua do Souto, onde se pode observar a Igreja da Misericórdia (33). Subindo a rua em direção ao Largo Barão de São Martinho, passa-se, pelo Largo do Paço que contém um chafariz a decorar o seu centro e é rodeado por um conjunto de edifícios pertencentes ao Antigo Paço Arquiepiscopal.

Chegado ao Largo Barão de São Martinho<sup>51</sup>, vira-se à direita e entramos na Rua de São Marcos para a ultima paragem do circuito, na Casa das Gelasias<sup>52</sup> (34). Voltamos a subir a Rua de São Marcos para entrarmos novamente na Praça da República junto à Arcada, onde terminamos o circuito.

Figura 36: Setor sete do *walking tour*.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

<sup>48</sup> As duas torres da catedral possuem 23 sinos. Braga é considerada, a Capital do Sino em Portugal, pela forte indústria produtora e pela quantidade de sinos que existem nas suas igrejas (Costa, 2013: 28).

<sup>49</sup> Aqui podemos observar um mapa do século XVI da cidade de Braga.

<sup>50</sup> Na cabeceira da Catedral existe uma réplica da estátua desta Santa, construída em 1509 da autoria do escultor francês Nicolau de Chanterene (Barreiros, 2001: 63-64). É considerada uma das mais belas obras renascentistas de Braga (Costa, 1985: 26).

Nas traseiras da Capela da Nossa Senhora da Glória, existe uma pedra, com uma inscrição romana referindo a existência naquele local de um local de culto à Deusa Ísis, pelo que seria nesta zona o mercado romano (Costa, 1985: 25).

<sup>51</sup> Neste Largo temos o Café Brasileira (1906), considerado um dos cafés mais emblemáticos de Braga e onde podemos tomar o tradicional café de saco. Informação retirada do *website* <http://www.cafe-abrasileira.com/> em 12/03/2015.

<sup>52</sup> Exemplo das casas que existiam no século XVII em Braga e que davam um ambiente de excessiva religiosidade (Costa, 1985: 41).

### 3.4.2 Circuito em segway

#### 3.4.2.1 Caracterização e delimitação do circuito em *segway*

Para a implementação do circuito em *segway* foram definidos critérios que permitissem delimitar geograficamente o *tour* e critérios que fossem ao encontro das especificidades que o *segway* apresenta e que obriga à existência de corredores de mobilidade com poucos obstáculos para que o aparelho possa movimentar-se sem perigo de colisão ou de outro tipo de acidente com o seu utilizador.

Como já referido anteriormente, o uso do *segway* para fins turísticos, nomeadamente em *tours*, é frequente nos locais que oferecem boas condições tanto ao nível da mobilidade urbana como rural. Como um dos principais objetivos deste projeto é precisamente valorizar turisticamente a zona sul da cidade, que tem vindo a ser alvo de uma reabilitação urbana profunda, faz todo o sentido ter estes critérios como referência.

Procedeu-se assim a uma análise mais profunda do PERUBS e posterior acompanhamento no terreno dos locais que foram e continuam a ser intervencionados, verificando-se que efetivamente apresentam excelentes condições para a utilização do *segway*. Os três locais intervencionados na zona sul, apesar de estarem localizadas em áreas diferentes, estão bem delimitados pelo PERUBS contemplando as margens do Rio Este/Sito dos Galos, Monte do Picoto e Parque de São João. Todos estes locais estão ligados geograficamente entre si, pelo que se optou por limitar geograficamente o *tour* em *segway* a estes três locais. O Sítio dos Galos pela sua carga simbólica, histórica e patrimonial é o que tem merecido mais atenção ao nível da conservação.

Tendo em consideração a natureza paisagística do *tour*, aliada a uma forte componente de animação turística, não quisemos deixar de a complementar com espaços patrimoniais localizados ao longo do circuito. Procedeu-se assim a um levantamento do património arquitetónico existente nesta área de forma a valorizar ainda mais o circuito.

Para além do Sítio dos Galos, cuja maior parte do património está relacionado com atividades ligadas ao Rio Este, o Parque de São João que alberga o estádio 1º de Maio e a capela de São João são os locais com maior relevância patrimonial. Ainda junto ao perímetro da capela existem alguns vestígios, nomeadamente estátuas em granito pertencentes ao antigo Convento dos Remédios com algum valor iconográfico, tal como um cruzeiro e, dentro do parque, uma fonte do século XVI. Por outro lado, o Monte do Picoto apresenta uma vasta área de forte cariz florestal. Procedeu-se também a uma pesquisa e levantamento bibliográfico sobre o potencial patrimonial

deste local. No entanto, segundo a bibliografia consultada, este local não apresenta sinais de ocupação humana relevante ou qualquer tipo de imóvel com importância patrimonial.

Na figura 37 encontram-se assinalados os imóveis situados na zona sul, com relevância patrimonial a ser incluídos no circuito.

Figura 37: Imóveis e sítios com valor patrimonial.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

Definidos os principais critérios, procedemos à realização de simulações no terreno com o intuito de delinear um circuito exequível na prática e que obedeça aos critérios geográficos e patrimoniais pré-estabelecidos, tal como os critérios relacionados com as condições de mobilidade que os locais escolhidos apresentam.

O circuito final está delineado na figura em baixo, tal como a proposta final de circuito em *segway* (fig.38). Este trajeto vai ao encontro dos critérios pré-estabelecidos e oferece simultaneamente as melhores condições de segurança para a utilização do *segway*.

À semelhança do circuito anterior no centro histórico (*walking tour*), era importante iniciar e terminar o circuito na Praça da República, por ser o principal ponto de afluência turística da cidade e por fazer a ligação entre o centro histórico e a zona sul da cidade, onde vai decorrer a maior parte do *tour*. De igual modo, a Praça da Republica permite a ligação entre a Avenida 31 de



Janeiro e a Avenida da Liberdade, dois importantes corredores de ligação entre a zona sul e o centro histórico, enquadrando-se com as exigências de segurança de utilização do *segway*, apresentando passeios largos e sem obstáculos de maior para a realização do *tour*.

Todo o património que está localizado no centro histórico e que coincide com a passagem do *tour* em *segway* complementa e enriquece o próprio circuito. O percurso tem uma distância de cerca de oito quilómetros, de dificuldade baixa e demora, em média uma hora e trinta minutos.

Figura 38: Mapa de proposta final do *segway tour*.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

### 3.4.2.2 Descrição do circuito em *segway*

#### Nota prévia

Tal como no *walking tour*, durante a descrição do circuito e de forma a facilitar a sua leitura, optamos por dividir o circuito em cinco setores, representados por cinco figuras. Em cada uma das figuras estão numerados os principais edifícios por onde vai passar o *segway tour*.

As informações mais relevantes sobre os locais e edifícios podem ser consultadas nos anexos relativos ao património edificado ou no capítulo referente à caracterização histórica e urbana de Braga, nomeadamente na caracterização do Parque de São João e Sítio dos Galos. Toda a informação complementar que enriquece o circuito, relativa a alguns factos e histórias, está descrita em nota de rodapé. No entanto, tal como referido anteriormente, o objetivo deste circuito centra-se fundamentalmente na valorização do património ambiental que existe nesta zona, estando, portanto, o *tour* mais vocacionado para o lazer e *tour* paisagístico, com poucas paragens.

#### Setor um (fig. 39)

Figura 39: Setor um do *segway tour*.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

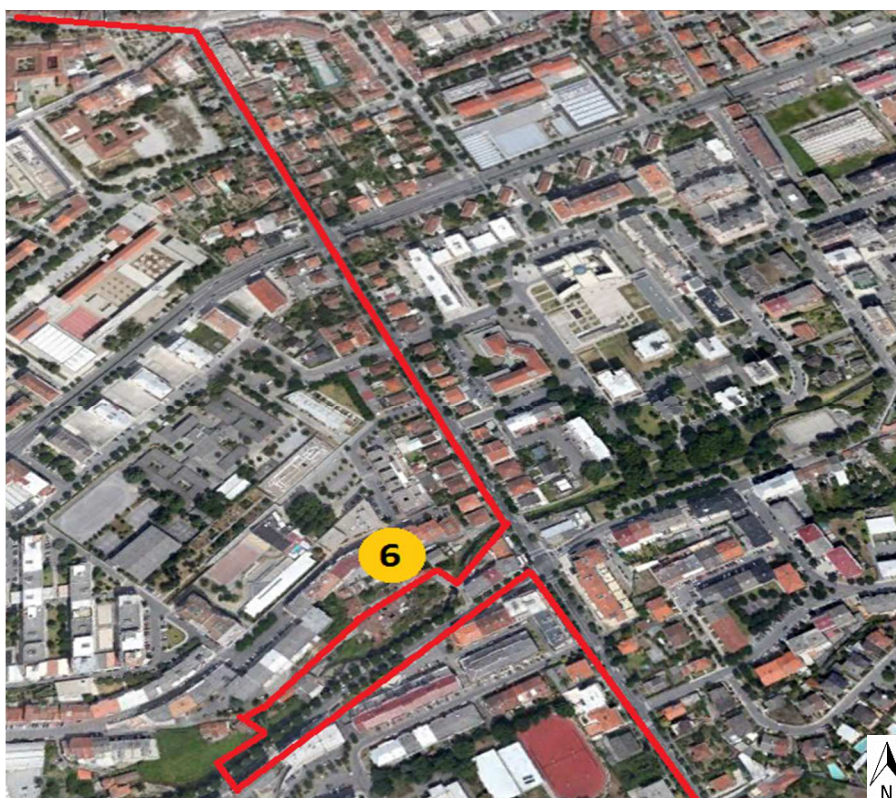


O circuito inicia-se na Praça da República, junto ao edifício da Arcada (1) para este em direção ao Largo Senhora à Branca. Durante o percurso vai-se contemplando os diversos edifícios que remontam ao século XVIII, XIX e primeira metade do século XX. Passa-se pela Igreja dos Congregados (2), Casa Rolão (3) e Igreja da Penha (4), para de seguida entrar-se no Largo Senhora à Branca. Entretanto passa-se junto a um cruzeiro do século XVI (5), localizado no meio do jardim do largo, para de seguida virar à direita para se entrar na Avenida 31 de Janeiro.

### Setor dois (fig. 40)

Descendo a avenida até ao fim em direção a sul, passa-se a ponte sobre o Rio Este para se entrar no Sítio dos Galos (6). Durante o percurso no seu interior dos Sítio dos Galos, pode-se observar os antigos canais e moinhos junto ao Rio Este, tal como a Fonte dos Galos<sup>53</sup>. Saindo do sítio dos Galos e entra-se na Rua dos Barbosas em direção à Avenida Porfírio da Silva.

Figura 40: Setor dois do segway tour.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

<sup>53</sup> Esta fonte do século XVII é um dos principais ícones arquitetónicos do sítio dos Galos e dá o nome ao local. Possui um desenho que representa dois galos e o ano de sua construção (1639). Ninguém sabe ao certo o significado destes galos (Ferreira, 2015: 10).

### Setor três (fig. 41)

Sobe-se a avenida, passando pela Rua Padre Francisco de Almeida em direção a sudoeste para, no final da rua, entrar no Parque do Picoto.

Entrando no Parque do Picoto, faz-se uma longa subida com cerca de dois quilómetros até ao ponto mais alto deste local. Chegando ao cimo do monte e no alto entra-se num passadiço que nos encaminha para o pico do monte, onde se pode contemplar a vista panorâmica sobre a cidade de Braga e toda a sua periferia (7). Iniciada a descida, em direção ao Parque de São João, ao longo de um percurso de natureza florestal.

Figura 41: Setor três do *segway* tour.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.



### Setor quatro (fig. 42)

Dentro do Parque de São João passa-se pelo estádio 1º de Maio<sup>54</sup> (8), por um espelho de água e por uma fonte do século XVI. Saindo de dentro da área cercada do parque para passa-se junto da capela de São João<sup>55</sup> (9). É possível observar, ao seu redor, várias estátuas e um simples cruzeiro<sup>56</sup> e podemos ainda observar várias estátuas em granito pertencentes ao antigo Convento dos Remédios.

Deixa-se para trás o Parque de São João para entrar na via pedonal e ciclável junto ao Rio Este, percorrendo as margens em direção ao Sítio dos Galos, para depois entrar na Rua dos Barbosas.

Figura 42- Setor quatro do *segway* tour.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

<sup>54</sup> O estádio 1º de Maio foi inaugurado em 1951, com o nome estádio 28 de Maio. Foi projetado por João Simões e tem uma capacidade de 40.000 lugares. Todo ele construído em granito é considerado um dos mais belos estádios portugueses (Oliveira, 1999:45). Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público

<sup>55</sup> Esta Capela é o epicentro das festividades da cidade. O São João celebra-se na noite de 23 para 24 de junho (Costa, 2013: 38).

<sup>56</sup> O Cruzeiro de São João da Ponte é dos mais ricos em significado para a história de Braga, tendo sido colocado neste local em homenagem ao Arcebispo D. Freia Bartolomeu dos Mártires, pelo seu ato heroico, de não ter abandonado a cidade durante o período da peste no século XVI. Em redor do cruzeiro estão estátuas em granito pertencentes ao antigo Convento de Nossa Senhora dos Remédios demolida em 1911-12 (Domingos, 2003: 27).



### Setor cinco (fig. 43)

Saindo da Rua dos Barbosas, entra-se na Avenida da Liberdade para subir a Avenida da Liberdade, passando pelo Teatro Circo (10), em direção à Praça da República, onde termina o circuito.

Figura 43 - Setor quatro do *segway* tour.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de mapa extraído do *Google earth*.

### 3.4.3 Simulação dos circuitos propostos

Depois de delineadas e apresentadas as duas propostas de circuito, procedeu-se à realização de duas simulações (uma para cada circuito), de forma a compreender as possíveis dificuldades com que nos poderíamos deparar no terreno e recolher opiniões e conselhos por parte dos intervenientes na simulação, tal como possíveis erros a serem posteriormente corrigidos.

Na simulação do *walking tour* foram convidados alunos do curso de Mestrado de Turismo e Património Cultural do ano letivo 2012/2013 e algumas pessoas ligadas à animação turística e património. Na simulação do *tour em segway*, por limitação do número de *segways*, apenas se efetuou o circuito com duas pessoas. No circuito de *walking tour*, foi sugerido que antes de iniciar o circuito fosse entregue aos participantes um mapa com os locais por onde o *tour* passa. No circuito do *segway tour*, foi sugerido que no monte do picoto deveria de existir algumas infraestruturas de apoio como casas de banho ou bar de apoio ao local, sugestão essa que não depende de quem prepara e organiza o circuito. No entanto estas infraestruturas estão contempladas do PERUBS. Em baixo podemos observar imagens das simulações realizadas.

Figura 45- Simulação do *walking tour*.



Fonte: Fotos do autor tirada a 11 de Abril de 2013

Figura 44 - Simulação do *tour em segway*.



Fonte: Foto do autor tirada a 24 de Novembro de 2013.

Um dos principais objectivos das simulações, era a obtenção de um *feedback* por parte dos participantes de forma a melhorar os circuitos. No *walking tour* foi sugerido que fosse elaborado um mapa, para ser facultado aos visitantes, de forma a que estes pudessem uma percepção do itinerário do circuito. Foi também sugerido que durante o *tour* estivesse incluído a entrada em alguns monumentos, que estejam abertos ao público.

No *tour* em *segway*, foi sugerido, que este não passa-se pelo Sítio dos Galos, enquanto este não estivesse requalificado, visto que grande parte do património e edifícios continuam bastante degradados.

### 3.5 Linhas gerais de divulgação e dinamização dos circuitos propostos

A planificação e implementação de uma rota ou itinerário, por si só, não é suficiente para o seu sucesso. Os circuitos de *walking tour* ou *segway tour*, como os dois propostos neste projeto, são normalmente comercializados por empresas de animação turística, sendo da sua responsabilidade a divulgação e dinamização destes. No entanto este facto não implica que outras entidades não possam participar na dinamização e divulgação deste tipo de produtos turísticos.

Este tipo de circuitos pode constituir uma mais-valia para as cidades, para suas áreas urbanas e para os seus centros históricos pois complementam a oferta turística local e atraem mais visitantes. A divulgação e promoção dos circuitos é normalmente concretizada através dos canais normais de divulgação e promoção utilizados pelas empresas que oferecem este tipo de produtos e que são:

- *Flyers* que normalmente estão disponíveis nas unidades de alojamento locais e postos de informação turística;
- Os próprios *websites* das empresas onde está disponível toda a informação necessária sobre os *tours*.
- Plataformas *online* especializadas na promoção e divulgação das ofertas turísticas existente nas cidades.

Uma das maiores dificuldades que estas empresas enfrentam é o facto de não conseguirem fazer chegar os seus produtos turísticos aos mercados emissores de turistas, a não ser pelos canais referidos anteriormente, sendo que os custos implicados são geralmente insuportáveis para uma empresa local.

Contudo, existem formas e mecanismos que podem ser utilizados de forma a contornar estas limitações. A realização de protocolos e parcerias com as unidades de alojamento locais é usual, onde se apresentam pacotes especiais que incluem a dormida e uma visita guiada pela cidade, que acaba por beneficiar ambos os intervenientes. Estas parcerias também podem ser realizadas com empresas e operadoras com forte capacidade de promoção no exterior. No entanto, as margens de lucro para as empresas locais acabam por ser diminutas.

Seria importante que as entidades públicas responsáveis pela promoção turística envolvessem também as pequenas empresas que implementam estes *tours* nas suas estratégias de divulgação turística em eventos e feiras. O Turismo de Portugal (TP), a entidade regional Turismo do Porto e Norte de Portugal e a própria CMB são as entidades com maior capacidade e competência para este tipo de iniciativas. Publicitar os circuitos nos postos de informação turística do Aeroporto de Porto e Vigo, que são os que estão mais próximos de Braga, poderia ser mais uma forma de ajudar na divulgação e dinamização dos circuitos.

Os monumentos e imóveis, que são os recursos âncora para a idealização deste tipo de produtos, são na sua maioria tutelados por diferentes entidades que, regra geral, não encaram o monumento como uma fonte de rendimento, mas sim como um imóvel com um preço de entrada pré-estabelecido e tabelado e um horário de funcionamento fixo, o que acaba por limitar a dinamização dos circuitos e o seu enriquecimento através de elementos patrimoniais importantes passíveis de serem incluídos nos circuitos.

Em Braga, parte dos monumentos existentes é gerida pela CMB e a outra parte, nomeadamente o património religioso, é gerida por entidades religiosas e privadas, como por exemplo, a Diocese de Braga e Irmandades. Estas entidades colocam entraves de várias ordens, limitando a entrada aos locais sem ser através do pagamento do bilhete de tabela ou mantendo os edifícios fechados ao público.

A colaboração entre estas entidades seria muito importante na dinamização e potenciação dos recursos que a cidade tem para oferecer. Na sua generalidade, os monumentos estão recuperados apresentando boas condições de conservação. No entanto, é essencial que as entidades tutelares tenham uma maior abertura e capacidade para trabalhar em parceria. O potencial não explorado que a cidade de Braga tem ao nível do património romano ou barroco é um exemplo de como não se está a rentabilizar e dinamizar estes locais turisticamente. Um destes locais é a *domus* da escola da Sé, com excelentes condições para ser visitada mas que se encontra fechada ao público.

Este tipo de património poderia ser um ponto de partida para a implementação de circuitos mais especializados e segmentados, que acabavam por diversificar ainda mais a oferta turística do centro histórico. Este tipo de circuitos só poderá ser implementado no terreno se as diferentes entidades mostrarem maior abertura, através da criação de parcerias e dinâmicas capazes de tornarem real a valorização patrimonial destes monumentos.

Outro elemento capaz de dinamizar ainda mais este tipo de *tours* é a gastronomia local. O enriquecimento dos circuitos propostos pode passar pela implementação de elementos ligados à gastronomia e vinhos, com a envolvência de estabelecimentos de restauração e da área da enologia neste tipo de projetos.

## IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente aumento da procura turística, em produtos turísticos relacionados com o *touring* cultural e paisagístico, tem tido um incremento sustentado e cimentado no Porto e Norte Portugal, sendo visto, pelas entidades turísticas e respetivo PENT, como um dos produtos âncora a ser desenvolvido nos próximos anos. Contudo, este tipo de produtos só terá sucesso se as regiões apresentarem recursos capazes de as projetar turisticamente e, ao mesmo tempo, de atrair turistas em número suficiente para gerar riqueza nessas regiões.

Segundo dados fornecidos pela CMB, o número de visitantes à cidade tem tido um aumento médio anual, nos últimos 12 anos, de 19%, o que acompanha o crescimento turístico do Turismo Porto e Norte de Portugal, bem como mostra o interesse crescente pelos recursos existentes em Braga. Isto leva a concluir que, não só existem recursos turísticos na cidade, como estes são viáveis como produtos turísticos, sendo capazes de a dinamizar e potencializar turisticamente e economicamente.

Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é a valorização patrimonial e urbana de Braga através da realização de circuitos turísticos. Valorização esta que passa pela implementação de dois circuitos: um para o centro histórico e outro para a zona sul da cidade. O circuito no centro histórico foi elaborado na componente de *walking tour* e o circuito na zona sul em *segway tour*.

Devido à grande área pedonal que o centro histórico possui optamos por implementar circuitos vocacionados para o *touring* cultural e paisagístico, na medida em que o património é o principal recurso de Braga.

Para a concretização deste objetivo foi necessário demonstrar o valor patrimonial do centro histórico e o valor paisagístico da zona sul de Braga. Escolhida e limitada a área de estudo, procedeu-se ao levantamento e escolha dos locais e imóveis suscetíveis de serem incluídos nos circuitos, mediante o estabelecimento de alguns critérios de seleção. Verificou-se que o centro histórico possuía um conjunto de locais e imóveis com valor patrimonial e potencial para fazer parte de um produto turístico que enriquecesse a oferta turística de Braga. Este património, bastante diversificado no tempo e concentrado no centro histórico, está na sua maioria conservado e classificado pela DGPC. Relativamente à zona sul de Braga verificou-se que os locais a ser incluídos no *tour* em *segway* possuem um valor paisagístico complementado pelo património arquitetónico, capaz de valorizar turisticamente esta área através da implementação deste *tour*.

A delimitação geográfica da área de estudo ao centro histórico contemplou, precisamente, as dificuldades práticas e metodológicas que implicaria a realização de um *walking tour* em outros

locais com importância patrimonial na cidade ou no concelho. No entanto, importa destacar que existe um vasto património fora e dentro destas áreas que fica excluído e que se configura como um recurso com potencial patrimonial e turístico, suscetível de ser integrado em circuitos a desenvolver no futuro.

De referir ainda que, a implementação do circuito em *segway* contemplou, também, o acompanhamento no terreno da evolução do PERUBS, de forma a verificar as intervenções de requalificação que iam sendo efetuadas no terreno, o que possibilitou observar, *in loco*, se os locais apresentavam as condições necessárias para a utilização do *segway*. Os prazos de conclusão do PERUBS estenderam-se para além da data prevista, o que alargou o tempo de elaboração deste projeto, no entanto, não impossibilitou a implementação do circuito no terreno. Outro aspecto a ter em conta é o facto de, à data de início deste projeto, a maioria dos locais onde se pretende implementar o circuito, à exceção do Parque de São João da Ponte, ainda não estarem requalificados. Assim, foi pertinente proceder ao acompanhamento, *in situ*, das obras, de forma a comprovar as condições necessárias para a utilização do *segway*.

Este circuito que é direcionado para o *tour* paisagístico contempla, igualmente, uma componente patrimonial, tendo sido projetado para a zona sul da cidade nos três locais específicos incluídos no PERUBS. É de ter em conta que estes locais são por uma ruralidade que ainda persiste.

Por outro lado, conscientes de que apesar do património arquitetónico ser o elemento principal a ter em conta na planificação do *walking tour* citadino, outros elementos devem ser tidos em conta, de forma a enriquecer ainda mais o circuito e, ao mesmo tempo, ser um fator de diferenciação de um circuito tradicional, realizado com um simples mapa ou guia escrito. Questões ligadas à gastronomia, artesanato, lendas, factos históricos e pormenores arquitetónicos são importantes para complementar os *walking tours*, enriquecendo-os e permitindo que possam ser “consumidos” como um produto turístico completo. É de referir que, efetivamente, os critérios de inclusão da informação complementar não foram fáceis de estabelecer, no entanto, baseamo-nos na bibliografia disponível sobre a história, a gastronomia e as tradições de Braga e em aspetos que valorizam ainda mais o património.

Reconhecida a importância que as várias entidades locais e regionais têm para que estes circuitos possam fazer parte da oferta turística de Braga, é necessário e pertinente realçar o papel das empresas vocacionadas para este tipo de atividade no que concerne em apostar na promoção, dinamização e realização dos circuitos, sem descurar a procura de parecerias e protocolos com

outras entidades públicas e privadas. Outros dos objetivos foi a proposta da realização de uma análise *SWOT* com algumas linhas gerais de dinamização e divulgação dos circuitos.

Apesar de a elaboração de um plano de marketing não fazer parte deste projeto, a sua importância é relevante, para que os circuitos tenham sucesso ao serem implementados. Como este tipo de circuitos são dinamizados por empresas de animação turística, cabe a estas fazer os seus planos de marketing mediante os seus recursos disponíveis.

Por fim, colocamos, como já referido, em prática os circuitos através da realização de duas simulações de circuitos, concretizando também este objetivo proposto. Desta implementação no terreno foi possível concluir que o tempo estipulado para cada um dos circuitos está dentro dos parâmetros previamente estipulados e permite que as visitas sejam feitas com as pausas necessárias em cada ponto de interesse; a distância percorrida em cada percurso definido é a adequada ao tipo de turistas que se espera que procurem este tipo de circuito, bem como foi possível perceber que cada ponto de interesse incluído nos percursos foi apreciado por quem os realizou, o que comprova a sua potência como recurso turístico. Como limitações há a referir os horários e dias em que alguns dos pontos de interesse estão abertos ao público, principalmente as igrejas e núcleos museológicos referenciados no *walking tour*, o que pode comprometer a sua total execução, tendo em conta os objetivos totais para esta visita. No circuito em *segway* as principais limitações estão relacionadas com a falta de desnivelamento de alguns passeios e o incorreto estacionamento em cima destes. Apesar de não limitar, o facto de as obras nos pontos visitados ainda não estarem concluídas, é um fator que condiciona o circuito em *segway*.

Deste balanço, percebe-se que seriam pertinentes algumas melhorias, que contudo, não estão intrinsecamente ligadas à planificação dos circuitos por parte de quem os guia ou realiza, mas que facilitaria e melhoraria a sua realização e apreciação por parte do visitante, como uma maior disponibilidade e abertura em horários/dias de visita dos monumentos; um maior cuidado na conservação de alguns dos pontos de interesse, assim como, uma maior vigilância no que ao seu vandalismo, como grafitis, que por vezes se verificam.

Por fim é importante realçar que a criação e dinamização deste tipo de circuitos pode não conseguir atingir os objetivos, se não houver um envolvimento de todos os agentes turísticos. Só assim é que se conseguirá potenciar ao máximo, tornado-o competitivo no ponto de vista de um produto turístico.





## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Legislação

DECRETO-LEI n.º 107/2001, Diário da República, I Série. 209 (8-09-01) 5808-5828;

DECRETO-LEI n.º 307/2009, Diário da República, I Série. 206 (23-10-09);

DECRETO-LEI n.º 11/1997, Diário da República, I Série. 42 (19-02-97);

DECRETO-LEI n.º 309/2009, Diário da República, I Série. 206(19-02-97) 7975-7987;

ARTIGO 112.º do código da estrada.

### Monografias e artigos

Almeida, Álvaro; Belo, Duarte – *Portugal Património, Guia-Inventário, Viana do Castelo-Braga-Porto*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007.

Azeredo, António – *Braga*. Porto: Caminhos Romanos, 2008.

Ashworth, Gregory – “From History to Heritage-From Heritage to Identity: In Search of concepts and models” in *Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London: Routledge (1994) p.13-30:

[https://www.depts.ttu.edu/museumttu/CFASWebsite/H7000%20folder/Readings%20Heritage%20Tourism%202010/History\\_Heritage\\_Identity\\_Ashworth%201994.pdf](https://www.depts.ttu.edu/museumttu/CFASWebsite/H7000%20folder/Readings%20Heritage%20Tourism%202010/History_Heritage_Identity_Ashworth%201994.pdf).

Bandeira, Miguel – “D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada”, *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. Braga: Câmara Municipal de Braga (2000) p.20-58: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19973>.

Baptista, Maria; Maia, Sara – “As rotas como estratégia turística: perceção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas na região de Aveiro”, in *Book of proceedings - International Conference on Tourism and Management Studies*. Algarve: Universidade do Algarve (2011) p.672-682: <http://tmstudies.net/index.php/ectms/article/download/233/338>.

Barros, José – *Realidade e Ilusão do Turismo Português: das práticas do termalismo à invenção do turismo de Saúde*. Lisboa: ISCSP, 2002.

Barreiros, Aguiar – *A Cathedral de Santa Maria de Braga - Estudos críticos archeologico-artísticos*. Braga: Tadinense, 2001.

Bucho, Domingos – *Património, animação e turismo*. Portalegre: IPP, 2010.

Cabido da Sé de Braga – *Braga e a sua Catedral: Caderno Informativo*. Braga: Cabido da Sé de Braga, 1990.

Choay, François – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2006.

CMB – *Relatório de avaliação de execução do PDM*. Braga: Câmara Municipal de Braga: [http://www.cmbraga.pt/docs/GURB/Relatorio\\_PDM\\_Junho08.pdf](http://www.cmbraga.pt/docs/GURB/Relatorio_PDM_Junho08.pdf).

CMB – *Programa Estratégico de Reabilitação urbana de Braga Sul*. Braga: Câmara Municipal de Braga: [http://www.cm-braga.pt/docs/rurb/PERU\\_PSurvFinal.pdf](http://www.cm-braga.pt/docs/rurb/PERU_PSurvFinal.pdf).

CMB – *Parceria para Regeneração Urbana – Centro Histórico de Braga, Programa de Ação*. Braga: Câmara Municipal de Braga: <http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico>.

Confederação do Turismo Português – *Reinventando o turismo em Portugal: Estratégia de desenvolvimento turístico português no 1º quartel do século XXI*. Lisboa: Confederação do Turismo Português, 2005.

Costa, Luís – *O Templo de Santa Cruz. Elementos para a sua história e da Irmandade de Santa Cruz da cidade de Braga no seu 400º aniversário*. Braga: Irmandade de Santa Cruz de Braga, 1982.

Costa, Luís – *Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico*. Braga: Correio do Minho, 1985.

Costa, Luís – *Braga, Roteiro Histórico e Monumental*. Braga: APPACDM, 1998a.

Costa, Luís – *A Sé de Braga: Algumas notícias sobre a Catedral de Santa Maria*. Braga: APPACDM, 1998b.

Costa, Margarida – *Adoro conhecer Braga*. Braga: Associação Comercial de Braga, 2013.

Cunha, Licínio – *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill, 1997.

Cunha, Licínio – *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

Dias, Isabel – *Turismo Cultural e Religioso no Distrito de Coimbra: Mosteiro e Conventos: Viagem entre o Sagrado e Profano*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010 (tese de mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento apresentada à Faculdade de Letras): <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15296>].

Dias, Pedro – *Arte Portuguesa: Arquitetura Manuelina*. Lisboa: Fubu Editores, 2009.

Domingos, Araújo – *Braga: Símbolos Da Fé*. Braga: APPACDM, 2003.

Durand, Jean-Yves – “Patrimónios/patrimônios”, in *Jornadas sobre a Função Social do Museu*. Montalegre: [S.l.], 2005: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5367>.

[s.a] – *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo, 1984.

Ferreira, Rui – “A histórica zona ribeirinha de Braga – Os Galos”, *Jornal Diário do Minho*, 2 de fevereiro de 2015, p.10.

Fontes, Luís – “O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território”, in *Minho. Traços de Identidade*, ed. by Paulo Pereira. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho (2009) p.272-295: [http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV\\_2131/20090327429152283779.pdf](http://www.uminho.pt/uploads/eventos/EV_2131/20090327429152283779.pdf).

Fontes, Luís; Martins, Manuela; Ribeiro, Maria do Carmo; Carvalho, Helena P.A. – “A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII”, in *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo, entre los siglos VI-VIII*. Toledo: Toletvm Visigodo (2010), p. 255-262: <http://hdl.handle.net/1822/13377>.

Fontes, Luís – “O Norte de Portugal ente os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação” in *Asturias entre visigodos y mozárabes. Visigodos y omeyas VI*. Madrid: Anejos AEspA, LXIII, CSIC, (2012), (2010), p. 443-474: [http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos\\_omeyas\\_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos\\_omeyas\\_asturias/files/Fontes2.pdf](http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/files/Fontes2.pdf).

Gil, Júlio – *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1988.

Goeldner, Charles; Ritchien, Brent; Macintosh, Robert – *Turismo Principios, Práticas e Filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002. (8ª Edição).

Guerreiro, Sabrina; Pinto, Liliana; Leandro, Joana – *A Igreja de São Paulo – Braga*. Braga: Museu Pio XII, 2011.

Graça, Joaquim; Moreira, Raquel – “Itinerários turísticos. Passeando em torno do ambiente, do património e da gastronomia” in *Itinerários turísticos Concelho de Alcácer do Sal Turismo Gastronomia Património cultural*. Lisboa: (2006) p.207-250: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/3574>.

Helena, Beatriz; Milone, Paulo – *Turismo teoria e prática*. São Paulo: ATLAS S.A, 2000.

Henriques, Cláudia – *Turismo, cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável*. Lisboa: Edições Silabo, 2003.

Lickorish, Leonard; Jenkins, Carson – *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Lda., 2000. (7ª Edição).

Macedo, António – *Igreja da Misericórdia, história breve*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2003.

Macedo, António – *A igreja de São Marcos do Hospital*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2008.

Macedo, António – *Igreja da Misericórdia, história breve*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2010. (2º edição).

Machado, José – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros horizonte, 1977. (3ª Edição).

Marques, José – *Braga Medieval*. Braga: Oficina Livraria Cruz, 1983.

Martins, Ana – “ A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento do territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Vol.15, (2012) p. 219-256: [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/rpa15/10\\_RPA15\\_AMNMartins.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/rpa15/10_RPA15_AMNMartins.pdf).

Martins, Manuela – “Bracara Augusta: a memória de uma cidade” in *Cadernos de Arqueologia*. Braga: Universidade do Minho (1991/1992) p.177-197: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10278/1/CA%208\\_9%20Bracara%20Augusta%20A%20mem%c3%b3ria%20de%20uma%20cidade.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10278/1/CA%208_9%20Bracara%20Augusta%20A%20mem%c3%b3ria%20de%20uma%20cidade.pdf).

Martins, Manuela – “Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, Do Castro á Cidade”, in *A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*. Lugo: Universidade do Minho (2009) p. 181-211: <http://www.uaum.uminho.pt/pessoas/artigos/Lugo.pdf>.

Martins, Manuela; Meireles, José; Fontes, Luís; Ribeiro, Maria do Carmo; Magalhães, Fernanda; Braga, Cristina – *Água, Um Património de Braga*. Braga: Universidade do Minho, 2012.

Martins, Manuela; Fontes, Luís; Cunha, Armandino – “Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas”, *Arqueologia in Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação portuguesa de Arqueólogos: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26824/1/Arqueologia%20urbana%20em%20braga.pdf>.

Ministério da Economia e Inovação – Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Lisboa: Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf>.

Ministério da Economia e do Emprego – Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) - Horizonte 2013-2015. Lisboa: Ministério da Economia e Emprego:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202012.pdf>.

Morais, Rui – *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 2010.

Oliveira, Aurélio – “Fabrico de papel em Braga no Século XVI ” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*. Porto: III Série, vol. 8, (2007) p. 25-28:  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3348.pdf>.

Oliveira, Eduardo – *A Arcada da Lapa: A Arquitetura*. Braga: Soares dos Reis, 1982.

Oliveira, Eduardo – “O Coreto da Avenida Central” in *Estudos Bracarenses*. Porto: Ministério da Cultura/Delegação R. do Norte-Centro de Estudos Humanísticos, (1984) p.397-410.

Oliveira, Eduardo – *A freguesia de S. Lázaro*. Braga: Junta de Freguesia de S. Lázaro, 1999<sup>a</sup>.

Oliveira, Eduardo – *Braga: Percursos e memórias de granito e oiro*. Porto: Campos e Letras, 1999b.

Oliveira, Eduardo – *O Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo, ou Convertidas- Braga*. Braga: Governo Civil de Braga, 2002.

Oliveira, Eduardo; Silva, Libório – *Segredos de Braga, Braga, Top-Secret*. Famalicão: Centro Atlântico, 2014a.

Oliveira, Eduardo; Silva, Libório – *Braga de André Soares*. Famalicão Centro Atlântico, 2014b.

OMT – Introdução ao Turismo. São Paulo: Editora Roca, 2001.

Peixoto, Eduardo – *O homem na Catedral*. Maia: PM Média Comunicação, 2003.

Peralta, Elsa – “Património e identidade desafios do turismo cultural”, in *Antropológicas*. Porto: Universidade Fernando Pessoa n°4 (2000), p.217-224:  
<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/7344>.

Pereira, Paulo – *História de Arte Portuguesa. Da Estética Barroca ao fim do Classicismo*. 7º Vol. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007.

Pereira, José; Pereira, Paulo – *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Pérez, Xerardo – *Turismo Cultural: uma visão antropológica*. Maia: ISMAI, 2013.

Pinto, Liliana; Sabrina, Guerreiro – *Igreja da Ordem Terceira de São Francisco- Braga*. Braga: Instituto de História e Arte Cristãs, 2011.

Ribeiro, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma A metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do

Minho, 2008 (tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.

Ribeiro, Maria do Carmo – “A evolução da paisagem urbana de Braga desde a Época Romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados”, *Revista Forum*. Braga: Universidade do Minho (2009/2010) p. 179-201: <http://hdl.handle.net/1822/13437>.

Ribeiro, Maria do Carmo – *O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga*. Braga: Universidade do Minho, 2011.

Ribeiro, Maria do Carmo; Martins, Manuela – “Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração” in *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM (2013) p.11-45: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23983/1/Martins%20e%20Ribeiro%20Em%20torno%20da%20Rua%20Verde.%20A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20de%20Braga%20na%20longa%20dura%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Ribeiro, Maria do Carmo; Fontes, Luís – “The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries”, in Raquel Martínez Peñin (ed.) *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*, *Espai / Temps*, Lerida: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, 67 (2015), p. 67-74. DL L 526-2015 / ISBN 978-84-8409-750-1.

Silveira, Elton – *Walking Tour: Turismo, Cultura e Educação*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003 (tese de pós-graduação em Engenharia de Produção apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina): <<https://repositorio.ufsc.br/>.

Teles, Paula – *Os territórios (sociais) da mobilidade: um desafio para a Área Metropolitana do Porto*. Aveiro: Lugar do Plano, 2005.

Tunes, Almeida – *Avaliando a dificuldade de caminhar em centros históricos e comerciais segundo a percepção do usuário: caso da área urbana de Pelotas/ RS*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012 (tese de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo, apresentado à Faculdade de Arquitetura): [http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/danielatunes-avaliando\\_a\\_dificuldade\\_de\\_caminhar\\_em\\_centros\\_historicos\\_e\\_comerciais.pdf](http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/danielatunes-avaliando_a_dificuldade_de_caminhar_em_centros_historicos_e_comerciais.pdf).

Turismo de Portugal – *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal, Touring Cultural e Paisagístico*. Lisboa: Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/Touring%20Cultural%20e%20Paisag%C3%ADstico.pdf>.

Veloso, Manuel – *Guia da Igreja do Pópulo*. Braga: Ordem Terceira da Santíssima Trindade da Igreja do Pópulo, 2001.

Vieira, Cristina – *O Património e o Turismo: cidade de Lamego*. Braga: Universidade do Minho, 2006 (tese de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Sociais).

## Endereços eletrónicos

*Website* da CMB <<http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico>> [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

*Website* da DGPC <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>> [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

*Website* da Google Maps <<https://www.google.pt/maps/>> [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

*Website* do INE <<http://www.ine.pt/>> [consultado entre novembro de 2013 e abril de 2014];

*Website* da OMT <<http://www.unwto.org/>> [consultado em Maio de 2015];

*Website* da Segurança Rodoviária [Disponível em URL: <<http://www.segurancarodoviaria.pt/>>] [consultado entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015];

*Website* da Segway Portugal [Disponível em URL: <<http://www.segway.com.pt>>] [consultado entre janeiro de e fevereiro de 2015];

*Website* do Teatro Circo [Disponível em URL: <<http://www.theatrocirco.com/theatro/historia.php>>] [consultado entre novembro de 2014];

*Website* do Turismo de Portugal [Disponível em URL: <<http://www.turismodeportugal.pt/>>] [consultado entre janeiro e maio de 2014];

## Endereços eletrónicos de empresas de animação turística

*Website* da Algarve by Segway [Disponível em URL: <<http://algarvebysegway.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Barcelona Segway Tours [Disponível em URL: <<http://barcelonasegwaytour.com/en/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Bluedragon [Disponível em URL: <<http://www.bluedragon.pt/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];



*Website* da Bragatours [Disponível em URL: <[www.bragatours.com](http://www.bragatours.com)>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Chill-Out Free Tours [Disponível em URL: <<http://lisbonfreetour.blogspot.pt/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Cooltour Oporto [Disponível em URL: <<http://www.cooltouroporto.com/en>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da eco-lógica [Disponível em URL: <<http://eco-logicaespana.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Foldn 't visit [Disponível em URL: <<http://www.foldnvisit.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Go! Leisure & heritage [Disponível em URL: <<http://gowalksportugal.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da HISTORYMIAMI [Disponível em URL:<<http://www.historymiami.org/tours/walking-tours/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

*Website* da Inside Chicago [Disponível em URL: <<http://www.insidechicagowalkingtours.com/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

*Website* da Inside Lisbon [Disponível em URL: <<http://www.insidelisbon.com/experiences/experiences-front-page>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Lisboa Autêntica [Disponível em URL: <<http://lisboaaautentica.com/en/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Lisbon by Segway [Disponível em URL: <<http://www.lisbonbysegway.com/site/en/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Lisbon Lux [Disponível em URL: <<http://www.lisbonlux.com/lisbon-tours/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Lisbon Spitrit [Disponível em URL: <<http://www.lisbon-spirit.pt>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* Lisbon Walker [Disponível em URL: <<http://www.lisbonwalker.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da London Walks [Disponível em URL: <<http://www.walks.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Moving [Disponível em URL: <[Free http://www.movingfree.pt/](http://www.movingfree.pt/)>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da NYC Skyline Segway Tour [Disponível em URL: <<http://skylinesegway.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Orange Donut Tours [Disponível em URL: <<http://www.orangedonuttours.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Panchotours [Disponível em URL: <<http://www.panchotours.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Paris City Segway Tour [Disponível em URL: <<http://paris.citysegwaytours.com/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

*Website* da Paris-Walks [Disponível em URL: <<http://www.paris-walks.com/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

*Website* do Pena Parque Aventura [Disponível em URL: <<http://park.penaaventura.com.pt/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

*Website* da Portofreetour [Disponível em URL: <<http://portofreetour.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* do Porto Walking Tours [Disponível em URL: <<http://portowalkingtours.no.sapo.pt/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Praga Segway Tours [Disponível em URL: <<http://www.prague-segway-tours.com/en/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Red Tour [Disponível em URL: <<http://www.redtourgps.com/pt/home.php>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Rome by Segway [Disponível em URL: <<http://www.romebysegway.com/site/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Romefreetour by Segway [Disponível em URL: <<http://www.romefreewalkingtour.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* do San Francisco City Segway Tours [Disponível em URL: <<http://sanfrancisco.citysegwaytours.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Seg-tour Berlim [Disponível em URL: <<https://www.segtour-berlin.de/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

*Website* da Segway Ontario [Disponível em URL: <<http://www.segwayofontario.com/index.htm>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da The Worst Tours [Disponível em URL: <<http://theworsttours.weebly.com>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da The Tourist ' Affairs [Disponível em URL: <<http://www.thetouristsaffairs.com/>>] [consultado entre janeiro e março de 2015];

*Website* da Tour Guys [Disponível em URL: <<http://www.tourguys.ca/>>] [consultado entre outubro de 2012 e março de 2015];

## **Cartas internacionais**

1931 - Cartas de Atenas [Disponível em URL:

<<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1954 - Convenção de Haia [Disponível em URL:

<[http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/brazil/brazil\\_decreto\\_44851\\_11\\_11\\_1958\\_por\\_orof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/brazil/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf)>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1964 - Carta de Veneza [Disponível em URL:

<<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1972 - Convenção de Paris [Disponível em URL:

<<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1975 - Carta de Amesterdão [Disponível em URL:

<<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1976 - Recomendação de Nairobi [Disponível em URL:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1977 - Carta de Machu Pichu [Disponível em URL:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=250>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1985 - Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada

[Disponível em URL: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>>]

[consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1985 - Carta de Turismo e Código do Turista [Disponível em URL:

<<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/sustentabilidade/Documents/CMET.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1986 - Carta de Washington [Disponível em URL:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1987 - Carta Internacional e Salvaguarda de Cidades Históricas [Disponível em URL: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDASCIDADESISTORICAS.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1990 - Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico - [Disponível em URL: <<http://194.65.130.238/media/uploads/cc/cartainterprotecaogestaodopatarqueol.pdf>>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

1999 - Carta Internacional do Turismo Cultural [Disponível em URL: <[http://www.international.icomos.org/charters/vernacular\\_sp.pdf](http://www.international.icomos.org/charters/vernacular_sp.pdf)>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

2008 – Carta dos Itinerários Culturais, Québec [Disponível em URL: <[http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec\\_declaration/pdf/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf)>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015];

2011 - Princípios de La Valeta para a salvaguarda e gestão das populações e áreas urbanas históricas [Disponível em URL: <[http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/cartas\\_e\\_convencoes\\_internacionais/civvih\\_principios\\_de\\_la\\_valeta.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/cartas_e_convencoes_internacionais/civvih_principios_de_la_valeta.pdf)>] [consultado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2015].

## VI. APÊNDICES

O presente apêndice encontra-se organizado em dois pontos. No primeiro, caracteriza-se o património edificado de Braga contemplado no circuito do centro histórico, segundo a estrutura adotada na elaboração da proposta no corpo do texto (Secção 3.4), ou seja, por sectores, identificando-se os principais espaços e edifícios por números. De modo a completar a caracterização histórica e geográfica os mesmos são acompanhados por figuras.

Apenas o ponto numero 25 (cruzeiro das Carvalheiras), não está caracterizado, pois segundo a bibliografia consultada é da mesma época e apresnta a mesma arquitetura que o ponto 3 (cruzeiro da Senhora à Branca), que já tem uma breve caracterização.

Apesar da *domus das Carvalheiras* não estar incluída no walking tour por não estar musealizada nem acessível, optou-se por colocar uma descrição da mesma pela sua importância patrimonial e pela possibilidade de num futuro ser incluída no *tour*. O segundo ponto agrega fotografia referentes à requalificação da Zona Sul, contemplada no circuito em *segway*.



## 1. Património edificado de Braga contemplado no circuito do centro histórico

### 1.1 Setor um

#### Praça da Republica/Avenida Central (antigo Campo de Santa Ana)

A Avenida Central, com início na Praça da Republica, constitui umas das vias suburbanas de maior desenvolvimento na Idade Moderna e o verdadeiro ex-libris do Barroco bracarense. Estende-se desde do edifício da Arcada onde se situava o Castelo medieval até ao Largo Senhora à Braga seguindo em direção a São Victor, tendo uma extensão de mais de 500 metros (Bandeira, 2000: 37).

Figura 1: Avenida central.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

A primeira referência documental a esta artéria data de 1161. Porém, o processo de urbanização desta zona ficou a dever-se ao arcebispo D. Diogo de Sousa, que nos inícios do XVI aí mandou abrir o rossio/campo de Santa Ana, de modo a ligar o Castelo medieval à Igreja de Nossa Senhora-a-Branca, como bem ilustra o Mapa de *Braunio* (Ribeiro, 2008: 524).

O referido arcebispo mandou substituir as culturas e árvores que aí existiam, mas também edificar a capela de Santa Ana, na zona correspondente à atual Praça da Republica, fazendo dispor em seu redor estelas e miliários romanos que se encontram dispersos pela cidade (Oliveira, 2002: 18).

Trata-se, de facto, de uma grande intervenção urbanística que veio alterar completamente a fisionomia rural desta zona.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII esta avenida foi sendo urbanizada e preenchida com alguns grandes edifícios de estilo barroco, nomeadamente a Igreja dos Congregados, Casa de recolhimento das Convertidas ou a Igreja de Nossa Senhora de Penha de França e algumas habitações, que ainda hoje integram a arquitetura da Avenida Central (Ribeiro, 2008: 526).



### (1) Arcada/Capela de Nossa Senhora da Lapa

A Arcada situa-se na Praça da República, pertencente ao antigo Campo de Santa Ana, mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no século XVI. A este arcebispo se fica a dever igualmente a construção neste local de um alpendre com colunas para pousarem os almocreves (Ribeiro, 2008: 343).

Todavia, a construção da Arcada no local atual foi realizada sob os desígnios do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles e teve o seu início no ano de 1715. Este primeiro projeto teria apenas um só piso, com 13 colunas e 14 arcos com um torreão em cada extremidade (Oliveira, 1982: 5).

Após várias reconstruções e ampliações, inicia-se em 1761 a construção de um novo edifício, mais amplo, em conformidade com a importância que este local tinha enquanto centro cívico mas também com o desenvolvimento económico alcançado pela cidade (Almeida e Belo, 2007: 211).

Um dos edifícios que passa a fazer parte da Arcada é capela de Nossa Senhora da Lapa que começou a ser construída em 1761 e foi concluída em 1790 com a colocação no seu interior dos retábulos.

Em 1867 a Arcada ganha definitivamente o aspeto que tem atualmente, com algumas alterações estruturais nomeadamente a construção do segundo piso (Oliveira, 1999b: 16-17).

A fachada está dividida em 3 corpos, correspondendo o central à capela de Nossa Senhora da Lapa. É constituída por dois pisos, sendo que o piso inferior tem 19 arcos apoiado em pilares. Os três pilares centrais constituem a entrada da capela. No piso superior da capela situa-se o coro alto constituído por 3 janelas, sobre as quais se encontra um brasão episcopal encimado por uma cruz episcopal. O interior da capela é composto pela capela-mor que se encontra ladeada por 2

Figura 2: Arcada.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 3: Igreja de Nossa Senhora da Lapa.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

capelas laterais. As alas laterais da Arcada possuem no piso superior 8 janelas cada e no piso inferior destacam-se dois dos cafés mais emblemáticos da cidade que funcionam naquele local desde finais do século XIX (Almeida e Belo, 2007: 211).

Na realidade, as alterações barrocas encetadas no século XVIII contribuíram para aumentar a importância da Arcada, bem como da área envolvente enquanto centro cívico da cidade, para o qual confluem várias ruas, e onde estão localizados alguns dos cafés mais emblemáticos.

## (2) Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas

O Recolhimento de Santa Maria Madalena é um dos monumentos menos conhecidos de Braga. Sabe-se, no entanto, que nos inícios do século XVII, no local onde se encontra o Recolhimento, existia uma capela dedicada a São Gonçalo (Oliveira, 1999b: 241).

Em 1720 esta capela é mandada demolir pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles para dar início à construção de um edifício mais amplo, com o objetivo de recolher mulheres que quisessem dedicar-se a Deus e redimir-se dos seus erros (Oliveira, 2002: 29).

O edifício do Recolhimento está dividido em dois corpos. Um, correspondente ao local onde funcionavam os aposentos e serviços das mulheres recolhidas e, o outro, à capela de São Gonçalo. O corpo referente ao recolhimento, para além das divisões e anexos necessários para o dia-a-dia das recolhidas, usufruía ainda de um claustro e pátio interior. Trata-se, na realidade, de um edifício sóbrio, com uma fachada simples virada para a Avenida Central, destacando-se na entrada principal o emblema do Recolhimento, Santa Maria Madalena (Oliveira, 2002: 33).

No jardim interior ainda persiste o antigo claustro e a fonte central (Costa, 1998a: 62).

Figura 4: Casa de Recolhimento das Convertidas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 5: Brasão de pedra das Convertidas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

A capela de São Gonçalo data dos inícios do século XVIII e possui também uma fachada simples, com uma entrada lateral, virada para a Avenida Central. O seu interior é constituído por um oratório do século XVII, pertencente à antiga Capela (Oliveira, 1999b: 242).

O retábulo-mor, o púlpito e o sacrário são em talha dourada em estilo barroco nacional. No teto ainda se conservam na totalidade as pinturas do século XVIII (Oliveira, 2002: 48-52).

### (3) Cruzeiros da Senhora a Branca e do Largo das Carvalheiras

O Cruzeiro da Senhora à Branca é uma obra de arte que remete ao estilo renascentista. Está assente sobre sete degraus e uma base com um pedestal ornamentado. A coluna, com um belo trabalho em pedra, encimado em por uma esfera estriada, no qual assenta a cruz primacial. Este cruzeiro terá sido construído nos inícios do século XVII estando no atual local desde 1914 (DOMINGOS, 2003: 21).

Figura 6: Cruzeiro de Santa Ana.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de

### (4) Igreja/Convento da Penha de França

A atual igreja de Nossa Senhora da Penha, localizada na Avenida Central, fazia parte de um convento demolido no século XIX, mandado construir por D. Rodrigues de Moura Telles, em 1720, para recolher mulheres. Deste convento restam apenas o claustro ajardinado e a igreja. A entrada da igreja possui um portal enquadado por pilastras encimado pelo brasão de D. Rodrigo de Moura Teles e um nicho com a estátua de Nossa Senhora da Penha (Almeida e Belo, 2007: 214).

Figura 7: Igreja de Nossa Senhora de Penha de França.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 8: Pedra de armas de D. Rodrigo de Moura Telles na fachada da Igreja de Nossa Senhora de Penha de França.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (5) Casa Rolão

A casa Rolão foi edificada em 1758 por um industrial francês de sedas. Trata-se de um belo exemplar, da arquitetura civil da autoria do arquiteto André Soares. O edifício é constituído por 3 pisos, muito embora o último piso tenha sido edificado já numa fase posterior à construção da casa, encontrando-se recuado na fachada. No piso térreo, o edifício é rasgado por 4 portas e no segundo piso é constituído por quatro janelas de sacada. Os vãos, com cantarias lavradas, são sobrepujados por frontões

ostentosa e trabalhados em estilo rococó. Enquadrada lateralmente por pilastras e superiormente por um entablamento com cornija, a frontaria termina numa balaustrada com duas urnas ornamentais nas extremidades (Almeida e Belo, 2007: 213).

As portas do rés-do-chão estão alinhadas de uma forma peculiar. As duas portas dos extremos são diferentes seguindo um modelo ABAB, ou seja: embora pareça que há aqui uma grande assimetria,

verificamos que existe simetria se virmos as portas aos pares AB AB. É este o único edifício em Braga de quatro tramos em que a organização das portas se expressa assim (Oliveira e Silva, 2014b: 90).

Figura 9: Casa Rolão.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 10: Portas da Casa Rolão.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (6) Convento e Igreja dos Congregados

A vinda dos padres Oratorianos, ou Congregados, para Braga, remonta a 1686, tendo eles escolhido o Campo de Santa Ana, atual Avenida Central, como local para construção do convento. A sua construção teve início em 1703. Numa primeira fase procedeu-se à construção do convento que terá terminado em 1745 (Oliveira, 1999b: 107-108).



As obras da igreja decorreram durante todo o século XVIII e na segunda metade do século XX foram terminadas com a colocação das torres (Almeida e Belo, 2007: 214).

O interior da igreja é uma mistura de várias tendências artísticas e arquitetónicas. André Soares interveio neste edifício em três partes distintas: o gaveto lado nascente, a fachada principal e na Capela dos Monges, todas em datas diversas. O gaveto nascente é construído por volta de 1755 e para além de possuir uma cornija com um plano de 25 linhas caracteriza-se por ter um conjunto de seis janelas, todas diferentes que servem a dobra norte do edifício (Oliveira e Silva, 2014b: 70-72).

A fachada da igreja data 1761 e é concluída em 1766. Considerada por alguns autores como uma das obras-primas do tardo barroco português, transmite uma mensagem de rigor e sobriedade pelas linhas que apresenta (Oliveira e Silva, 2014b: 70-76).

A Capela dos Monges, situada no interior do convento, foi construída em 1768 e é outra obra-prima de André Soares. Apesar de ser muito pequena possui todas as partes de um templo (nave, transepto e capela-mor). A decoração e a sua estrutura é toda em estuque (Oliveira e Silva, 2014a: 55-56).

Figura 11: Fachada da Basílica dos Congregados.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 12: Cornija do Convento dos Congregados.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## 1.2 Setor dois

### Avenida da Liberdade/Rua das Águas / Rua da Ponte de Guimarães

A Avenida da Liberdade tem início na Praça da Republica e estende-se para sul em direção a Guimarães. Na Idade Moderna existiam neste espaço duas ruas designadas de Rua das Águas e Rua da Ponte de Guimarães, que faziam a ligação entre o Campo de Santa Ana e a Ponte para Guimarães, uma das principais entradas e saídas da cidade. Nos inícios do século XX, estas duas

vias foram integradas na atual Avenida da Liberdade, através de um processo de regularização e alargamento, circunstância que alterou completamente a fisionomia das ruas originais (Ribeiro, 2008: 526).

A Rua das Águas terá sido aberta ainda na Idade Média, pois nos finais do século XV e inícios do XVI existem referências a algumas habitações aí situadas, mas será apenas nos séculos XVII e XVIII que se tornará num dos eixos comerciais mais importantes da cidade. A importância adquirida por esta via poderá relacionar-se com a dinamização económica e comercial da zona da Arcada, a partir do século XVI, designadamente com a instalação de um edifício alpendrado, tal como já referido anteriormente, ou com a necessidade de estabelecer um acesso que facilitasse o transporte de farinha moída nos moinhos do Rio Este (Oliveira, 1999a: 29).

Por sua vez, a Rua da Ponte de Guimarães apresentava, no século XVI, um elevado número de construções rurais até à Ponte de São João, muito embora a sua génese remonte ao período romano. Ao que tudo indica, este eixo corresponderia à via romana, que saía de *Bracara Augusta* em direção a *Emérita Augusta* (Ribeiro, 2008: 528)

Em 1750, o traçado correspondente à atual avenida da Liberdade, estava dividido em três ruas: rua das Águas entra atual praça da República e a rua do Raio; seguia-se a rua de São Lázaro, até á capela de São Lázaro (atual rua 25 de Abril); rua da ponte de Guimarães que descia até à ponte do Rio Este (Oliveira, 1999a: 29).

Nos inícios do século XX estas ruas deixaram de existir, passando a integrar a atual Avenida da Liberdade, que demorou mais de 40 anos a ser totalmente urbanizada e alargada. No quarteirão noroeste encontram-se os edifícios mais emblemáticos, quase todos da primeira década do século XX, nomeadamente o Teatro Circo (Oliveira, 1999b: 26).

## (7) Teatro Circo

Projetado e construído entre 1906 e 1915, o Teatro Circo é uma obra do arquiteto João Moura Coutinho, localizada na Avenida da Liberdade, artéria que conhece um forte incremento urbano desde finais do século XIX. (Almeida e Belo, 2007: 214).

Figura 13: Avenida da Liberdade.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

A ideia de construir este teatro surgiu de um conjunto de cidadãos que mostravam bastante desgosto pelo estado de conservação do mais importante teatro de Braga (São Geraldo). Para a sua decoração foram contratados os artistas portugueses mais conceituados de então, designadamente Domingos Costa e Benvindo Ceia (Oliveira, 1999b: 191).



Figura 14: Teatro Circo.

Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Quando foi inaugurado tinha uma lotação para 1500 pessoas, afirmando-se como um dos maiores e mais belos teatros Portugueses. Em 1999 o teatro sofre profundas obras de requalificação e restauro, que só terminam em 2006, diminuindo por questões de comodidade a sua capacidade para 899 lugares. O teatro pode ser dividido em 4 grandes divisórias: a sala principal, o *foyer*, o salão nobre e um pequeno auditório. Destaca-se pelos seus elementos decorativos, nomeadamente a talha dourada, frescos e iconografia<sup>57</sup>.

## (8) Fonte do Ídolo

Este monumento constitui uma das mais importantes provas da arquitetura romana fundacional, situada num local periférico do núcleo urbano, onde existiria um santuário indígena dedicado à deusa *Nabia* (Martins, 2013: 83).

A Fonte é um santuário/fonte rupestre para o qual foram talhadas figuras e inscrições num afloramento de granito. De origem Pré-Romana, este santuário deverá ter conhecido duas fases de monumentalização.

Figura 15: Fachada do edifício musealizado da Fonte do Ídolo.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

<sup>57</sup> Informação retirada do website <http://www.theatrocirco.com/theatro/historia.php> em 3/5/2014.

A primeira, datada dos primeiros tempos de vida da cidade, foi executada por *Celicus Fronto*, em consagração à deusa *Nabia*. Este homem, originário da cidade de *Arcobriga*, ter-se-á instalado na cidade nos inícios do século I, deixando o seu nome gravado no monumento. A segunda fase corresponde à monumentalização pelos seus descendentes, nomeadamente o neto e bisneto (Martins, 2011: 64).

Figura 16: Mapa de *Bracara Augusta* na fachada da Fonte do Ídolo.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Encontrava-se precisamente fora dos limites urbanos de *Bracara Augusta*, extra muralhas, numa saída da *via XVII*, que ligava a *Asturica Augusta* (Astorga), por *Aqua Flaviae* (Chaves) (Morais, 2010: 72).

## (9) Palácio do Raio

Desenhado em 1752 por André Soares, o Palácio do Raio é considerado por alguns historiadores de arte como a obra-prima do rococó civil português e um dos edifícios mais interessantes no panorama da arquitetura europeia do seu tempo, pela organização dos espaços da fachada, pela turgidez dos ornatos que envolvem as portas, janelas e varandas e pela força do seu eixo central (Oliveira e Silva, 2014b: 54-55).

Figura 17: Palácio do Raio.



Fonte: Foto do autor tirada a 21 de Março de 2014.

O imóvel foi vendido em 1853 por José Maria Duarte Peixoto, a Miguel José Raio, visconde de São Lázaro, ficando desde então conhecido como "Palácio do Raio". O visconde, nascido em Braga, fizera fortuna no Brasil. Com o seu falecimento, em 1882, os herdeiros venderam o palácio ao Banco do Minho que, por sua vez, o revendeu, no ano seguinte (1883) à Santa Casa de Misericórdia, que nele instalou alguns serviços do Hospital de São Marcos (Oliveira, 1999a: 53).

Os azulejos atuais tal como a balaustrada que se encontram na fachada foram acrescentadas no século XIX, conforme confirmação pelo proprietário.



## Largo Carlos Amarante

O atual Largo Carlos Amarante tem a sua génese no campo mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, nos inícios do século XVI. Tratava-se de uma zona de vinhedo, localizada extramuros, junto de uma porta da muralha medieval, que recebeu o nome de Rossio de São Marcos, por nele se situar o Hospital homónimo.

O rossio de São Marco passaria a ser o local de cruzamento de dois eixos extremamente importantes na rede viária da cidade. Por um lado, servia de elo de ligação entre a Rua de São Marcos e a Rua do Anjo que seguia até ao Campo de Santiago e, por outro, estabelecia o nó de união entre a Rua da Ponte, atual Avenida da Liberdade, e a porta da muralha, designada de São João, que seguia em direção às traseiras da Catedral (Bandeira, 2000: 37-38).

Na segunda metade do século XVI o largo passa a ter uma importância maior no contexto urbano de Braga com a instalação naquele local do Convento dos Remédios (1544-1549), ficando a ser conhecido por Largo dos Remédios (Ribeiro, 2008. 509).

No Largo Carlos Amarante existem duas belas igrejas, que embelezam e tronam o Largo um ponto de passagem obrigatório: a igreja de São Marcos (século XVII/XVIII) e a igreja de Santa Cruz (século XVII/XVIII) (Oliveira, 1999 b: 42).

Figura 18: Chafariz do Largo Carlos Amarante.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 19: Chafariz do Largo Carlos Amarante.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (10) Hospital e Igreja de São Marcos

O primitivo Hospital de São Marcos terá iniciado a sua construção na segunda metade do século XV. Na primeira metade o século XVI, já sobe a ordem do arcebispo D. Diogo de Sousa, a velha capela do Espírito Santo que existia nesse local é demolida e as relíquias de São Marcos são transferidas para a igreja do Hospital (Macedo, 2008: 16).

As várias funções do Hospital foram claramente expressas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que determinou que “no referido Hospital fossem agasalhados os pobres, peregrinos ou passageiros, e bem assim os religiosos e clérigos viandantes, quer são quer doentes...”. Durante o século XVII sofreu várias alterações, que dependeram muito do apoio de beneméritos. Em 1789 foi instituída no hospital a primeira escola de cirurgia dos pais (Oliveira e Silva, 2014b: 68).

O hospital atual é uma reedificação do século XVIII, projetada pelo arquiteto Carlos Amarante. O hospital, em estilo barroco joanino, é constituído por duas alas, no centro das quais se ergue a igreja de São Marcos. As frontarias dos blocos hospitalares, em alvenaria rebocada, são intercaladas por pilastras. No coroamento a balaustrada sustenta doze estátuas representando os doze apóstolos. A fachada da igreja confere verticalidade ao conjunto edificado. O pórtico, enquadrado por duas colunas, é encimado por uma varanda, atrás do qual se abre a janela do coro. Acima da janela, um vidro acolhe a imagem de São Marcos Evangelista. O frontão da frontaria acolhe duas torres (Almeida e Belo, 2007: 216).

Junto à capela-mor, encontra-se uma das peças mais singulares da igreja constituída pelo túmulo de São João Marcos. Concebido em Lisboa, nos inícios do século XVIII, este túmulo foi produzido em pedra-mármore e mandado fazer pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (Oliveira e Silva, 2014a: 77-80).

Figura 20: Igreja de São Marcos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 21: Fachada da Igreja de São Marcos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (11) Igreja de Santa Cruz

A Irmandade de Santa Cruz foi fundada em 1581, conhecida então como Irmandade do Bom Jesus de Vera Cruz, e celebrava as suas missas na Capela do Espírito Santo, atual igreja de São Marcos (Costa, 1982: 8).

As obras de construção da igreja, no atual Largo Carlos Amarante, datam de 1625 e vão até 1653, no governo do arcebispo bracarense D. Afonso Furtado de Mendonça. As torres foram terminadas em 1694 e a decoração da frontaria em 1737. Entre as duas torres sineiras, a fachada é ricamente ornamentada com um forte simbolismo bíblico e divino (Gil, 1988: 40).

De referenciar na fachada, o desenho na horizontal dos treze instrumentos da paixão de Cristo. Logo por cima, em posição central, encontra-se uma cruz ladeada por uma árvore de fruto e uma palmeira, que simbolizam a árvore da vida (Costa, 1982: 11).

O corpo do templo foi erguido sob linhas maneirista e só mais tarde se procedeu à decoração da frontaria em estilo barroco. O seu interior é constituído por três nave, que terminam no altar-mor, realizado em talha dourada (século XVIII). As paredes laterais são decoradas com 6 capelas, três em cada parede (Almeida e Belo, 2007: 215-216).

Em todo o seu interior se vive a paixão de Cristo. O altar-mor é em honra da Cruz da Redenção e as capelas laterais do século XVII referem-se à Senhora da Soledade, Senhor dos Passos, Senhor da Cana Verde, Ecce Homo, São Pedro e Santa Ana (Costa, 1982: 23).

Figura 22: Igreja de Santa Cruz.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 23: Galos desenhados na fachada da Igreja de Santa Cruz



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (12) Capela e Casa dos Coimbras Casa dos Coimbras/Igreja São João do Souto

A Casa e Capela dos Coimbras constituem um conjunto de edifícios que, até 1906, não tinham a disposição atual. Na realidade, até 1906 a Casa estava localizada do outro lado da rua virada para a Capela, ocupando o espaço aproximado ao local onde atualmente está o edifício do Lar Académico. Com a reorganização urbanística daquela área a casa é demolida e, em 1930, é reconstruída no local onde está atualmente (Oliveira, 1999b: 93).

Existem provas documentais que Casa dos Coimbras já existia em 1471, onde habitava o deão D. Martins Anes. No entanto, em 1505 a casa foi adquirida por João Coimbra, que realiza intervenções profundas, ficando a casa com a mesma traça até à sua transladação em 1906 (Almeida e Belo, 2007: 214).

Atualmente, a Casa dos Coimbras, continua a ostentar as janelas decoradas com elementos tardo-góticos ou do início da renascença, destacando-se a janela do canto com arcos acarelados e outras na face mais longa da habitação com aventais muito desenvolvidos (Dias, 2009: 66).

A Capela de Nossa Senhora da Conceição, conhecida como Capela dos Coimbras, originalmente constituía uma capela lateral da igreja românica de São João do Souto, reedificada nos finais do século XVIII. A Capela, mandada edificar em 1525, é atribuído aos mestres biscainhos nomeadamente ao mestre Diogo de Castilho, que terá estado nessa altura em

Figura 24: Casa dos Coimbras.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 25: Janelas tardo-góticas da Casa dos Coimbras.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 26: Capela dos Coimbras e Igreja de São João.

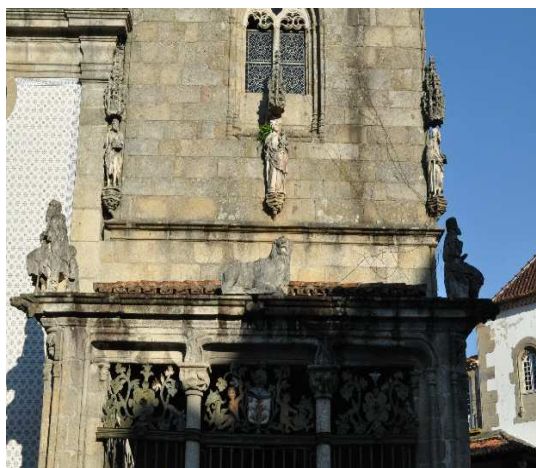


Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



Braga para a construção da cabeceira da Catedral. A torre apresenta uma forma quadrangular com duas janelas geminadas e na sua silharia possui cinco mísulas com as estátuas de São Paulo, São Pedro, São Tiago, São João Baptista e a Virgem. As grades na entrada da galilé são do século XVI. A cornija do pórtico possui várias esculturas, representando um fauno, Santo Antão, um leão, São Paulo Eremita e um centauro. A porta ogival por onde se acede ao templo é encimada pelo brasão do arcebispo D. Diogo de Sousa (Almeida e Belo, 2007: 213).

Figura 27: Fachada da Capela dos Coimbras.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

No seu interior destaca-se um conjunto de esculturas policromadas renascentistas, de pedra de Ançã, constituído por um retábulo e a disposição do túmulo. As paredes interiores estão decoradas co azulejos setecentistas na sua maioria ornamentada com temas religiosos (Oliveira, 1999b: 94).

Relativamente à igreja de São João do Souto que está anexa à capela dos Coimbras, não há vestígios do templo românico do século XII. O edifício atual deve-se à reconstrução no século XVIII. A frontaria, de um só corpo estreita, adossa-se pelo seu lado direito á Capela de Nossa Senhora da Conceição. (Almeida e Belo, 2007: 213).

## 1.3 Setor três

### Rua de Janes

A atual Rua de Janes localiza-se entre o Largo de São João do Souto e a Rua do Souto, junto ao Largo Barão de São Martinho e terá tido origem num caminho suburbano, que foi integrado no núcleo urbano, quando ocorreu o alargamento do perímetro da muralha medieval, nos séculos XIII e XIV. A primeira referência escrita da rua remonta ao ano de 1265 e a origem toponímica do nome da rua devesse possivelmente pela afinidade da palavra Janes

com a latina palavra “*Jania*”, que significava porta, ou pelo facto do fundador da Igreja de São João do Souto, se chamar João Anes. No século XIV esta rua já aparece com o nome de Rua de Janoas (Ribeiro, 2008: 458).

A Rua de Janes era uma grande artéria que atravessava grande parte do núcleo urbano sudeste, correndo no sentido SO/NE, ligando a porta de São João com a porta do Souto. Apesar de ter sofrido algumas alterações, nomeadamente o derrube da muralha e da porta do Souto nos finais do século XIX, esta pequena rua mantém ainda o traçado sinuoso e estreito. A outra grande transformação decorre da abertura da Rua Francisco Sanches, em 1954, que segue o enfiamento da atual Rua Justino da Cruz (Ribeiro, 2008: 460-461).

Figura 28: Rua dos Janes.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

#### (14) O Castelo/Torre de menagem

O Castelo medieval está situado junto à Praça da República, na área que atualmente correspondente ao quarteirão formado pelo Largo de S. Francisco, a norte, pela Praça da República, a nascente, pelo Largo Barão de S. Martinho, a sul e pela Rua do Castelo, a poente. Presentemente ainda se conseguem observar alguns vestígios que faziam parte do Castelo, como é o caso da torre de menagem, ou de uma outra torre, utilizada como torre sineira, sendo que a primeira referência escrita conhecida ao Castelo data de 1315 (Ribeiro, 2008: 337).

O Castelo possuiria uma planta retangular, definida por uma muralha e quatro torres, uma em cada canto, também de planta quadrangular. No interior do recinto erguia-se uma torre de menagem quadrangular, também chamada de torre maior, que constitui o elemento mais emblemático da estrutura castelar (Ribeiro, 2008: 339).

A torre de menagem possui uma altura de 30 metros e na fachada nordeste apresenta uma pedra de armas do rei D. Dinis (Almeida e Belo, 2007: 217)

Em 1906, a cidadela que rodeava a torre de menagem foi demolida, ficando apenas a atual torre (Oliveira, 1999b: 175)

Figura 29: Torre de Menagem.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 30: Inscrições na Torre de Menagem.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (15) Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

A Ordem Terceira de São Francisco instalou-se em Braga no ano 1611 e, em 1690, dá-se o início à construção de um templo dedicado a São Francisco no antigo Terreiro da Fonte da Carcova (Atual Largo de São Francisco) (Pinto e Sabrina, 2011: 13).

Oficialmente a igreja ficou concluída com a finalização da capela-mor e da torre, mas as obras no seu interior prolongaram-se quase até final do século XVIII. Em 1739, procede-se à colocação dos retábulos barrocos e, em 1781, à substituição do recheio da igreja, adaptando-a a uma estética neoclássica, de possível autoria de Carlos Amarante (Almeida e Belo, 2007: 210).

Existe a possibilidade de Carlos Amarante ter igualmente intervindo no frontão da igreja, ideia negada por Pinto e Guerreiro, segundo a qual, não existe nenhum registo escrito (2011: 16).

A fachada é constituída por um portal flanqueado por pilastras e rematado em frontão triangular, sobrepujado por uma rosácea circular e dois janelões do coro. Acima da cornija superior da frontaria

eleva-se um frontão retangular em ático, flanqueado por pilastras. A torre sineira está num prolongamento da capela-mor, com as ventanas dos sinos rasgadas nas quatro faces do registo superior, e remate em balaustrada, com coroamento em cúpula e lanternim (Almeida e Belo, 2007: 210).

Para além do altar-mor (1781), a nave principal é constituída por cinco capelas laterais: São Francisco de Assis (finais do século XVIII), Nossa Senhora da Salvação (finais do século XVIII), Santo António (finais do século XVIII), Virgem dos Desamparos (finais do século XVIII) e Senhor dos Aflitos (século XX) (Pinto e Sabrina, 2011: 20-31).

A porta da igreja é da autoria de André Soares e está dividida em 4 folhas, evitando assim que cada folha e cada porta tivessem muito peso prevenindo a rápida degradação das portas. Do ponto de vista artístico, nas portas superiores encontra-se o desenho de uma almofada e nas

Figura 31: Igreja dos Terceiros.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 32: Porta da Igreja dos Terceiros.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



portas inferiores assinala-se sobretudo a simetria utilizada nas almofadas principais (Oliveira e Silva, 2014b: 82).

### **(16) Jardim de Santa Barbara**

Com a abertura da Rua Eça de Queirós, em 1951, a Câmara Municipal avançou com a ideia de criar um jardim com traçado renascentista enquadrado com a ala medieval do Paço Arquiepiscopal (Oliveira, 1999b: 31).

Juntamente com os arcos góticos, o espaço do jardim de Santa Barbara ganhou monumentalidade, ficando o conjunto conhecido como “salão medieval” (Oliveira e Silva, 2014a: 87).

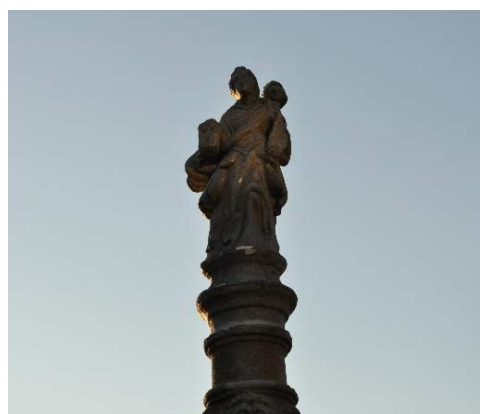
No centro do Jardim encontra-se o chafariz de Santa Bárbara que dá o nome ao jardim e terá sido construída em finais do século XVI inícios do século XVII. O seu tanque é octogonal e dele se ergue uma coluna ornamentada que sustenta a única taça do monumento. No topo temos a estátua de Santa Bárbara que na sua base possui 4 carrancas (Martins *et alii*, 2012: 154).

Figura 33: Chafariz de Santa Barbara.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 34: Estátua de Santa Bárbara no topo do chafariz.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### **(17) O antigo Paço Arquiepiscopal**

O antigo Paço Arquiepiscopal foi o complexo arquitetónico que serviu de residência aos arcebispos de Braga até ao século XVIII, permanecendo como um dos edifícios mais emblemáticos da cidade, não só pela sua simbologia, mas também, pelas complicadas intervenções urbanísticas que desencadeou. Não obstante da sua longa história, o monumento possui ainda muitas características e elementos arquitetónicos que resultaram das sucessivas remodelações e acrescentos que conheceu, estando atualmente dividido em três grandes corpos: Gótico (Corpo Medieval) a norte, voltado para o Jardim de Santa Bárbara; a sul (Corpo Moderno), datado dos séculos XVI, XVII e XVIII, com fachada virada para o Largo e Rua do Souto; outro a poente (corpo barroco), virado para a Praça do Município (Ribeiro, 2008: 489).

### Corpo Medieval

A data exata da construção do Paço Arqueiepiscopal permanece desconhecida, muito embora, a existência do brasão do Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), encontrado na porta da torre medieval, da ala medieval do edifício, sugira que remonte ao século XIV. D. Gonçalo Pereira terá aproveitado o alargamento da cerca defensiva para norte para mandar edificar a residência dos arcebispos, perto da Sé, protegido pela nova cintura da muralha e pelo Castelo (Ribeiro, 2008: 489-490).

A reconstrução, iniciada no século XIV, só terá sido concluída no século XV com as alterações do arcebispo D. Fernando da Guerra, durante o reinado de João I (Oliveira, 1999b: 177).

Os vestígios que sobreviveram da primeira fase construtiva do Paço, datados dos séculos XIV/XV, fazem parte do edifício gótico, a norte, virado para o Jardim de Santa Bárbara (Ribeiro, 2011: 24-25).

### Corpo Moderno

O Corpo moderno corresponde às alterações e acrescentos realizados no paço ao longo da Idade Moderna, encontrando-se virado para o atual largo do Paço e rua do Souto, sendo constituído por três alas: ala norte, ala Poente e ala Nascente.

Ala norte ou central – Esta ala é a mais antiga e conheceu as intervenções D. Fernando da Guerra e posteriormente de D. Diogo de Sousa. No entanto, atualmente já pouco resta destas fases, pois D.

Figura 35: Corpo medieval do Paço Arqueiepiscopal.



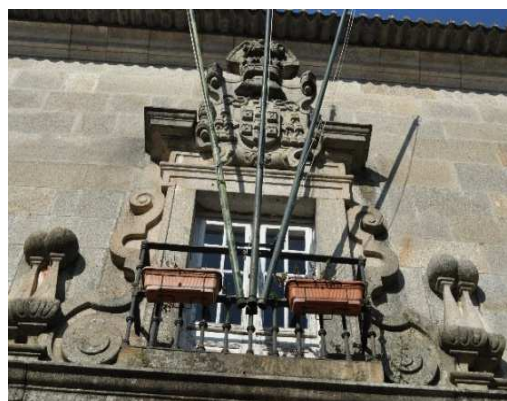
Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 36: Corpo medieval do Paço Arqueiepiscopal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 37: Ala central do antigo Paço Arqueiepiscopal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Rodrigo de Moura Teles (1709) alterou bastante o o seu aspeto. Salienta-se, na fachada, a entrada, encimada por uma janela e pedra de armas de D. Rodrigo de Moura Teles (Oliveira, 1999b: 179).

Ala Nascente – foi construída em meados do século XVI, por iniciativa do arcebispo D. Manuel de Sousa e, mais tarde, foi ampliada pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles. Na parte mais antiga, junto à porta do primeiro piso, encontra-se precisamente a pedra de armas e uma inscrição que se refere ao arcebispo D. Manuel de Sousa. A restante ala é muito idêntica à anterior, encontrando-se a outra porta encimada pelo brasão de D. Rodrigues de Moura Telles. Naquela ala é ainda possível ver uma inscrição referente à obra do referido arcebispo que se encontra na ombreira da porta de entrada por debaixo das suas armas (Ribeiro, 2011: 28).

Ala Poente – A parte superior da ala, virada para o largo do Paço, encontra-se uma inscrição com a data de construção, em 1593, no tempo do arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus. A sustentar o piso superior está uma arcada. Na fachada virada para a Sé e rua do Souto encontra-se a janela dos arcebispos (Ribeiro, 2011: 29).

No centro do largo do Paço encontra-se um chafariz barroco, conhecido como o chafariz do Castelo, mandado construir por D. Rodrigo de Moura Telles, em 1723, para substituir o chafariz ali colocado anteriormente por D. Diogo de Sousa. É constituído por uma taça, suportada por atlantes e ladeada por 6 castelos, que representam as a armas do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. De cada castelo sai uma bica de água. Do meio da taça nasce um pedestal em forma de

Figura 38: Ala poente do Paço Arquiepiscopal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 39: Ala nascente do antigo Paço Arquiepiscopal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 40: Chafariz do Largo do Paço.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



castelo, que serve de figura feminina de pé (deusa da Fama), com uma esfera sobre a cabeça (Martins *et alii*, 2012: 150).

### Corpo barroco

O último corpo a ser construído encontra-se virado para a Praça do Município e foi mandado construir pelo arcebispo D. José de Bragança, no século XVIII, identificando-se atualmente como o corpo barroco ou o paço de D. José de Bragança. Trata-se, na realidade, de uma obra em estilo Barroco bracarense, da autoria de André Soares, constituída por 3 pisos, que apresenta uma decoração que vai aumentando de embelezamento no sentido ascendente. Nas esquinas do corpo central, encontra-se os brasões de D. José de Bragança (Ribeiro, 2011: 36).

A construção deste corpo irá marcar a topografia urbana no sector a poente do Paço, correspondente ao antigo Campo de Touros do Arcebispo, que conhece simultaneamente a edificação da nova casa da Câmara Municipal, de traça barroca e desenho de André Soares, construída entre 1746-1750 por ordem de D. José de Bragança, quando este esteve fora de Braga (Oliveira, 1999b: 179).

Curiosamente, esta é a primeira obra conhecida de André Soares e foi construído de forma a estar na parte mais encimada da praça, ganhando por um lado maior destaque e monumentalidade, e por outro, mostrando a superioridade do poder religioso sobre o civil (Oliveira e Silva, 2014b: 52).

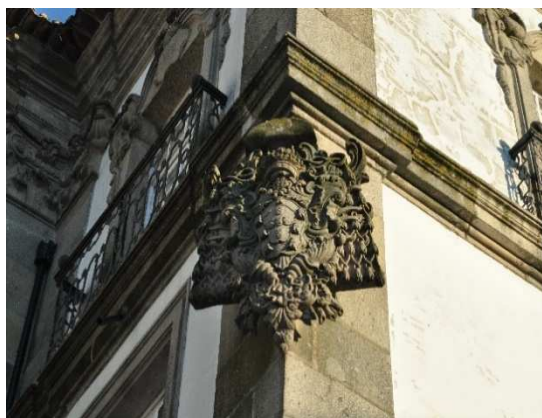
Em 1866 o paço de D. José de Bragança foi parcialmente destruído por um incêndio, tendo sido restaurado em 1931-1934. Desde 1842 funciona como Biblioteca Municipal, possuindo um fundo com 250 mil volumes na sua maioria de origem conventual. Esta ala foi parcialmente (Almeida, 2007: 223).

Figura 41: Ala barroca do antigo Paço Arqueiepiscopal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 42: Pedra de armas de D. José de Bragança.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## 1.4 Setor quatro

### Praça do Município

A Praça do Município ocupa o espaço correspondente aos antigos terrenos do paço dos Arcebispos. No século XVI, a julgar pelo mapa de Braunio, de 1594, correspondia ao Campo de Touros dos Arcebispos, sendo identificado como “*Campus Archiepiscopi ubi ludi equestres exercentur*”, isto é “Campo do Arcebispo, onde se realizam jogos equestres”. Com alguma probabilidade, seria já utilizado como espaço público, dando acesso ao postigo de Santo António, pequena porta da muralha medieval, embora ainda com poucas habitações nas suas margens (Oliveira, 1999b: 81-82).

Será sobretudo com o arcebispo D. José de Bragança que este espaço ganha destaque, tornando-se num dos mais importantes espaços urbanos da cidade, por nele serem instalados os dois edifícios referência do poder: o Palácio do Arcebispo e a Câmara Municipal (Oliveira e Silva, 2014b: 50-61).

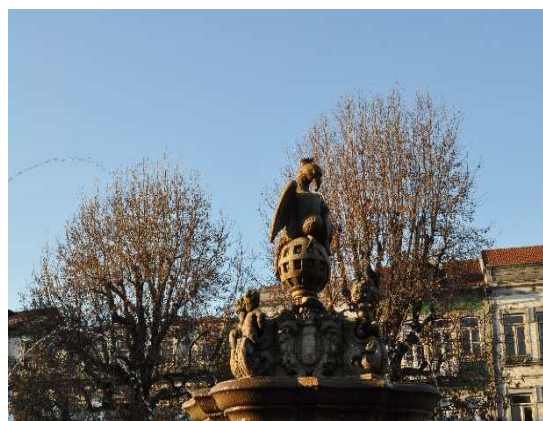
Atualmente, no centro da praça encontra-se o chafariz do Pelicano, mandado construir por D. José de Bragança, em 1745. Originalmente, este chafariz encontrava-se nos jardins do paço Arquiepiscopal, sendo atribuído ao artista Bracarense Marcelino de Araújo. Depois do incêndio que destruiu parte do paço, em 1886, o chafariz é transferido para o Parque da Ponte onde permaneceu até 1967, data em que foi colocada no local onde se encontra atualmente (Martins *et alii*, 2012: 152).

Figura 43: Chafariz do Pelicano.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 44: Topo do Chafariz do Pelicano.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (18) Casa da Câmara Municipal

O edifício da Câmara Municipal é um projeto da autoria de André Soares, de estilo tardo barroco. A sua construção iniciou-se em 1753, por indicação do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (Oliveira, 1999b: 167). O novo edifício da Câmara Municipal visava substituir o anterior, localizado na praça dianteira da fachada principal da Sé.

Por dificuldades económicas a construção estendeu-se por dois períodos diferentes. Entre 1753 e 1756 foi levantado o corpo centra e o alçado sul. De 1861 a 1863, fez-se a parte norte.

A partir da porta define-se um eixo central, todo com pedra à vista, com saliências e reentrâncias, que termina com um falso brasão, composto por uma série de pedras em granito, que remete para arquitetura Galega (Oliveira e Silva, 2014b: 64).

A Casa da Câmara é um edifício harmonioso de composição simétrica, com as janelas de perfil retangular mas frontão curvo. O corpo central é vincado pelas pilastras. André Soares fez uma interpretação do projeto, tornando curvas as linhas retas, acentuando as potencialidades do granito e reservando a parte superior para um nicho de Santa Maria (Pereira, 2007: 74).

Figura 45: Edifício da Câmara Municipal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 46: Nicho de Santa Maria na fachada Câmara Municipal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## **Praça Conde de Agrolongo / Campo da Vinha**

A Praça Conde de Agrolongo corresponde ao antigo campo da Vinha. Tal como o topónimo sugere, este espaço encontrava-se destinado às vinhas dos arcebispos.

Originalmente teria mais do que os 23.000 m<sup>2</sup> atuais, permanecendo até ao século XVI por urbanizar, não se conhecendo nenhum tipo de construção, apenas um grande vinhedo, pertencente ao Alcaide-mor do Castelo de Braga (Bandeira, 2000: 39).

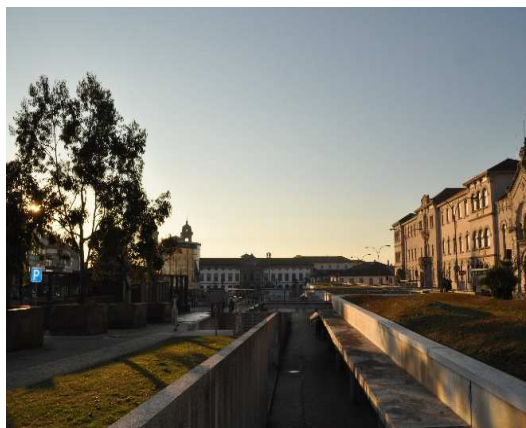
Em 1508, D. Diogo de Sousa fez uma permuta com o Alcaide-mor do Castelo de Braga e ficou com uma vasta vinha que existia neste local. Desde essa data que o Campo da Vinha se tornou um local público, tendo sido transformado urbanisticamente ao longo dos séculos. Neste local encontra-se o convento e igreja de Nossa Senhora do Pópulo dos inícios do século XVII, pertencente aos frades Agostinhos (Oliveira, 1999b: 73).

Na fachada norte da Praça encontram-se duas casas setecentistas, apresentando uma delas uma escadaria de aceso duplo com alpendre e a outra apenas um único acesso de escadas mas também com alpendre. Ao lado destas construções, destaca-se outro edifício conhecido como Casa Maciel Aranha. Esta casa abrasonada, tem um portão desenhado por Carlos Amarante (Costa, 1998b: 29).

### **(19) Casas do Campo da Vinha/Casa Macieis Aranha**

A Casa Macieis Aranha, também conhecida como a Casa do Gato Bravo é, com grande probabilidade, um edifício do século XVIII, apresentando na fachada um portão e um brasão de família (Oliveira, 1999b: 74-75). As pedras de armas terão sido colocadas por Francisco Ventura Maciel Aranha (cavaleiro da Casa Real) aquando da sua compra no século XIX (Azeredo, 2008:58).

Figura 47: Campo da Vinha.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 48: Casa dos Macieis Aranhas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



Ao lado da Casa Macieis Aranha encontram-se duas casas tipicamente setecentistas, de escadaria exterior colocadas em datas recentes (Oliveira, 1999b, 75).

Figura 49: Pedra de armas dos Macieis Aranhas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 50: Casas anexas aos Macieis Aranhas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (20) Igreja / convento do Pópulo

Situada no Campo da Vinha, a Igreja do Pópulo começou a ser construída em 1596. Com projeto da autoria do mestre pedreiro Manuel Luiz, foi mandada construir pelo arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus e terá sido concluída em 1621. Simultaneamente foi construído o convento anexo, que alojou os frades da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (Veloso, 2001: 2). O convento do Pópulo constitui o mais antigo mosteiro masculino existente dentro dos limites urbanos da cidade de Braga.

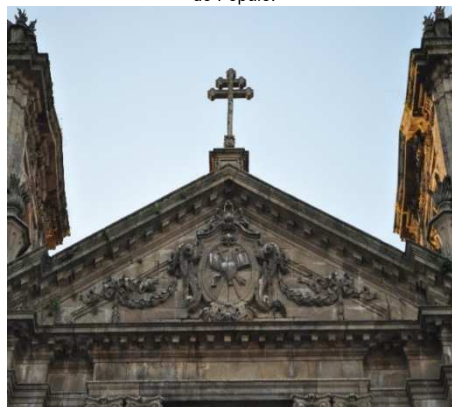
A fachada atual, construída em 1780 e da autoria do arquiteto Carlos Amarante, não é a original. Considerada como uma das suas primeiras obras, em estilo Neoclássico, apresenta um portal simples, enquadrado por pares de colunas clássicas, sobrepujado por varanda e janelão de grandes dimensões e com umas torres sineiras decoradas ainda ao gosto barroco. Para além da capela-Mor (finais do século XVIII) com um retábulo neoclássico, possui ainda sete capelas laterais

Figura 51: Igreja de Nossa Senhora do Pópulo.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 52: Fachada superior da Igreja de Nossa Senhora do Pópulo.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



de alto valor artístico, de finais do século XVII e início do século XVIII. As capelas são: capela da Santíssima Trindade, capela de Santa Apolónia, capela de Santa Mónica, Capela de Nossa Senhora das Dores, Capela de Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora da Conceição e a capela do Senhor da Agonia. Os azulejos que revestem toda a igreja de temas hegiográficos datam de 1730 (Oliveira, 1999b: 112).

### Rua dos Biscainhos

A rua dos Biscainhos remonta ao século XVI, constituindo a artéria de ligação entre os recém-criados Campo da Vinha e Campo das Hortas, no tempo de D. Diogo de Sousa

Este eixo possibilitava o acesso, pelo lado exterior da muralha, entre o Arco da Porta Nova, mandado abrir pelo mesmo arcebispo e a Porta Limpa ou de S. Francisco, constituindo mais um exemplo do tipo de vias modernas surgidas extramuros, com a perda da funcionalidade defensiva das muralhas (Bandeira, 2000: 40).

Como se pode observar no Mapa de *Braunio* (século XVI) a Rua dos Biscainhos já se encontrava toda urbanizada no lado nascente, possuindo uma morfologia que resultava da adaptação das parcelas à linha da muralha medieval. A rua irá manter-se muito idêntica ao longo dos séculos seguintes (Ribeiro, 2008: 518).

Na fachada poente da rua será construído, no século XVII, o Palácio dos Biscainhos, constituindo o edifício mais representativo da rua (Oliveira, 1999b: 41).

Figura 53: Rua dos Biscainhos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (21) Palácio/Museu dos Biscainhos

O Palácio dos Biscainhos remonta ao século XVI. No entanto, em termos gerais, o edifício atual resulta de uma transformação realizada no século XVIII (1712), quando o seu proprietário, o Deão da Sé de Braga, Francisco Pereira da Silva decidiu proceder a uma ampliação do palácio (Oliveira, 1999b: 181).

O edifício é constituído por dois corpos, formando uma planta em L, desenvolvendo-se em três pisos, encontrando-se o último recuado. O primeiro piso correspondia a uma área de serventia que incluía os espaços do átrio, cavaliça, arrumos, cozinha, despensas e alcovas para criados. O segundo piso, e seguintes, formavam o Andar Nobre, e correspondiam à área de habitação, com salas de receção, de estar, de dormir, de jantar e oração.

A fachada principal, virada para a rua dos Biscainhos é rasgada por amplas janelas, numa corografia simples e serena, destacando-se a sua forma corrida, que vai ao encontro da tradição minhota (Oliveira, 1999b: 182).

O complexo referente ao palácio inclui ainda um amplo espaço de jardim e parque, que ocupa cerca de um hectare, nas traseiras da casa, que se estrutura num sistema de terraços, sendo o último destinado a horta e pomar (Oliveira, 1999b: 184).

Os jardins do palácio constituem um elemento emblemático do conjunto arquitetónico, preservando-se praticamente intactos desde os séculos XVII/ XVIII, adornado por singulares fontes, da lavra de André Soares (Oliveira e Silva, 2014b: 66).

Figura 54: Palácio dos Biscainhos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 55: Palácio dos Biscainhos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## 1.5 Setor cinco

### Campo das Hortas

O Campo das Hortas tomou a forma de rossio por intervenção de D. Diogo de Sousa. Para aquele local corriam antigamente parte dos esgotos da cidade, constituindo mais um dos espaços periurbanos do núcleo medieval. Com a abertura da porta da muralha (Porta Nova) pelo mesmo arcebispo, este local ganha maior dinamismo económico e urbano. Atualmente, destaca-se a Casa Grande, edifício civil dos inícios do século XVIII, pertencente à família Cunha dos Reis e de estilo tardo-clássico (Oliveira, 1999b: 35).

Figura 56: Campo das Hortas.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 57: Parte superior do Chafariz do Campo das Hortas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 58: Chafariz do Campo das Hortas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

No meio do Campo das Hortas encontra-se um chafariz construído nos finais do século XVI, que se encontrava originalmente no campo de Santa Ana (atual Avenida Central). Conhecido pelo chafariz da porta do Souto, foi mandado erguer pelo arcebispo D. Frei de Agostinho de Jesus. Permaneceu no mesmo local até 1865, altura em que foi desmontado e transferido pelo local onde se encontra atualmente. Trata-se de um chafariz de estilo maneirista com um sistema piramidal, com uma coluna central decorada com motivos vegetalistas e carrancas. A segunda taça é em forma de globo decorado com 6 ninfas, de cuja boca saem seis bicas de água e

rematado com as armas reais e o brasão do arcebispo Frei Agostinho de Jesus (Martins *et alii*, 2012: 140).

## 22) Casa Grande / Casa dos Cunha Reis

Implantada desde o final do século XVIII no Campo das Hortas, a Casa Grande ou Casa dos Cunha Reis constitui mais um exemplar de casa abrasonada construída na zona extramuros. À semelhança do Palácio dos Biscainhos, a Casa Grande foi comprada por um deão da Sé de Braga, neste caso, D. António Alexandre da Cunha Reis, aos Teixeira Coelho, que nela fez intervenções profundas, dotando-a do aspeto que tem atualmente. O brasão na fachada pertence à família Cunha Reis (Azeredo, 2008: 89).

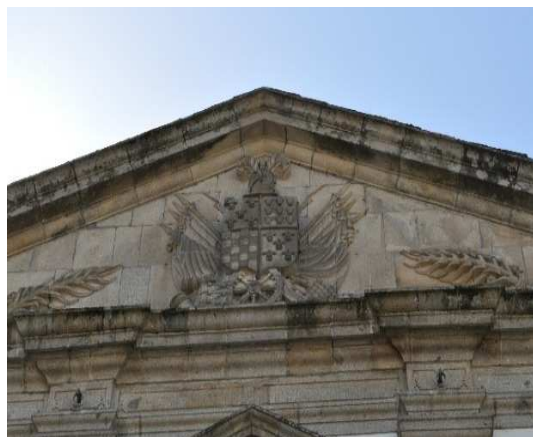
O edifício organiza-se em dois pisos, encontrando-se a fachada principal rasgada por vãos regulares e bem ritmados. O último piso (piso nobre) é composto por janelas de sacada rematadas por frontões triangulares. Ao centro da fachada é rematada por um frontão onde se encontra a pedra de armas da família (Costa, 1998a: 20).

Figura 59: Casa Grande.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 60: Pedra de armas da Casa Grande.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



### (23) Arco da Porta Nova

No século XVI, com o objetivo de ligar a recém-criada rua Nova de Sousa, atual rua D. Digo de Sousa, ao campo das Hortas, o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou abrir na muralha medieval uma porta, junto à torre que ainda existe. Desta forma, o referido arcebispo dotou a cidade de uma nova entrada, que permitia o acesso através de uma ampla rua ao núcleo urbano, designadamente à Sé e ao Paço Arquiepiscopal (Oliveira, 1999b: 159).

Contudo, a monumentalização e a construção do arco da porta foi realizada só no século XVIII, por iniciativa do arcebispo D. José de Bragança.

Segundo alguns autores, o arco da Porta Nova foi construído em 1772 e é considerado a última obra de André Soares, tendo sido terminada já depois da sua morte (Pereira e Pereira, 1989: 457).

De carácter barroco, é constituído por dois pares de pilastras que suportam um arco de volta perfeita. Em correspondência com as pilastras, projetam-se dois altos remates piramidais. O arco é encimado por um frontão curvo quebrado que, ao centro ostenta o brasão episcopal, sobrepujado por uma estátua que simboliza a cidade de Braga (Almeida e Belo, 2007: 221).

Mais do que um simples arco, o Arco da Porta Nova é visto como um arco triunfal, onde se faziam todas entradas solenes na cidade (Oliveira, 1999b: 159).

Figura 61: Fachada oeste do Arco da Porta Nova.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 62: Fachada este do Arco da Porta Nova.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## Rua da Violinha

A Rua da Violinha é uma pequena rua de traça medieval, atualmente a mais estreita do centro urbano. A primeira referência desta artéria data de 1515, devendo, por conseguinte corresponder a uma rua intramuros recente de fisionomia medieval, cujo lado poente só terá sido construído a partir do século XVI, uma vez que, segundo o Mapa de *Braunio*, era apenas formada por uma linha de construções no lado

nascente. Atualmente, rua encontra-se praticamente ocupado por habitações e os vestígios sobreviventes da muralha, estende-se aproximadamente por 22 metros (Ribeiro, 2008: 505).

No seguimento do troço da muralha que passa pelo Arco da Porta Nova, encontra-se uma das torres sobreviventes, que alberga o atual Museu da Imagem, à qual se encontram adossados vários edifícios. Presentemente é possível ver o alçado poente desta torre, graças à demolição dos edifícios que a ela se adossavam pelo lado poente (Ribeiro, 2008: 391).

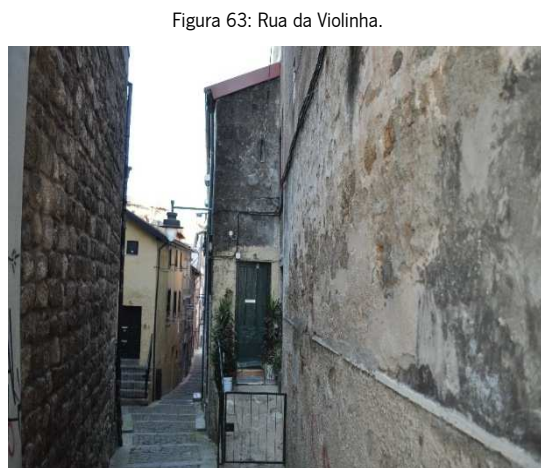


Figura 63: Rua da Violinha.

Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## Campo das Carvalheiras

O Campo da Carvalheiras, mandado abrir por D. Diogo de Sousa, no século XVI, localizava-se entre a capela de S. Sebastião (Largo Paulo Orósio) e a igreja de S. Miguel (já desaparecida), circundando, pelo lado exterior, a parte noroeste da muralha medieval. Na realidade, já nos finais do século XVI, a parte poente da muralha medieval encontrava-se toda rodeada por construções, como ilustra o mapa de *Braunio* (Bandeira, 2000: 39).

Tal como o nome indica, o campo das Carvalheiras era ocupado por carvalhos de grande porte. De salientar o cruzeiro (1621) e uma pequena fonte de ferro fundido, que existe naquele local (Oliveira, 1999b: 45)



Figura 64: Campo das Carvalheiras.

Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (24) Casas oitocentistas do Campo das Carvalheiras

A este do largo situa-se uma casa solarenga que pertenceu ao antigo Comendador Jerónimo Cunha Pimentel, antigo Presidente da Câmara e Governador Civil, descendente de Tomé da Corda. A casa possui duas pedras abrasoadas, que pertenciam à família Tomé da Corda (rolo de corda enrolada em voluta) (Costa, 1998a: 17). Esta pertencia à Capela de São Bartolomeu e terá sido colocada lá por Tomé da Corda (escudeiro da Casa Real 1562.) (Azeredo, 2008: 84)

A outra pedra pertencia ao Arcebispo Dom Jorge da Costa (roda de navalhas, instrumento de martírio de Santa Catarina). Estes dois brasões estavam originalmente na antiga Capela de São Bartolomeu, demolida para a construção da Casa de Recolhimento das Convertidas (Costa, 1998a: 17).

A oeste do Largo encontra-se o antigo hospício dos Cónegos Renegantes de Santa Cruz de Coimbra, conhecida como Casa do IGO. Sobre a porta principal está uma bordadura com palavras latinas e a representação religiosa do Cordeiro Pascal "*Agnus Dei*". A casa possui no seu exterior virado para o Largo um nicho barroco pertencente à Irmandade de Santa Cruz, serve para a Semana Santa se expor um dos Passos da Paixão de Cristo (Costa, 1998a: 18).

Figura 65: Casa Oitocentista.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 66: Pedra de armas de D. Jorge da Costa.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 67: Bordadura que representa o Cordeiro Pascal.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



## 1.6 Setor seis

### Domus das Carvalheiras

A casa das Carvalheiras é a única casa romana integralmente escavada em Braga, ocupando a totalidade de um quarteirão urbano (Martins *et alii*, 2013: 84). É considerada um exemplo típico da habitação urbana corrente de *Bracara Augusta*. Encontra-se situada numa área residencial do sector noroeste da cidade romana, perto do *fórum* e foi erguida na época flávia, sofrendo a sua primeira reforma na primeira metade do século II, para instalação de um *balneum*, que ocupou um quadrante da habitação (Martins, 2009: 199).

Figura 68: *Domus* das Carvalheiras.



Fonte: <http://www.aspa.pt/>, retirado a 24 de Março de 2015.

A ladear a casa encontra-se as ruas sul e oeste desenham-se eixos de circulação pedonal porticados, com acesso ao conjunto de lojas, que se abriam nas fachadas.

A reforma realizada na primeira metade do século II, para instalação de um balneário, construído no quadrante noroeste, sacrificou as lojas desse sector (Martins, 2009: 199).

As constantes intervenção que a casa sofreu até aos séculos V/VI revelam uma ocupação longa e constante, com sucessivas adaptações. A casa das Carvalheiras possui características típicas da arquitetura doméstica provincial que era propriedade de uma elite urbana, onde se testemunham os clássicos espaços de receção e representação, em torno das áreas abertas e ajardinadas do *atrium* e do *peristylum* (Martins *et alii*, 2013: 84).

### (26) Domus da escola da Sé

Trata-se de uma casa romana (*domus*) que se encontra musealizada, construída no século I d.C., que foi profundamente remodelada entre finais do século III e os inícios do século IV, altura em que nela foi integrado um balneário privado (*balneum*) e se reorganizaram alguns compartimentos e corredores, que foram revestidos com mosaicos (Martins, 2011: 60).

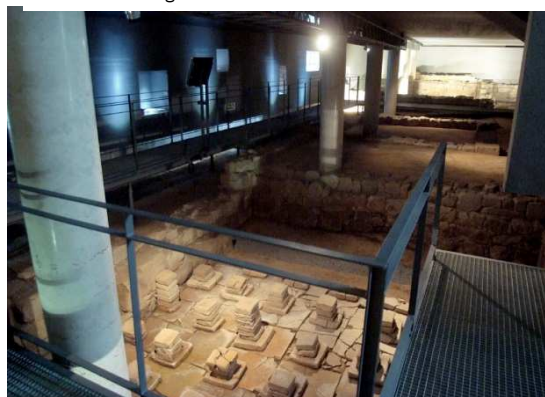


O pórtico nascente foi fechado e integrado na casa em finais do século III/ inícios do século IV. Simultaneamente, a casa foi beneficiada com um *balneum*, datando desta fase os restos de mosaicos descobertos em corredores e compartimentos, bem como os vestígios mal conservados de estuques que recobrem a parte baixa das paredes do corredor (Martins, 2009: 203).

As estruturas exumadas nas escavações da Escola da Sé, não ocupam a totalidade de uma *insulae* da cidade romana e as ruínas recuperadas pertencem a várias épocas.

Merecem particular destaque, as estruturas pertencentes ao sistema defensivo medieval, designadamente um torreão e parte dos alicerces de um troço da muralha medieval, que inutilizam a casa romana (Ribeiro, 2008: 230).

Figura 69: *Domus* da escola da Sé.



Fonte: <http://mdds.culturanoorte.pt/>, retirado a 23/03/2015.

Figura 70: Alicerce da muralha medieval na Escola da Sé.



Fonte: <http://mdds.culturanoorte.pt/>, retirado a 23 de Março de 2015.

## Ruas de Santo António das Travessas

A rua de Santo António das Travessas constitui uma das artérias que conserva ainda a morfologia medieval, bem como algum edificado. Na Idade Média era designada como rua da Triparia, muito provavelmente por nela se operar o comércio de carnes (Ribeiro, 2008: 424).

Durante a segunda metade do século XV, com a instalação e concentração da comunidade judaica irá passar a designar-se de rua da Judiaria Nova, onde se instala igualmente a nova Sinagoga. A primeira referência documental à Rua da Judiaria Nova data de 1467 (Ribeiro, 2008: 425).

Com a expulsão dos judeus, nos finais dos XV, e até ao século XVIII esta rua passará a ser referida, ora como Rua de Santo António, ora como da Judiaria Nova (Ribeiro, 2008: 426).

Figura 71: Rua Santo António das Travessa.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (27) Edifícios da Rua de Santo António das Travessas

Na parte sul, do lado poente, encontra-se ainda o edifício que correspondeu à Sinagoga, integrado no Antigo Albergue Distrital, que conserva alguns vestígios medievais e Manuelinos na sua fachada resultante das diversas transformações a que foi sujeita (Ribeiro, 2008: 426).

Figura 72: Edifício da antiga Sinagoga na Rua de Santo António das Travessas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 73: - Pormenor do Nocho do edifício da Rua de Santo António das Travessas.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (28) Ruínas da Biblioteca Lúcio Craveiro/ Torreão do postigo da Cividade

A Biblioteca Lúcio Craveiro alberga um pequeno conjunto de vestígios arqueológicos pertencentes a uma antiga rua e cloaca romana e de uma *domus*. A rua romana tinha cerca de 7 metros de largura e era ladeada por pórticos, sob a qual passava uma cloaca. A *domus* romana ocupava a nascente da referida rua. A dimensão da rua e o duplo pórtico que a ladeava, bem como a sua posição relativamente ao fórum, indicam que poderia ser o cardo (principal eixo viário disposto no sentido N/S). Esta rua ter-se-á mantido ativa até à Idade Média, sob a designação de Rua Verde (Martins, 2011: 61).

Um dos torreões sobrevivente da muralha medieval situa-se junto ao Largo Paulo Orósio, mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, no século XVI, sob o designativo de Campo de S. Sebastião. Nesta zona da cidade, o sistema defensivo era composto por uma torre, denominada de Santiago, seguida de uma porta ou postigo, designado da Cividade, de S. Sebastião ou de S. Bento. Esta porta ligava a Rua Verde (intramuros), com o Campo de S. Sebastião, (extramuros), onde se situava na

época romana o fórum e mais a poente a via romana que saía para Lisboa, como assinala o Mapa de *Braunio*. O nome de Postigo da Cividade vem referenciado em documentos do século XIV, e talvez tenha herdado o topónimo da anterior cidade romana. O nome S. Bento advém do facto de possuir um pequeno nicho, com uma imagem de S. Bento, primitivamente localizado na parte de fora da muralha e posteriormente colocado da parte de interior da mesma. Por sua vez, designativo de porta de S. Sebastião deriva do facto de nas proximidades se localizar a capela de S. Sebastião. A abertura da rua Frei Caetano Brandão nos finais do século XIX irão alterar a morfologia deste

Figura74: *Domus* da Biblioteca Lúcio Craveiro.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 75: Torreão do postigo da Cividade.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Largo, assim como a destruição de parte do sistema defensivo medieval, do qual apenas resta o referido (Ribeiro, 2008: 351-353).

### Rua do Alcaide

A Rua do Alcaide está localizada entre o Largo de Santiago e o Largo Paulo Orósio, ligando estas duas praças, pelo lado exterior da muralha. A primeira referência a esta rua data de 1550, sendo que nela deveriam ter vivido homens abastados da cidade, como o próprio nome indica. Já na segunda metade do século XVI a rua tinha a sua morfologia bem definida, ligando por fora da muralha a entrada de Santiago e o Postigo da Cividade (Ribeiro, 2008: 513-514).

Figura 76: Rua do Alcaide.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

A rua possui um conjunto de casas do século XVIII, em bom estado de conservação sendo que a dos Lanhas merece algum destaque por possuir uma das pedras de armas mais perfeitas de Braga (Oliveira, 1999b: 44).



## Largo de Santiago e São Paulo

Situada na parte sul da muralha medieval, o Largo de Santiago ou São Tiago, designava-se de São Jacob (*Jacobi*=Tiago), como ilustra o Mapa de *Braunio*. O seu nome ficou a dever-se à sua proximidade com a Igreja de Santiago da Cidade, situada no Largo contíguo de São Paulo (intramuros). O arco da porta da torre foi fechado pelos Jesuítas, responsáveis pelo Colégio de São Paulo, que terão mandado abrir uma outra porta, no troço da muralha, entre a referida torre e o Seminário de Santiago. A nova entrada passou a chamar-se de porta do Colégio, ou de Santiago devendo o seu nome ao facto de se encontrar edificada no Largo de Santiago e junto ao Seminário do mesmo nome (Ribeiro, 2008: 349).

O Colégio foi mandado construir pelo Arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1560, onde se instalou o Colégio de São Paulo, ou Estudos Públicos, fundado por D. Diogo de Sousa, em 1531 (Ribeiro, 2008: 350).

No Largo de São Tiago encontra-se um chafariz do século XVII, conhecido como chafariz dos Pelames e era abastecido por água proveniente das Sete Fontes. O chafariz possui um tanque quadrado no meio do qual se ergue uma coluna ornamentada, com conchas e carrancas esculpidas. Na parte superior encontra-se uma cruz Primacial de duas aspas (Martins *et alii*, 2012: 146).

Figura 77: Largo de São Tiago.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 78: Chafariz do Largo de Santiago.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 79: Largo de São Paulo.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

## (29) Torre de Santiago

A Torre de Santiago constitui um dos poucos exemplares sobreviventes dos torrões da muralha medieval, através da qual era possível aceder ao interior da cidade, pelo lado sul. Designada no passado de S. Jacob, a torre de São Tiago está precisamente junto aos largos de São Tiago e São Pedro (Ribeiro, 2008: 349).

Esta torre conheceu distintas fases construtivas. Uma, correspondente à própria torre medieval, outra corresponde à construção da capela barroca da N. S. da Glória, que se adossa na fachada norte da torre, no século XVIII (Ribeiro, 2008: 405).

Apesar de ter um cariz medieval, sabe-se que em 1477 a Torre de São Tiago ainda não estava terminada (Marques, 1983: 48).

No intervalo de tempo destas duas intervenções em 1721 a torre é transformada em torre sineira (Oliveira, 1999b: 176).

Esta estrutura tinha originalmente uma função militar/defensiva, mas também de entrada, convertendo-se a partir do século XVIII, através da sua reutilização, num espaço religioso privilegiado, de estilo barroco. Terá sido alterada após o terramoto de 1755, passando a ter anexa a capela da Senhora da Torre, construída em 1758. A cartografia do século XIX regista já a abertura atual de acesso à cidade, datada da última metade do século XVIII (Ribeiro, 2008: 405).

Na realidade, após o terramoto de 1755, apesar de Braga ter saído ilesa ao cataclismo, os Jesuítas, em sinal de agradecimento, patrocinam a construção da Capela de Nossa Senhora da Torre. Colocada na base da torre sineira de Santiago da Cividade, tendo em conta a sua altura e massa, e considerando as dimensões do largo do colégio, André Soares projetou uma obra que se impõe pela cenografia, pela diferença de escala. O resultado é uma arquitetura de retábulo, “*uma maquineta de pedra, suspensa sobre um arco*”, flanqueado por duas grandes volutas borrominiais (Pereira e Pereira, 1989: 456).

Figura 80: Fachada Sul da Torre de Santiago.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 81: Fachada Norte da Torre de Santiago.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (30) Igreja de São Paulo

O colégio de São Paulo foi fundado em 1531 pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa. Foi, no entanto, com o Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires que o colégio sofreu um novo impulso com a implementação da Companhia de Jesus, em 1560. Em 1567 a Companhia de Jesus inicia as obras de construção da Igreja de São Paulo (Guerreiro *et alii*, 2011: 9).

No entanto, as obras prolongam-se até ao século XVII, devido às pestes e hesitações nas soluções arquitetónicas com sucessivas reconstruções e demolições

O colégio jesuíta funcionou neste local até 1759. Depois da expulsão dos Jesuítas, o colégio é ocupado por várias congregações. Em 1884 foi instalado no edifício o Seminário de Santiago e durante a República passou a ser um quartel militar (Almeida e Belo, 2007: 218).

A frontaria da igreja vai ao encontro da regra jesuíta, de simplicidade, encontrando-se completamente despida de qualquer ornamento e elementos decorativos: amplo retângulo, a que se sobrepõe um frontão triangular. As pilastras simples e uma estreita cornija subdividem o paramento em dois registos e três panos. O central está fenestrado pelo portal. O interior da igreja, no que toca à arquitetura, é igualmente marcado pelo maneirismo austero. Os trabalhos de talha já são barrocos e devem-se a campanhas do século XVII e XVIII (Almeida e Belo, 2007: 218).

A Igreja apresenta uma nave única, constituída por capela-mor, transepto e nove capelas laterais. A capela-mor (1710) é ornamentada com um retábulo em estilo barroco nacional e as paredes laterais com azulejos do século XIX (Guerreiro *et alii*, 2011: 28-78).

Os topos do transepto são ornamentados por 2 retábulos, um em consagração ao Sagrado Coração de Jesus (século XVIII) e outro a Nossa Senhora do Rosário (século XVII a século XIX). As capelas laterais são constituídas por vários retábulos, designadamente o retábulo de Santo Inácio de Loyola (século XVIII); o retábulo de Santa Quitéria (século XVIII); o retábulo de Nossa Senhora da Piedade (século XVII/XVIII); o retábulo de Nossa Senhora da Boa Morte (século XVIII); o retábulo Nossa Senhora de Fátima (século XX); o retábulo de Nossa Senhora da Conceição (século XVIII); o retábulo São José (século XVIII); o retábulo de São Baptista (século XVIII) e retábulo de São Francisco Xavier (século XVIII) (Guerreiro *et alii*, 2011: 69-71).

Figura 82: Igreja de São Paulo.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



## 1.7 Setor sete

### Rua D. Gualdim Pais

A Rua de D. Gualdim Pais localiza-se entre a atual Rua D. Paio Mendes e a Rua D. Afonso Henriques, no sentido N/S, muito embora na Idade Média tivesse continuidade para sul, até à porta de Santiago, ocupando uma maior extensão. Trata-se de uma rua de génese romana, sendo a rua da parte norte da cidade que menores alterações sofreu desde essa época até à atualidade. Esta rua recebeu o nome do célebre guerreiro D. Gualdim Pais, terá aqui vivido. Aqui terá também existido uma casa que foi cedida aos Templários, pelo Arcebispo D. Paio Mendes (1118-1138), sendo que a primeira referência documental a esta via datam do ano de 1314 (Ribeiro, 2008: 431).

De salientar também nesta rua o edifício de 1703 pertencente ao reverendo Matias Nunes e ao antigo edifício da Câmara (demolido) que funcionou neste local inícios do século XIX (Oliveira, 1999b: 46).

Figura 83: Rua Dom Gualdim Pais.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### Rua D. Paio Mendes

A rua D. Paio Mendes localiza-se entre a fachada principal da Sé Catedral e o Largo das Carvalheiras, no sentido E/O. Na Idade Média conheceu o designativo de rua dos Burgueses, por nela residirem os mercadores da cidade (Ribeiro, 2008: 473).

Era uma rua com uma boa localização geográfica, situada entre a fachada principal da Sé Catedral, onde se situavam os açougues medievais e a porta da muralha (da Ajuda ou de Maximinos), permitindo o acesso à rua de Maximinos, por onde se fazia a saída para a

Figura 84: Rua Dom Paio Mendes.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

cidade do Porto. No século XV, com as reformas urbanísticas realizadas por D. Diogo de Sousa, a rua deixa de ter o aspeto medieval que teve até então (Ribeiro, 2008: 475).

Nos séculos XVIII e XIX a rua será alvo de outras alterações. Em 1775 é demolido o edifício da Câmara, mandado construir por D. Diogo de Sousa, no século XVI e, em 1831, é destruída a porta e a torre da muralha da Ajuda ou de Maximinos. Alguns anos depois, a rua foi alargada em toda a sua extensão, passando a chamar-se Rua da Sé, como aparece referida na planta topográfica de 1883/84. Em 1925 passa a chamar-se Rua D. Paio Mendes, nome que mantém na atualidade (Ribeiro, 2008: 476).

### (31) A Catedral

A Catedral constitui o monumento mais emblemático do centro histórico, carregado de simbolismo, fruto da sua ligação à cidade e ao seu passado. No entanto, o atual edifício é o resultado das inúmeras transformações que sofreu ao longo dos séculos, impulsionadas pelos diferentes arcebispos que governaram a cidade. O que se sabe ao certo, é que depois da reconquista Cristã, a atual Catedral foi consagrada a Santa Maria com a inauguração do altar em 1089. Apesar de possuir um vasto espólio, existem polos de atração que, pelo seu valor arquitetónico e simbólico, se destacam como pontos de atração, bem

identificados na Catedral e nos seus edifícios anexos (Capelas, Claustro, Museu, Galilé e entradas laterais) e que foram sendo acrescentados ao longo dos séculos.

No subsolo da catedral foram exumadas ruínas arqueológicas de um edifício de época romana, provavelmente um mercado, de meados do século I/inícios do século II, que posteriormente foi transformado em basílica paleocristã, entre os séculos IV e V. A primitiva basílica paleocristã teve uma ocupação permanente até aos séculos X e XI, altura em que foi demolida para dar lugar à nova catedral românica (Ribeiro, 2008: 483).

Na realidade, a urbanização de Braga no início da Idade Média está intimamente ligada à edificação da Sé Catedral, sagrada em 1089, que irá exercer um papel fundamental na organização do primitivo núcleo urbano. Porém, logo nos primeiros tempos o edifício terá sido

Figura 85: Sé de Braga.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

afetado por algumas destruições, como as realizadas a mando de D. Teresa, em 1109-1110 e mandadas restaurar posteriormente por D. Afonso Henriques (Cabido da Sé de Braga, 1990: 19-20).

No lado sul da Catedral, situa-se a porta do sol, com o seu pórtico românico. Possivelmente construída na mesma altura que a sacração do altar-mor (1089), este pórtico já foi mudado de lugar várias vezes. É constituído por três arquivoltas assentadas em duas colunas e com uma decoração puramente românica (Costa, 1998b: 23-24).

A fachada atual da Catedral já não é a original, visto que o aspeto medieval, que lhe dava a configuração de um Castelo, foi alterado nos inícios do século XVIII adaptado ao estilo barroco, com a elevação das torres e rematas com baldaquinos. Ao centro das torres foi colocada a imagem de santa Maria, padroeira da catedral. No centro da fachada situa-se o Brasão de D. Rodrigo de Moura Teles (Cabido da Sé de Braga, 1990: 23-29).

As alterações realizadas no conjunto no século XV e XVI voltaram a ter implicações na morfologia da Catedral. Na fachada principal, o arcebispo D. Jorge da Costa (1488-1501) terá mandado construir a galilé tardo-gótica, que será posteriormente restaurada por D. Diogo de Sousa no século XVI. Constitui um exemplo notável da arquitetura gótica, com arcos ogivais que se entrecruzam formando três estrelas de quatro pontas. Na parte de fora da galilé, numa fase mais posterior foram colocadas a mando de D. Diogo de Sousa (inícios do século XVI), edículas com as esculturas dos primeiros prelados da diocese de Braga (Barreiros, 2001: 35-36).

No meio do arco central insere-se a escultura do Anjo da Guarda empunhando uma espada flamejante e o escudo da cidade de Braga. Os contrafortes da galilé são ladeados por baldaquinos flamejantes que abrigam imagens de S. Pedro, S. Paulo, S. Pedro de Rates, S. Martinho de Dume, S. Frutuoso e S. Geraldo (Cabido da sé de Braga, 1990: 25).

A Capela de São Geraldo foi a primeira capela a ser construída no exterior da catedral e foi mandada edificar por S. Geraldo (1096 – 1108) em honra de São Nicolau para aí ser sepultado. No entanto, a capela foi completamente remodelada por D. Rodrigo de Moura Teles, em 1707, que aí está também sepultado (Barreiros, 2001: 97-99).

A Capela da Glória foi mandada construir pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira no ano de 1330, para aí ser sepultado e é dedicada a Nossa Senhora da Glória, cuja imagem está colocada no altar da capela, rodeada de anjos que tocam instrumentos musicais (Costa, 1998b: 39). No seu interior encontram-se duas das mais interessantes peças da arte portuguesa medieval: as pinturas que decoram as paredes e o túmulo de D. Gonçalo Pereira com pinturas murais de estilo

mudéjar, feitas no século XIV e que decoram todas as paredes e teto da capela, (Oliveira, 1999b: 151). O túmulo de D. Gonçalo, que está no meio da capela, é também considerado um dos mais belos monumentos funerários portugueses. Foi mandada executar em 1336 e é de estilo gótico, salientando-se as imagens dos doze apóstolos (Barreiros, 2001: 109).

A Capela de Nossa Senhora do Livramento, também conhecida por capela dos Reis, data da segunda metade do século XIV. De puro estilo gótico, contem no seu interior os túmulos dos Condes D. Henrique e D. Teresa, pais do primeiro Rei de Portugal (D. Afonso Henrique). De importante valor artístico e sentimental, encontra-se dentro da capela uma pequena estátua em pedra de Ançã do século XVIII (Costa, 1998b: 31-32).

Do século XVI data igualmente a Capela de Nossa Senhora da Piedade, fundada por D. Diogo de Sousa, em 1513, para seu próprio sepulcro, localizada na parte setentrional da Catedral (Costa, 1998b: 51).

Da cabeceira da Catedral, construída em 1509, durante o bispado de D Diogo de Sousa, destaca-se a imagem de Nossa Senhora do Leite da autoria do escultor francês Nicolau de Chanterene, ladeada pelos escudos de D. Manuel I e D. Diogo de Sousa. É uma mistura do estilo Gótico com o Manuelino. No seu interior encontra-se a capela-mor, ladeada por quatro capelas (BARREIROS, 2001: 63-64).

Na realidade, a construção da Catedral foi um processo longo e continuado, como demonstram os vários estilos que atualmente se podem observar, mas também os diferentes tipos de materiais. Particularmente emblemáticos são os silhares romanos reaproveitados nas suas paredes, alguns dos quais com inscrições (Ribeiro, 2008: 483).

Figura 86: Largo João Peculiar.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 87: Inscrição romana do Largo João Peculiar.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



O espaço interior da Catedral de Braga obedece a um modelo de planta de origem basical em cruz latina com nave, cabeceira e transepto. A Catedral é constituída por três naves, que ainda hoje guardam a simplicidade românica, com as suas colunas e capiteis, ladeadas com estátuas dos Apóstolos e doutores da igreja, introduzidas em finais século XVIII. Na nave central está esculpido um homem que toca olifonte (instrumento musical medieval) e numa

Figura 88: Inscrição romana da Rua Nossa Senhora do Leite.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

das colunas ainda é possível ver um capitel românico. Nas naves laterais é possível ver dois arcos sólidos. Do lado esquerdo está colocado o túmulo do infante D. Afonso, filho de D. João I (1400) em cobre dourado. Do lado direito, revestido a azulejos, situa-se a pia batismal, em estilo manuelino (século XVI) (Cabido da Sé de Braga, 1990: 50-56).

Os órgãos da Sé de Braga são talvez o conjunto arquitetónico mais importantes da Catedral. Os dois órgãos construídos entre 1737 e 1738 a mando da sede vacante (1728-1741), são de autoria de entalhador Marceliano de Araújo e do mestre organeiro galego Frei Simão Fontanes e representam a mais perfeita combinação entre a talha barroca nacional e os e este tipo de instrumentos musicais. Completamente cobertos por talha dourada, esculpida com desenhos típicos de estilo barroco os órgão são constituídos por 3700 tubos. A exuberância e monumentalidade sobressaem-se logo que se entra dentro da Catedral e a posição de destaque que os órgãos ocupam no panorama internacional mostra do que melhor existe nesta área quando nos referimos a este tipo de instrumentos (Costa, 1998b: 49).

## Rua de Nossa Senhora do Leite

A Rua de Nossa Senhora do Leite, que contorna a cabeceira da Sé Catedral e que corre no sentido N/S, conheceu na Idade Média o designativo de rua das Oussias. A primeira referência escrita a esta artéria aparece em 1346. A designação medieval de Oussias, deriva da palavra Ousia, que significa capela-mor (Ribeiro, 2008: 442).

O espaço geográfico ocupado por esta rua foi sendo alterado ao longo dos séculos, tendo em conta o primitivo perímetro da muralha medieval, que reutilizava o traçado romano, esta rua encontrava-se limitada, a norte, pela referida muralha (Ribeiro, 2008: 443).

Com a construção da catedral, no século XI, bem como com a inutilização da muralha romana, reaproveitada até aos finais do século XIV, esta zona ganhará uma importância acrescida através da formalização desta artéria.

De igual modo, no século XIV a zona norte da rua surge com um novo aspeto devido à construção da Capela de Nossa Senhora da Glória, mandada edificar pelo Arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348). Também as alterações operadas na cabeceira da catedral, no tempo de D. Diogo de Sousa e abertura da Rua de S. João do Souto no século XV irão ditar novas reconfigurações deste espaço (Ribeiro, 2008: 446).

Atualmente a designação de Rua de Nossa Senhora do Leite deve-se à existência de uma imagem desta Virgem que se encontra na parede das traseiras da Sé Catedral, a qual foi oferecida por D. Diogo de Sousa (Ribeiro, 2008: 446).

Figura 89: Rua Nossa Senhora do Leite.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 90: Réplica da estátua de Nossa Senhora do Leite do século XVI.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (32) Casa da Roda

Também conhecida como "Casa dos Paiva Marinhos" foi erguida nas traseiras da Sé, numa altura em que se ampliavam e melhoravam as residências com entrada principal virada para a rua. A casa, de dois andares, desenvolve-se em torno de um pátio, exibindo janelas com lintéis em arco pleno rasgadas nas fachadas. A porta principal, virada para a Rua de Nossa Senhora do Leite, apresenta-se ladeada por

Figura 91: Casa da Roda.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

duas janelas enquanto o alçado voltado para a Rua de São João exhibe quatro aberturas, duas das quais varandas. Alugada, em 1897, pela Câmara Municipal de Braga, para nele estabelecer o Hospício dos Expostos" (conhecido por "Casa da Roda"), a casa foi finalmente adquirida pela mesma edilidade volvido quase um século, em 1986, para fins administrativos e assistenciais (Oliveira, 1999b: 339-340).

### Rua do Souto

A Rua do Souto, que mantém a designação medieval, situa-se entre a rua D. Diogo de Sousa e o largo Barão de São Martinho, rasgando o centro urbano no sentido E/O. A origem do nome do Souto encontra-se, muito provavelmente, numa área arborizada que existia nesta zona, ocupada no século XVI pelo Campo de Santa Ana, atual à Avenida Central. Até ao século XIII, esta artéria contornava a muralha pelo lado exterior, mas com o

Figura 92: Rua do Souto.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

alargamento do perímetro defensivo nos séculos XIII/XIV, a rua passará a unir a porta do Souto, a nascente, com a Sé Catedral (Ribeiro, 2008: 463).

Este eixo viário terá conhecido, a partir do século XIII e ao longo do século XIV, um forte impulso construtivo, pois a sua localização transformou-a num eixo privilegiado que ligava a porta



nascente da cidade, bem como o Castelo e a torre de menagem, já existentes em 1315, ao Paço Arquiepiscopal (século XIV) e à Sé Catedral (Ribeiro, 2008: 463).

Os séculos seguintes irão ser os grandes beneficiários desta alteração urbanística, pois no século XVIII o centro económico da cidade transfere-se do quadrante sudeste para a Rua do Souto e Arcada do Castelo, passando esta rua a constituir um dos eixos mais importantes da cidade, em termos urbanísticos, económicos e industriais (Cabido da Sé de Braga, 1990: 148).

Nos inícios do século passado, a rua sofre nova alteração com a abertura da Rua Justino Cruz (1923), que corta praticamente ao meio a Rua do Souto, no sentido N/S e que passa a ligar a Rua do Souto ao Campo da Vinha. Em 1954, é aberta a Rua Francisco Sanches, que segue o enfiamento da anterior e liga a Rua do Souto ao Largo de São João do Souto (Ribeiro, 2008: 465-466).

### (33) Igreja da Misericórdia

A Misericórdia de Braga foi fundada em 1513, e constituída Irmandade pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa em 1558. Numa fase inicial a Irmandade estava autorizada a celebrar as suas missas na Capela de Nossa Senhora da Glória na Sé Catedral, conhecida até á pouco tempo como Misericórdia Velha. Foi no entanto já no tempo do Arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires 1560 que se dá o início das obras da igreja (Macedo, 2010: 9-10).

A fachada de estilo Renascentista data de 1562 e é constituída por um pórtico de volta perfeita, encimados pelas armas reais, sinal de proteção do rei de Portugal desta Irmandade. Em cada lado possui duas colunas estriadas em que se insere num plano mais recuado, nichos com imagens de São Luís e Santa Isabel, ali colocados em 1723 (Macedo, 2003: 14-15).

A entrada lateral da igreja contém um pórtico com duas colunas encimado por uma escultura barroca

Figura 93: Igreja da Misericórdia.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 94: Fachada da Igreja da Misericórdia.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

que representa a Visitação. No seu interior a capela-mor é em talha dourada do século XVIII (Almeida e Belo, 2007: 221-222).

No seu interior é de realçar o retábulo dourado do altar-mor (1735), da autoria do entalhado Marciliano de Araújo, que substitui um antigo retábulo de 1690 (Macedo, 2003: 17).

### Rua de S. Marcos

Esta rua está localizada entre o Largo Carlos Amarante e o Largo Barão de São Martinho.

Originalmente conhecida como Rua de Sam Marcos, apareceu, em consequência da abertura, por D. Diogo de Sousa, do Campo dos Remédios (Largo Carlos Amarante) e do Campo de Santa Ana (Avenida Central), circundando a muralha pela zona sul (Bandeira, 2000: 37).

O traçado desta rua corresponderia aproximadamente ao traçado da via XVIII, que ligaria *Bracara Augusta* à cidade de *Asturica Augusta* (Ribeiro, 2008: 508).

No final da rua existia o Convento dos Remédios, fundado em 1544-1549 e a conhecida Casa dos Crivos, um dos poucos exemplares sobreviventes da típica casa bracarense do século XVII. O parcelamento que a rua apresenta atualmente ainda é muito parecido com o original, sendo que no lado poente, junto à muralha, ainda se consegue observar vestígios da muralha fernandina que foi se adossando às traseiras das casas. (Ribeiro, 2008: 509-510).

Figura 95: Rua de São Marcos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

### (34) Casa das Gelosias

A Casa das Gelosias conhecida como Casa dos Crivos, trata-se de um raro exemplar de um tipo de casa característica nos séculos XVII e XVIII. A fachada caracteriza-se pelas portadas que resguardam as varandas dos dois pisos superiores, preenchidas com redes feitas de fasquias em madeira, cruzadas. A sua função era criar no seu interior um ambiente de penumbra, oração e privacidade, de onde se podia olhar o exterior sem ser visto (Almeida e Belo, 2007: 214).

Figura 96: Casa das Gelosias.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 97: Janelas da Casa da Gelosias



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Este tipo de casas era muito frequente naquela época e terão surgido na altura da Contrarreforma. Na sua maioria eram pertença de mercadores, como se pode verificar na largura das entradas que possuíam portas largas a fim de entrar luz solar para se ver os produtos expostos. No caso da Casa dos Crivos, estamos perante duas casas e não uma, facto que não se consegue observar pelo tipo de fachada construída (Oliveira, 1999b: 163).



## 2. Requalificação da Zona sul

### Rio Este

Figura 98: Margens do Rio Este antes da requalificação.



Fonte: <http://coisasverdes.blogs.sapo.pt>, retirado a 2 de Março de 2015.

Figura 99: Margens do Rio Este durante a requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 11 de Novembro de 2013.

Figura 100: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 101: Margens do Rio Este depois da requalificação



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 102: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 103: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



Figura 104: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 105: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 106: Margens do Rio Este antes da requalificação.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 8 de Março de 2015.

Figura 107: Margens do Rio Este antes da requalificação.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 2 de Março de 2015.

Figura 108: Margens do Rio Este durante a requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 11 de Novembro de 2013.

Figura 109: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



Figura 110: Margens do Rio Este antes da requalificação.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 8 de Março de 2015.

Figura 111: Margens do Rio Este durante da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 11 de Novembro de 2013.

Figura 112: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 113: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 114: Margens do Rio Este durante a requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 11 de Novembro de 2013.

Figura 115: Margens do Rio Este antes da requalificação.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 8 de Março de 2015.

Figura 116: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 117: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 118: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 119: Margens do Rio Este depois da requalificação.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



## Sítio dos Galos

Figura 120: Antiga Casa com moinho do século XIX.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 121: Sistema de condução de água para o moinho XIX.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 122: Entrada oeste do Sítio dos Galos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 123: Caminho interior do Sítio dos Galos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 124: Caminho interior.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 125: Moinho dos Galos e Capela de Santo António.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

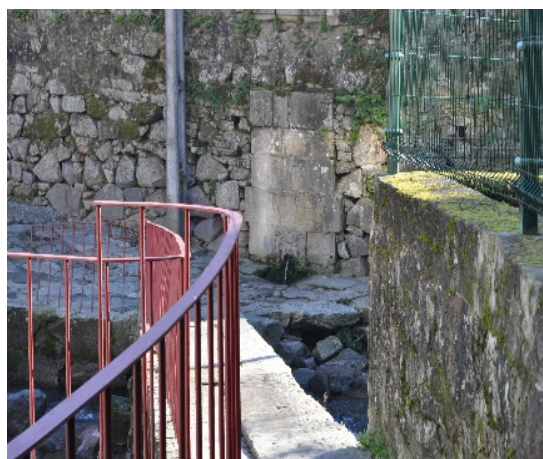


Figura 126: Capela de Santo António.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 127: Caminho de acesso à Fonte dos Galos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 128: Fonte dos Galos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 129: Inscrição com data provável de construção da fonte.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 130: Fonte dos Galos.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 131: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



Figura 132: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 133: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 134: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 135: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 136: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 137: Antigo moinho e canal de água.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



## Monte do Picoto

Figura 138: Vista geral do Monte Picoto.



Fonte: <http://www.correiodominho.com/>, retirado a 13 de Março de 2015.

Figura 139: Vista panorâmica da cidade.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 8 de Março de 2015.

Figura 140: Vista panorâmica sobre a zona sul da cidade.



Fonte: <http://www.correiodominho.com/>, retirado a 13 de Março de 2015

Figura 141: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: <http://www.correiodominho.com/>, retirado a 13 de Março de 2015

Figura 142: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 8 de Março de 2015.

Figura 143: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: <http://www.panoramio.com>, retirado a 8 de Março de 2015.

Figura 144: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 145: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 146: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: Foto do autor tirada a 24 de Novembro de 2013.

Figura 147: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: Foto do autor tirada a 24 de Novembro de 2013.

Figura 148: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte Foto do autor tirada a 24 de Novembro de 2013.

Figura 149: Obras de requalificação do Picoto.



Fonte: Foto do autor tirada a 24 de Novembro de 2013.



## Parque de São João

Figura 150: Acesso ao Parque de São João.



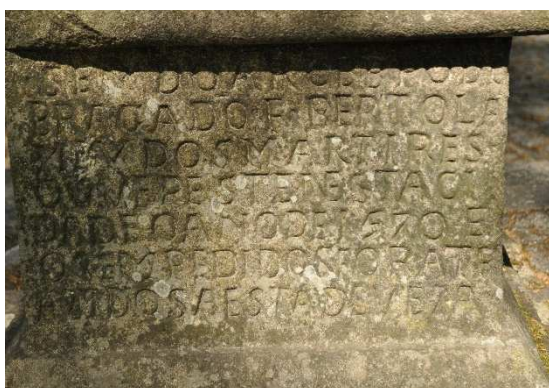
Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 151: Cruzeiro do século XVI.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 152: Inscrição na base do cruzeiro.



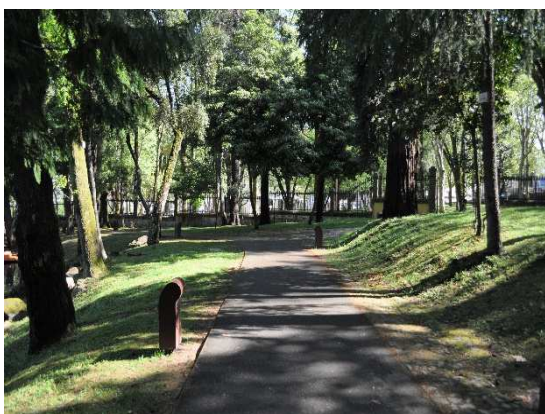
Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 153: Lago do Parque.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 154: Caminho no interior do parque.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 155: Fonte do século XVI com a pedra de armas do Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



Figura 156: Estádio 1º de Maio.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 157: Interior do Estádio 1º de Maio.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 158: Interior do parque.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 159: Capela de São João.



Fonte: Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 160: Caminho no interior do parque.

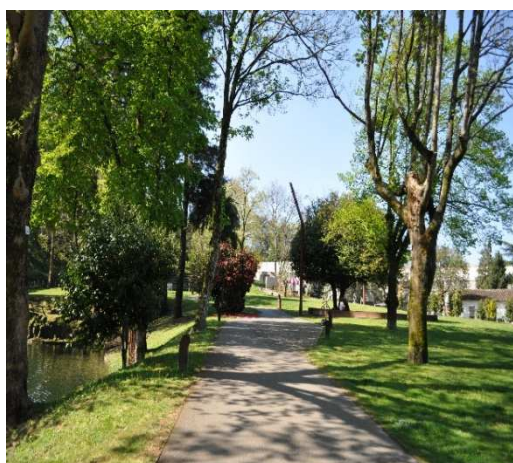


Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.

Figura 161: Vista do interior do parque.

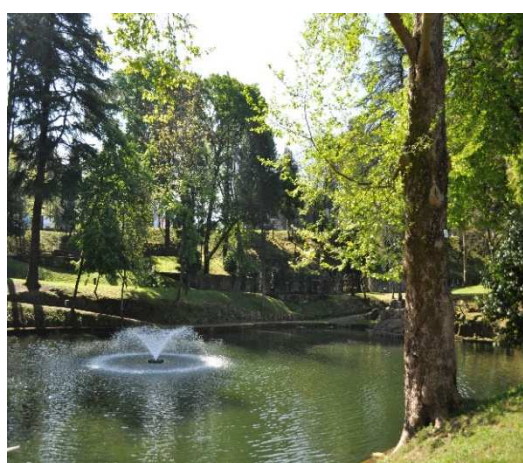


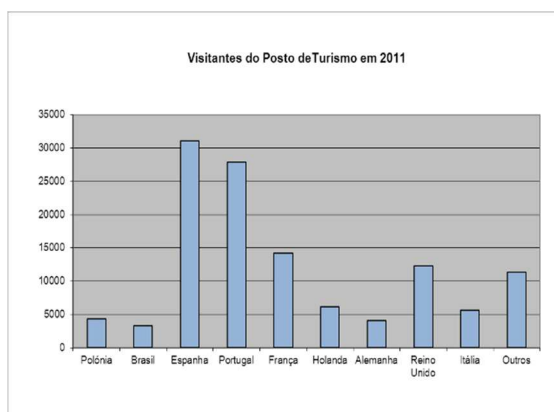
Foto do autor tirada a 10 de Janeiro de 2015.



## VII. ANEXOS

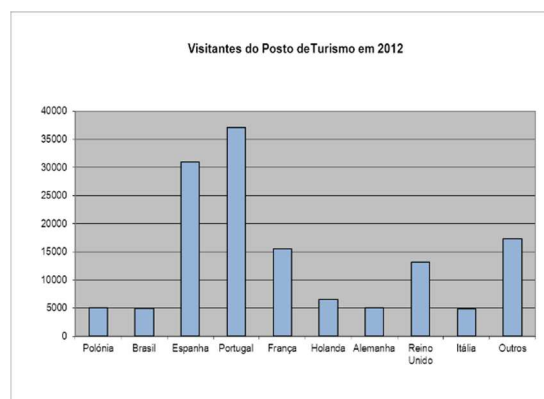
### Gráficos

Gráfico 1: Número de visitantes por nacionalidade do posto de turismo de Braga em 2011.



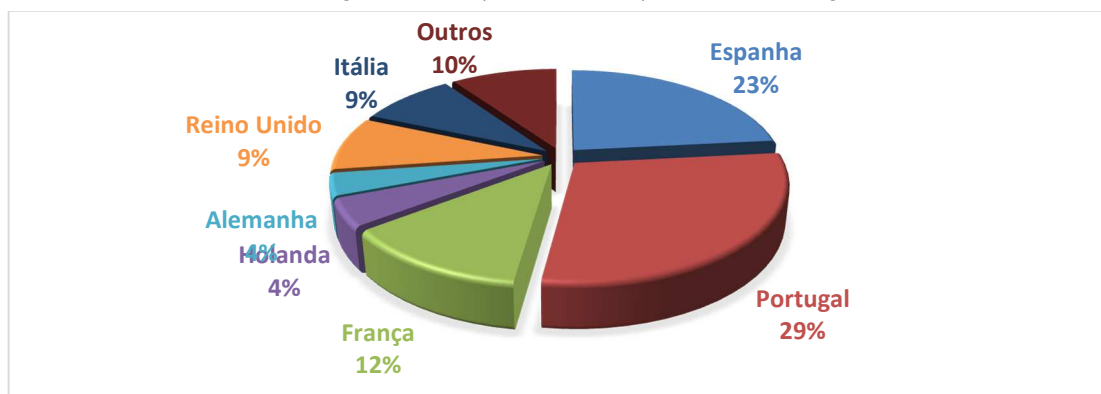
Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

Gráfico 2: Número de visitantes por nacionalidade do posto de turismo de Braga em 2012.



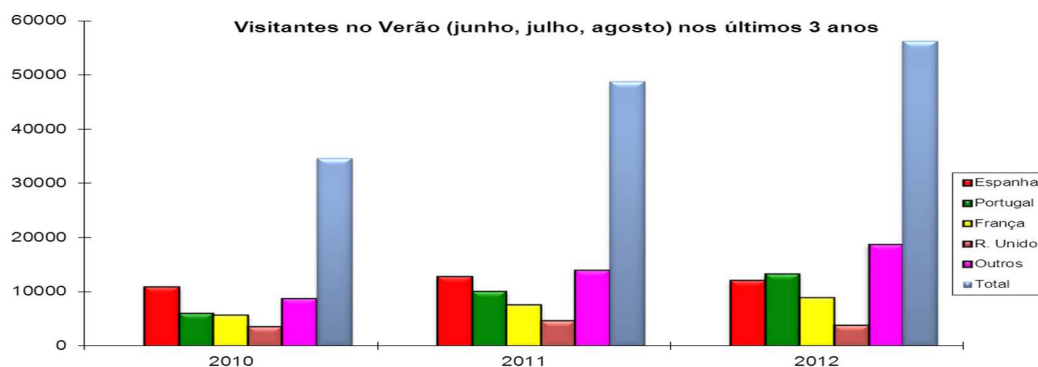
Fonte: Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

Gráfico 3: Percentagem de visitantes por nacionalidade do posto de turismo de Braga em 2012.



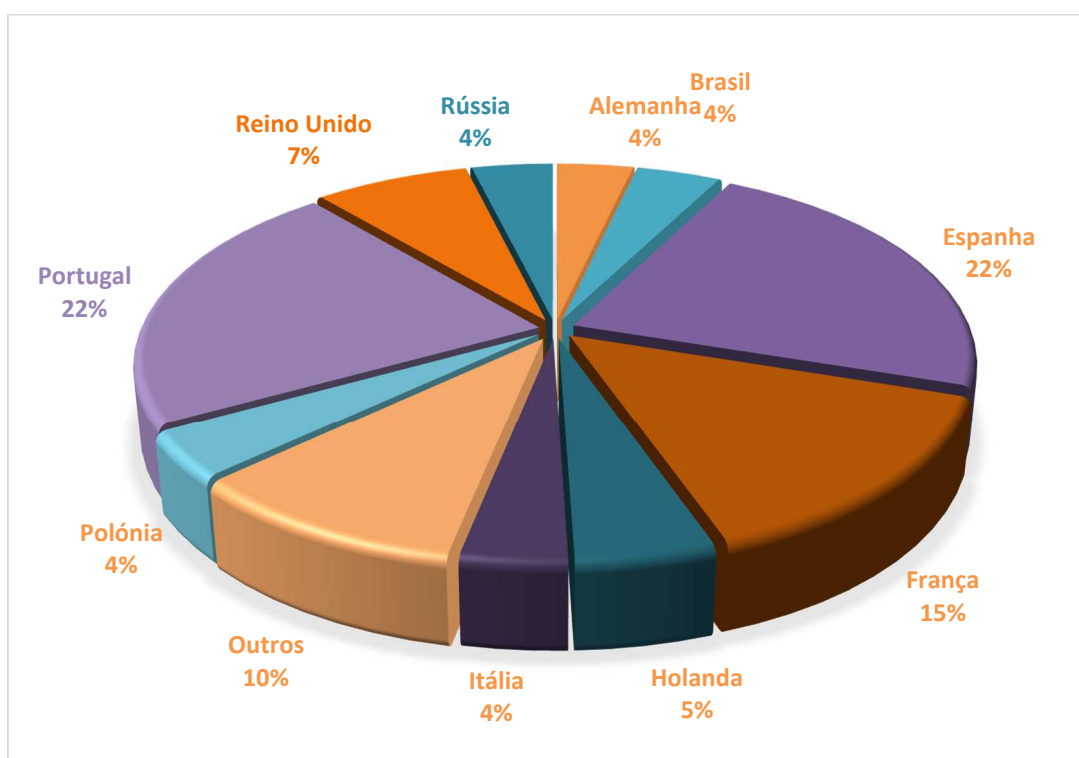
Fonte: Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

Gráfico 4: Número de visitantes por nacionalidade do posto de Turismo de Braga em 2010, 2011, 2012 durante o verão.



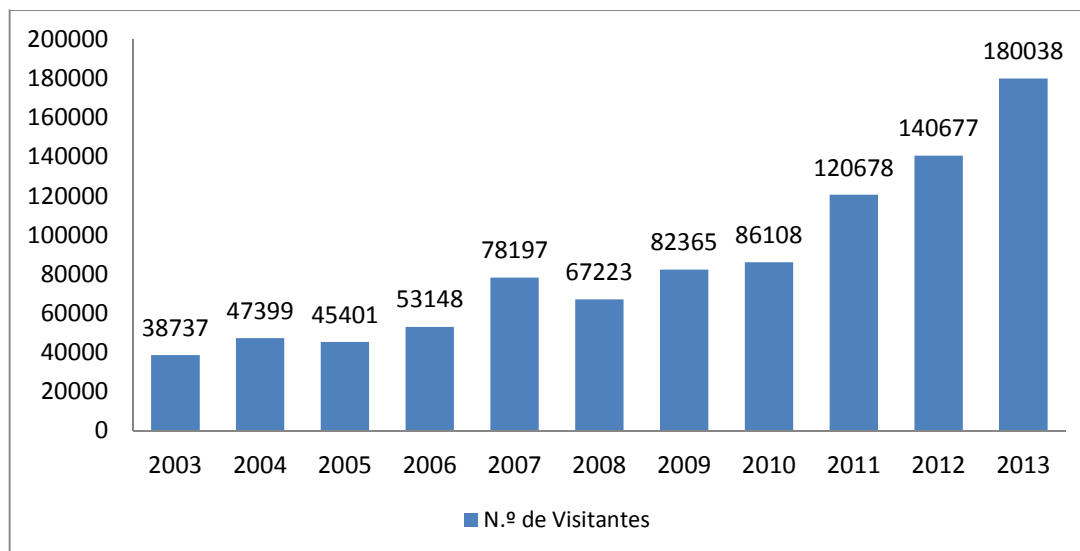
Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

Gráfico 5: Percentagem de visitantes por nacionalidade do posto de turismo de Braga em 2013.



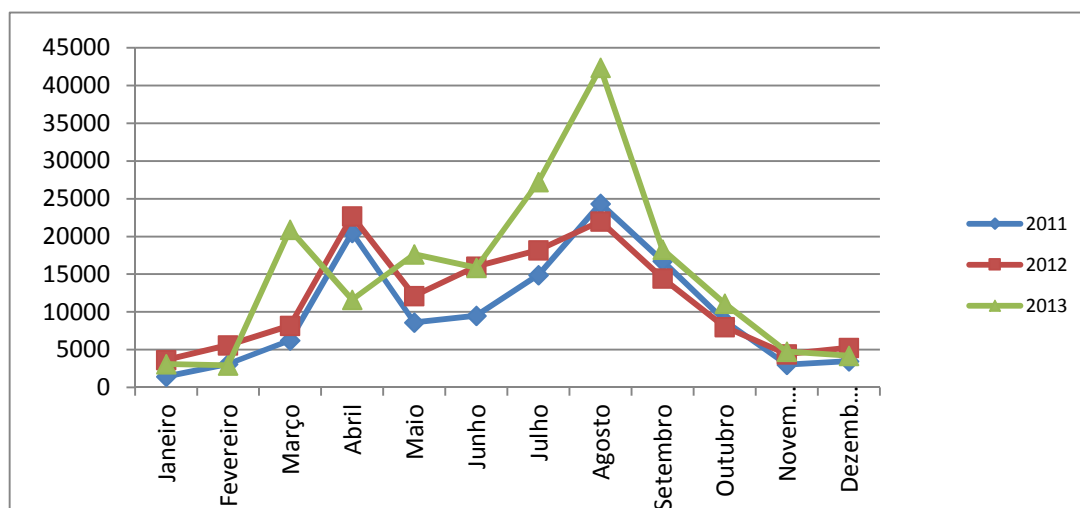
Fonte: Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

Gráfico 6: Total de visitantes do posto de turismo de 2003 a 2013.



Fonte: Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

Gráfico 7: Comparação do número de visitantes do posto de turismo em 2011, 2012 e 2013.



Fonte: Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

## Tabelas

Tabela 1: Número total de visitantes do posto de turismo de Braga por nacionalidades.

	2011		2012			2013		
	Total	%	Total	%	Var. (2011)	Total	%	Var. (2012)
Alemanha	4057	3,36%	5077	3,61%	20,09%	6519	3,62%	28,40%
Brasil	3314	2,75%	4968	3,53%	33,29%	7175	3,99%	44,42%
Espanha	31032	25,71%	31002	22,04%	-0,10%	40454	22,47%	30,49%
França	14209	11,77%	15574	11,07%	8,76%	26220	14,56%	68,36%
Holanda	6146	5,09%	6549	4,66%	6,15%	8737	4,85%	33,41%
Itália	5663	4,69%	4860	3,45%	-16,52%	6619	3,68%	36,19%
Polónia	4333	3,59%	5034	3,58%	13,93%	7042	3,91%	39,89%
Portugal	27833	23,06%	37078	26,36%	24,93%	39439	21,91%	6,37%
Reino Unido	12337	10,22%	13216	9,39%	6,65%	13171	7,32%	-0,34%
Outros	11754	9,74%	17319	12,31%	32,13%	24662	13,70%	42,40%
Total	120678	100,00%	140677	100,00%	14,22%	180038	100,00%	27,98%

Fonte: Fonte: Dados cedidos pelo posto de Turismo de Braga.

## Frontpage de websites

### Frontpage de websites de empresas de walking tour

Figura 1: Frontpage do website da Orange Donut Tours.



Fonte: <http://www.orangedonutours.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 2: Frontpage do website da Rome Free Walking Tours.



Fonte: <http://www.romefreewalkingtour.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 3: Frontpage do website da HistoryMiami.



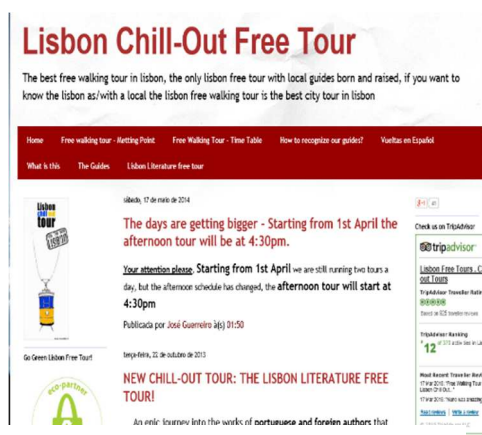
Fonte: <http://www.historymiami.org/tours/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 4: Frontpage do website da Tour Guys.CA.



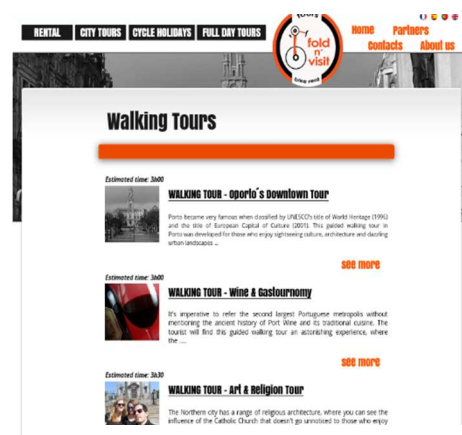
Fonte: <http://www.tourguys.ca/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 5: Frontpage do website da Lisbon Chill-Out Free Tour.



Fonte: <http://lisbonfreetour.blogspot.pt/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 6: Frontpage do website da Fouldn't Visit.



Fonte: <http://www.foldnvisit.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 7: Frontpage do website da Inside Lisbon.



Fonte: <http://www.insidelisbon.com/pt>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 8: Frontpage do website da LISBON LUX.

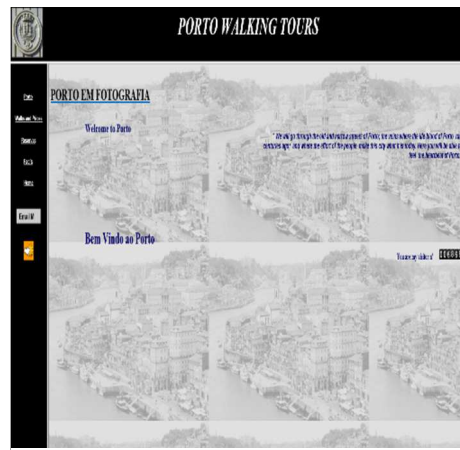


Fonte: <http://www.lisbonlux.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 9: Frontpage do website da Lisboa Autêntica.



Fonte: <http://lisboaautentica.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.



Fonte: <http://portowalkingtours.no.sapo.pt>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 11: Frontpage do website da Pancho Tours.



Fonte: <http://www.panchotours.com/tours-porto>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 12: Frontpage do website da Cooltour Oporto.

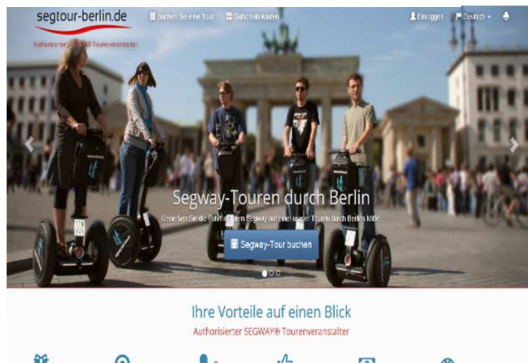


Fonte: <http://www.cooltouroporto.com/pt>, retirado a 6 de Março de 2015.



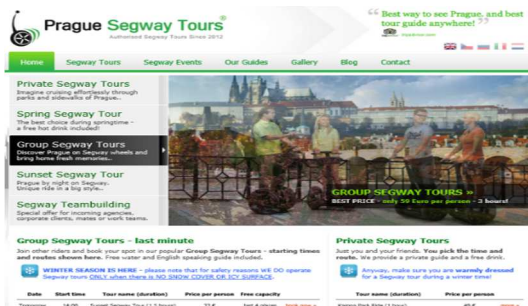
## Front page dos websites das empresas de segway tour

Figura 13: Frontpage do website da segtour-berlin.de.



Fonte: <https://www.segtour-berlin.de/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 15: Frontpage do website da Prague Segways Tours.



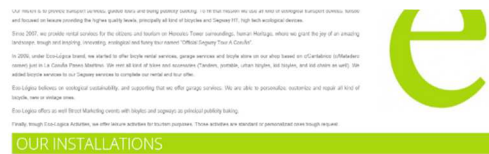
Fonte: <http://www.prague-segway-tours.com/en/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 17: Frontpage do website da San Francisco City Segway Tours.



Fonte: <http://sanfrancisco.citysegwaytours.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 14: Frontpage do website da eco-lógica.



Fonte: <http://eco-logicaespana.com/en/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 16: Frontpage do website da Rome by Segway.



Fonte: <http://www.romebysegway.com/site/>, retirado a 6 de Março de 2015.

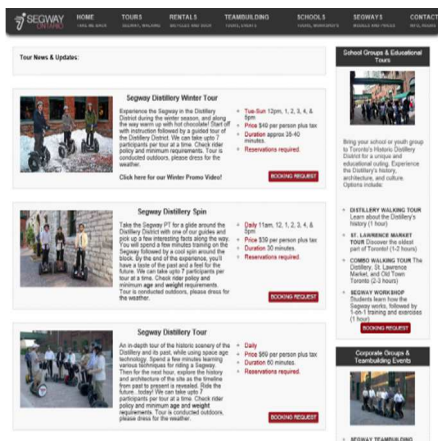
Figura 18: Frontpage do website da Paris City Segway Tours.



Fonte: <http://paris.citysegwaytours.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

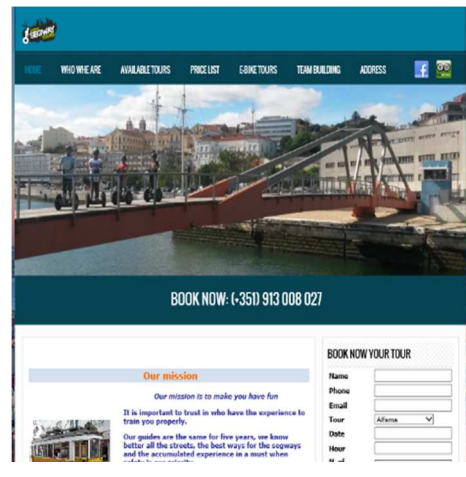


Figura 19: *Frontpage* do *website* da *Segway Ontario*.



Fonte: <http://www.segwayontario.com/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 20: *Frontpage* do *website* da *Lisbon Segway Tours*.



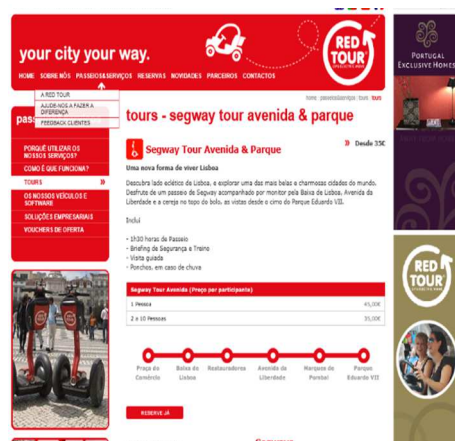
Fonte: <http://www.lisbonsegwaytours.pt/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 21: *Frontpage* do *website* da *MovingFree*.



Fonte: <http://www.movingfree.pt/>, retirado a 6 de Março de 2015.

Figura 22: *Frontpage* do *website* da *Red Tour*.



Fonte: <http://www.redtourgps.com/pt/home.php>, retirado a 6 de Março de 2015.